

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DO PLANO PLURIANUAL 2008-2011



Ministério da Cultura



**PLANO PLURIANUAL
2008-2011**

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Ministério da Cultura

EXERCÍCIO 2011

ANO BASE 2010

**Brasília
2010**

ÍNDICE

Apresentação	4
Sumário Executivo	5
Avaliação dos Programas	9
Brasil Patrimônio Cultural	10
Brasil, Som e Imagem	22
Cultura Afro-Brasileira	33
Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	41
Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	52
Engenho das Artes	61
Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural	70
Livro Aberto	84
Monumenta	93
Museu Memória e Cidadania	100

APRESENTAÇÃO

A contínua melhoria da qualidade das políticas públicas e sua efetividade junto à sociedade é um princípio que eleva os desafios para a gestão pública e ressalta a importância da avaliação da ação governamental. Nesse sentido, os resultados apresentados no Relatório de Avaliação do PPA 2008-2011 devem ser debatidos, de modo a permitir o avanço da democracia na interação entre o Estado e a Sociedade.

A fim de cumprir o disposto no art. 19º da Lei nº 11.653, de 07 de abril de 2008 e o Decreto nº 6601 de 10 de outubro de 2008 que trata do modelo de gestão do Plano Plurianual 2008-2011, coube aos órgãos do Governo Federal elaborarem a avaliação dos Objetivos Setoriais e dos Programas sob sua responsabilidade. O produto do trabalho é resultado das atividades realizadas em conjunto com gerentes dos programas e equipes técnicas no âmbito dos órgãos responsáveis por programas de Governo, que são integrantes das Subsecretarias de Planejamento, Orçamento e Gestão (SPOA), das Unidades de Monitoramento e Avaliação (UMAs) e das Secretarias Executivas.

As avaliações versam sobre os resultados provenientes da implementação do programas de cada órgão e incluem demonstrativos físicos e financeiros dos valores referentes às ações desenvolvidas, tanto no âmbito do próprio órgão responsável quanto em outros Ministérios, no caso dos programas multissetoriais. Esse relatório confere maior transparência em relação aos resultados da aplicação dos recursos públicos federais. Além disso, facilita a compreensão e a prestação de contas à sociedade, gerando assim informações para os debates necessários à promoção da melhoria da qualidade da ação pública e de seus resultados para a sociedade brasileira.

SUMÁRIO EXECUTIVO

Em 2010, do total previsto para o(a) Ministério da Cultura (MINC), foram utilizados **R\$ 989.820.368,40** para a execução dos programas e das ações sob sua responsabilidade, de acordo com o quadro a seguir:

Autorizado (LOA + Créditos): R\$ 2.292.155.141,00	Empenho Liquidado:	R\$ 989.820.368,40
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$ 989.820.368,40
Previsto não-orçamentário	Realizado não-orçamentário	
-	-	

Além disso, do total de **R\$ 426.467.749,97** inscritos em restos a pagar, relativo ao exercício de 2009, foram executados **R\$ 272.229.488,93**, ou seja, **63,83 %**.

Na execução orçamentária dos programas sob responsabilidade do(a) **Ministério da Cultura (MINC)**, no período do PPA 2008-2011, verificou-se a seguinte distribuição dos percentuais na participação dos valores realizados anualmente:

Tipo	Programa (Código/Denominação)	2010		
		Previsto	Realizado *	%
Finalístico	0167 Brasil Patrimônio Cultural	96.403.882,00	23.456.519,52	24,33
	0169 Brasil, Som e Imagem	346.544.532,00	147.765.241,78	42,64
	0172 Cultura Afro-Brasileira	19.241.748,00	11.105.976,96	57,72
	1141 Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania	205.267.705,00	34.451.660,70	16,78
	1391 Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC	25.748.811,00	2.969.105,03	11,53
	1142 Engenho das Artes	611.222.863,00	209.049.653,00	34,20
	1355 Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural	11.788.720,00	3.371.490,12	28,60
	0168 Livro Aberto	214.299.612,00	32.823.156,24	15,32
	0813 Monumenta	143.290.000,00	16.281.497,77	11,36
	0171 Museu Memória e Cidadania	53.648.800,00	30.877.772,16	57,56
Total Finalístico		1.727.456.673,00	512.152.073,28	29,65

Relatório Anual de Avaliação

Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais	0173 Gestão da Política de Cultura	91.867.295,00	38.578.410,97	41,99
Total Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais		91.867.295,00	38.578.410,97	41,99
Total Geral		1.819.323.968,00	550.730.484,25	30,27

* Valores Executados (liquidado) em 2010. No caso de programas multissetoriais são contemplados recursos provenientes de ações executadas por outros órgãos. Ressalta-se que no "valor total do órgão" são consideradas inclusive as ações implementadas em programas de outros órgãos.

Principais Resultados

Dos 10 objetivos de governo estabelecidos para o período do PPA, o MinC contribui, por meio de 11 programas, para o alcance dos 5 que se seguem: i. Promover a inclusão social e a redução das desigualdades; ii. Promover o crescimento econômico ambientalmente sustentável, com geração de empregos e distribuição de renda; iii. Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade; iv. Fortalecer a democracia, com igualdade de gênero, raça e etnia e a cidadania com transparência, diálogo social e garantia dos direitos humanos; e v. Reduzir as desigualdades regionais a partir das potencialidades locais do Território Nacional.

De forma a contribuir de maneira eficaz para a consecução desses objetivos de governo, foram fixados como objetivos setoriais: 1. Identificar, preservar e valorizar os patrimônios culturais brasileiros assegurando sua integridade, permanência, sustentabilidade e diversidade; 2. Estimular a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços de natureza cultural; 3. Valorizar a reflexão, o debate cultural e a promoção da língua portuguesa, estimulando o hábito da leitura e a difusão do livro; 4. Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade; e 5. Aperfeiçoar e consolidar a Política Pública de Cultura.

Esses objetivos foram perseguidos em 2010 por meio de conjunto de realizações abaixo elencadas, apesar das limitações orçamentárias do exercício.

No âmbito dos objetivos setoriais 1 e 4 as principais realizações foram:

- preservação do patrimônio histórico urbano com destaque para obras de restauração em Cachoeira(BA), Congonhas(MG), Diamantina(MG), Oeiras(PI) e Ouro Preto(MG); de requalificação urbana em Cachoeira(BA), Lençóis(BA) e Pelotas(RS); e de revitalização e urbanização em São Francisco do Sul (SC). Dentre outras obras que iniciaram em 2010 e se encontram em andamento, ressalta-se o Mercado Ver-o-Peso em Belém(PA) e a orla fluvial de Piranhas(AL).

- preservação de bens culturais de natureza material: recuperação do patrimônio cultural em São Luiz do Paraitinga (SP); obras no Centro Histórico de São Luís (MA); tombamento do Encontro das Águas no Rio Amazonas e de embarcações tradicionais no Brasil.

- registros dos bens culturais de natureza imaterial, dentre outros: Festas do Divino Espírito Santo - Pirenópolis(GO), de Sant'Anna - Caicó(RN), e o Ritual Yaokwa do povo indígena Enawnê Nawê.

- iniciativas na área museológica, com destaque: 4º Fórum Nacional de Museus, 8ª Semana de Museus, e 4ª Primavera dos Museus; os Editais Mais Museus e Modernização de Museus, voltados a fomentar a atividade museológica pública e privada; a concessão dos Prêmios Darcy Ribeiro e Mário Pedrosa, que incentivam e premiam, respectivamente, ações educativas em museus brasileiros e trabalhos jornalísticos.

- preservação de 7 bens do patrimônio material e imaterial com características culturais, ideológicas, filosóficas e históricas afro-brasileiras, principalmente o Parque Memorial

Quilombo dos Palmares. Os 225 atendimentos a 50 Comunidades Quilombolas sobre licenciamento ambiental, formação em etnodesenvolvimento, assistência jurídica e demais orientações.

- iniciativas visando ao incentivo e à proteção da diversidade cultural, por meio de editais de premiação: Inclusão Cultural da Pessoa Idosa, Cultura Hip Hop, Culturas Indígenas e Culturas Ciganas; os Encontros dos Povos Guarani da América do Sul e da Diversidade; e elaboração dos Planos Setoriais para as Culturas Populares e as Indígenas.

Atendendo ao objetivo setorial 2, merecem destaque:

- apoio a 592 novos Espaços Culturais que deverão resultar na implantação de 69 Redes, sendo 10 novos "Pontões" de Cultura, 30 novos "Pontos" de Cultura e 552 novos "pontos de Rede" do Programa Cultura Viva. Os 10 novos Pontões permitirá a articulação de ações englobando os pontos já implantados, alcançando 26 estados. Em 2010, foram capacitados 1.733 agentes culturais para o trabalho junto aos espaços culturais.

- apoio financeiro e conceitual para a construção do Memorial Darcy Ribeiro, inaugurado no campus da Universidade de Brasília.

- apoio à produção audiovisual nacional que resultou na realização de 7 longas-metragens de baixo orçamento, produção de 20 curtas-metragens nos gêneros ficção ou documentário e o desenvolvimento de roteiros cinematográficos.

- lançamento, em parceria com o MMA, do concurso "Cine Ambiente", que visa ao fomento à produção de 10 obras cinematográficas de micrometragem em animação, sobre o tema "Consumo Sustentável e Biodiversidade".

- chamada pública para financiamento a projetos de produção cinematográfica; produção independente para televisão e aquisição de direitos para distribuição e comercialização cinematográfica.

- lançamento do "Programa Cinema Perto de Você" - que prevê a construção de 600 novas salas de cinema, priorizando municípios com mais de 100 mil habitantes sem este equipamento cultural.

- concessão do "Prêmio Adicional de Renda"(PAR), concedido anualmente com base no desempenho econômico dos filmes nacionais nos cinemas, que contemplou 81 empresas (14 produtoras, 10 distribuidoras e 57 exibidoras).

- "Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro", que apoiou 7 empresas produtoras, contempladas por premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros de produção independente em festivais nacionais e internacionais.

- lançamento do concurso "Nossa Onda", no âmbito do "Programa Mais Cultura", que resultou no apoio à produção de 52 conteúdos radiofônicos.

- capacitação de empreendedores, ressaltando-se os projetos: Artesãos da Ilha do Espaço Cultural Pés no Chão, para sustentabilidade econômica de artesãos, associada à sustentabilidade ambiental e à manutenção da cultura caiçara; e o Qualificação de Artistas e Especialistas no Exterior, em convênio com a Fundação Bienal São Paulo, para fortalecer a cadeia econômica da arte contemporânea no circuito nacional e internacional.

- desenvolvimento de 2 projetos de estudo no campo da Economia da Cultura: Perspectivas da Economia da Cultura – parceria com a Fundação Economia Campinas(Fecamp) para desenvolvimento de modelo de análise da Economia da Cultura no Brasil; e Caminhos da Economia da Cultura, com a Televisão América Latina(TAL) – para divulgar e motivar a sociedade com exemplos de processos de inserção social e promoção da qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades envolvidas em empreendimentos culturais de sucesso.

- implementação de levantamento de Índices de Preços da Cultura, por meio da Fundação Getúlio Vargas – calculado desde 2009, visando demonstrar o seu comportamento na economia.

- Apoio a eventos que divulgam e negociam produtos e serviços de segmentos culturais: a 13ª edição do Prêmio Rio Moda Hype, o Pernambuco com Design, o Festival Nacional de Música das Rádios Públicas, o 6º PMW Rock Festival e a Exposição Tradição do Novo.



Relatório Anual de Avaliação

- apoio a projetos que aliam as linguagens artísticas à promoção de negócios das cadeias produtivas da economia da cultura: Feira Música Brasil 2010, Encontro Internacional de Música, IX Feira de Música de Fortaleza, II Feira de Música do Sul, X Mercado Cultural da Bahia, 3ª Conferência Brasil Central Music e Porto Musical 2011.
- implementação de micro projetos Mais Cultura para a Amazônia Legal, que , atuando no fomento à produção cultural de artistas e produtores culturais, contemplou 903 iniciativas: 36(AC), 15(AP), 88(AM),193(MA), 162(MT), 167(PA), 57(RO), 29 (RR) e 156 (TO).
- Concessão de prêmios a Concertos Didáticos, que selecionou 17 projetos para a realização de recitais em escolas públicas – total de 151 concertos, atingindo 37 mil pessoas.
- concessão dos Prêmios Funarte de Teatro Myriam Muniz, Dança Klauss Vianna, Carequinha de Estímulo ao Circo e Artes Cênicas na Rua, que premiaram 271 projetos; e do Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, que contemplou 36 projetos.
- O apoio a 43 festivais, bienais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, no país e no exterior, disseminando a riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e construção da cidadania, atingindo mais de 1,7 milhão de pessoas.

No que se refere ao objetivo 3, destacam-se:

- aquisição de 200 unidades de cada item do kit para Instalação de Bibliotecas Públicas(mobiliário, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som) e de um acervo bibliográfico específico para a 1ª biblioteca temática do Brasil, a Casa de Leitura Thiago de Mello.
- modernização de 305 bibliotecas municipais e o apoio, por meio de editais estaduais, a 502 pontos de leitura e 55 bibliotecas comunitárias.
- aprovação de 17 projetos de pesquisa, a capacitação de mediadores de leitura e a concessão de bolsas de tradução de obras de autores brasileiros em outros idiomas.

Sobre o objetivo setorial 5, destacam-se:

- encaminhamento ao Congresso Nacional do Projeto de Lei do Procultura (PL 6.722/10) que fortalecerá e democratizará os instrumentos de financiamento federal à cultura, ligando-se às metas de universalização do acesso, defesa da diversidade, fomento à criatividade, bem como do desenvolvimento da economia da cultura.
- tramitação no Congresso Nacional do Projeto de Lei do “Vale-Cultura”, instrumento inédito de fomento ao consumo cultural, tendo por público alvo o trabalhador brasileiro
- aprovação do Plano Nacional de Cultura(PNC), que objetiva construir instrumento de planejamento de longo prazo da política pública de cultura, em torno de conceitos e prioridades que constituem um modelo de compartilhamento de recursos coletivos que serão a base para a ação setorial nos próximos dez anos.
- desenvolvimento do Sistema Nacional de Cultura, com a realização de articulações com estados e municípios que resultaram em 377 solicitações de adesão formal ao Sistema, por meio da assinatura de Acordos de Cooperação Federativa.



AVALIAÇÃO DOS PROGRAMAS

Relatório Anual de Avaliação

Brasil Patrimônio Cultural

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Preservar e revitalizar o patrimônio cultural brasileiro

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$96.403.882,00	Empenhado Liquidado: R\$23.456.519,52 Pago Estatais: - Total: R\$23.456.519,52
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário R\$80.251.797,08

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Acautelamento de Bens Culturais de Natureza Material - 4604 (BEM PROTEGIDO/UNIDADE)	64,00	7,00	10,94	1.199.000,00	139.558,48	11,64
Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural - 4630 (BEM ADQUIRIDO/UNIDADE)	3.466,00	548,21	15,82	460.135,00	45.061,00	9,79
Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais - 8956 (Laboratório modernizado/UNIDADE)	10,00	3,45	34,49	416.900,00	61.188,96	14,68
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural - 2840 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	352,00	96,51	27,42	992.000,00	179.997,37	18,14
Construção do Edifício-Sede do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - 1056 (Sede construída/% de execução física)	4,00	0,00	0,00	900.000,00	0,00	0,00

Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais - 2826 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	495.000,00	281.008,73	56,77	677.514,00	217.895,84	32,16
Estudos para a Revitalização do Patrimônio Histórico Ferroviário - 7528 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	300.000,00	300.000,00	100,00
Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais - 2652 (BEM FISCALIZADO/UNIDADE)	3.554,00	12.350,00	347,50	2.750.000,00	1.319.745,79	47,99
Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural - 4793 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	202,00	118,24	58,54	10.168.000,00	2.280.344,16	22,43
Funcionamento do Centro de Referência e Documentação do Seminário - 2D82 (Centro mantido/% de manutenção)	1,00	0,49	48,90	229.160,00	112.040,00	48,89
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				2.919.473,00	1.319.934,13	45,21
Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - 86AV (Patrimônio preservado/UNIDADE)	1.455,00	1.250,00	85,91	3.920.000,00	572.522,45	14,61
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 4618 (Inventário realizado/UNIDADE)	13,00	10,00	76,92	1.782.000,00	257.460,76	14,45
Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material - 6630 (Inventário realizado/UNIDADE)	9.130,00	19,00	0,21	2.612.056,00	577.588,83	22,11
Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural - 6446 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	20,00	9,32	46,62	494.000,00	69.982,04	14,17
Preservação de Acervos Culturais - 2630 (bem preservado/UNIDADE)	373.591,00	451.663,31	120,90	5.264.273,00	3.565.935,30	67,74
Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural - 6647 (bem preservado/UNIDADE)	24,00	8,79	36,64	1.263.900,00	250.322,62	19,81
Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos - 4013 (ACERVO PRESERVADO/UNIDADE)	130.000,00	738.966,00	568,44	1.476.412,00	298.868,83	20,24

Relatório Anual de Avaliação

Preservação de Bens Culturais de Natureza Material - 2636 (-/-)				10.000.000,00	4.755.922,94	47,56
Preservação de Bens Culturais de Natureza Material - 2636 (bem preservado/UNIDADE)	291,00	77,00	26,46	40.017.000,00	3.541.669,89	8,85
Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural - 2521 (bem preservado/UNIDADE)	14,00	13,05	93,21	1.500.684,00	889.480,83	59,27
Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 201W (Público atendido/UNIDADE)	30.000,00	1.000,00	3,33	2.030.500,00	354.623,88	17,46
Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (BB) - 9724 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	227,00	190,00	83,70	41.270.000,00	41.199.329,08	99,83
Preservação e Difusão do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (Caixa) - 9729 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	850,00	700,00	82,35	52.500.000,00	39.052.468,00	74,39
Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural - 4602 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	60.500,00	15.860,91	26,22	1.144.000,00	101.828,00	8,90
Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural - 4110 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	63,00	81,00	128,57	1.250.000,00	927.026,14	74,16
Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 6628 (BEM REGISTRADO/UNIDADE)	9,00	4,00	44,44	950.500,00	184.593,17	19,42
Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior - 4608 (DOCUMENTO RESGATADO/UNIDADE)	7.000,00	5.500,00	78,57	500.000,00	454.016,66	90,80
Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 6610 (Bem acatelado/UNIDADE)	8,00	5,00	62,50	1.186.375,00	678.911,45	57,23
Índice médio geral de realização			80,20			37,31

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Acatelamento de Bens Culturais de Natureza Material - 4604 (BEM PROTEGIDO/UNIDADE)	-	-	-	734.728,55	298.382,26	0,41

(RAP 2009) Ampliação de Acervos Documentais do Patrimônio Cultural - 4630 (BEM ADQUIRIDO/UNIDADE)	-	-	-	142.501,34	113.954,24	0,80
(RAP 2009) Ampliação e Modernização de Áreas de Conservação e Restauração de Bens Culturais - 8956 (Laboratório modernizado/UNIDADE)	-	-	-	164.616,33	156.834,81	0,95
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos na Área do Patrimônio Cultural - 2840 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	636.142,42	530.478,44	0,83
(RAP 2009) Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais - 2826 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	406.590,08	211.154,46	0,52
(RAP 2009) Estudos para a Revitalização do Patrimônio Histórico Ferroviário - 7528 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	450.000,00	450.000,00	1,00
(RAP 2009) Fiscalização e Inspeção Técnica de Bens Culturais - 2652 (BEM FISCALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	444.995,22	306.140,63	0,69
(RAP 2009) Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural - 4793 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	6.394.829,24	3.739.524,68	0,58
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	261.146,54	213.489,82	0,82
(RAP 2009) Gestão e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis de Valor Artístico, Histórico e Cultural da Extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA - 86AV (Patrimônio preservado/UNIDADE)	-	-	-	3.469.863,33	2.375.038,35	0,68
(RAP 2009) Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 4618 (Inventário realizado/UNIDADE)	-	-	-	1.365.414,60	1.165.543,88	0,85
(RAP 2009) Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Material - 6630 (Inventário realizado/UNIDADE)	-	-	-	1.996.330,93	1.257.962,78	0,63

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Pesquisas sobre Preservação do Patrimônio Cultural - 6446 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	289.661,78	220.299,31	0,76
(RAP 2009) Preservação de Acervos Culturais - 2630 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	2.247.950,94	1.380.814,66	0,61
(RAP 2009) Preservação de Acervos Documentais, Arquivísticos e Bibliográficos do Patrimônio Cultural - 6647 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	822.020,00	709.714,22	0,86
(RAP 2009) Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos - 4013 (ACERVO PRESERVADO/UNIDADE)	-	-	-	600.000,00	392.205,98	0,65
(RAP 2009) Preservação de Acervos Históricos, Administrativos e Artísticos - 4013 (ACERVO PRESERVADO/UNIDADE)	-	-	-	298.364,85	203.772,63	0,68
(RAP 2009) Preservação de Bens Culturais de Natureza Material - 2636 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	18.384.488,93	10.357.093,62	0,56
(RAP 2009) Preservação de Bens Imóveis do Patrimônio Histórico e Cultural - 2521 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	324.807,88	320.842,95	0,99
(RAP 2009) Preservação e Difusão do Acervo Museológico do Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - 201W (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	14.931,93	14.517,76	0,97
(RAP 2009) Produção e Distribuição de Material sobre o Patrimônio Cultural - 4602 (Exemplar distribuído/UNIDADE)	-	-	-	1.060.951,37	391.468,01	0,37

(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos na Área do Patrimônio Cultural - 4110 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	450.949,76	426.961,56	0,95
(RAP 2009) Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 6628 (BEM REGISTRADO/UNIDADE)	-	-	-	716.224,93	459.855,23	0,64
(RAP 2009) Resgate da Documentação Histórica do Brasil Existente no Exterior - 4608 (DOCUMENTO RESGATADO/UNIDADE)	-	-	-	5.231,52	0,00	0,00
(RAP 2009) Salvaguarda de Bens Culturais de Natureza Imaterial - 6610 (Bem acautelado/UNIDADE)	-	-	-	812.486,43	402.908,25	0,50
Índice médio geral de realização	-	-	-			0,69

CONTEXTUALIZAÇÃO

O patrimônio histórico, artístico, paisagístico, arqueológico e documental brasileiro está constituído por aproximadamente 13 mil sítios arqueológicos cadastrados; 1007 bens inscritos nos Livros de Tombo, sendo 59 sítios urbanos, que compreendem cerca de 20 mil edificações; e mais de um milhão de objetos, entre bens móveis pertencentes às igrejas tombadas, acervos e documentos. O Brasil é um país de riquíssimo patrimônio cultural, marcado pela diversidade, expressividade e abrangência. As dinâmicas sociais que envolvem a memória, a identidade, a criatividade e a riqueza das culturas não podem prescindir desse patrimônio cultural, compreendido como o conjunto de bens materiais e imateriais significativos, portadores de referência aos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Esses bens são encontrados nos mais longínquos recantos geográficos do território nacional, e abrangem diversas categorias sociais. Compreendem construções referenciais e exemplares da tradição brasileira, como igrejas, casas, praças, conjuntos urbanos, monumentos, bens integrados, bens paisagísticos, acervos diversos; as artes (música, artes cênicas, artes visuais, audiovisual e a literatura) e o artesanato; os arquivos históricos e coleções bibliográficas; a linguagem e os costumes; as descobertas e os processos genuínos na ciência, e os locais dotados de expressivo valor para a história, a arqueologia, a paleontologia e a ciência em geral, assim como as paisagens e as áreas de proteção ecológica da fauna e da flora. É primordial a reversão do quadro de degradação dos bens integrantes do patrimônio de caráter histórico-cultural, mediante a implementação de políticas e medidas voltadas a inventário, conservação, revitalização e restauração, de modo a estimular novas dinâmicas sociais e parcerias geradoras de ofertas turísticas, valores econômicos, educação patrimonial e auto-estima da população. O processo de fiscalização sobre esses bens requer aprimoramento, como também é necessária a sensibilização e o comprometimento da sociedade para, em conjunto com o estado, possibilitar a permanência desse patrimônio que passa a ser visto não mais como um problema, mas como uma solução alternativa para o desenvolvimento local e regional. Nesse sentido, o turismo cultural representa a base de sustentação na diversidade do patrimônio cultural, pelo crescente interesse das pessoas por lugares diferenciados e capazes de enriquecer sua experiência de vida. A indústria do turismo apresenta grande potencial de geração de emprego e renda para todos os níveis da população, constituindo-se em um dos eixos de fomento definidos pelo BID para a região da América Latina. A organização mundial do turismo prevê um crescimento de 4,8% para o setor nessa região, no período de 1995 a 2020. A preocupação com a proteção do patrimônio cultural brasileiro volta-se, de um lado, para a preservação da

Relatório Anual de Avaliação

memória nacional e, de outro, para o desenvolvimento local. A conservação e restauração de nossas igrejas e monumentos históricos são fundamentais para que voltem a ser utilizados pela população. A devolução para a comunidade de um bem que estava em mau estado de conservação e sem utilização ou com a utilização de forma precária, contribui ainda para atrair um turismo qualificado para a localidade. A riqueza do patrimônio cultural distribuído por todo o território nacional indica um enorme potencial econômico a ser explorado, enquanto opção turística, que começa a ser bastante procurado por aqueles que viajam. O trabalho de recuperação do patrimônio gera empregos diretos e indiretos, seja durante a obra, ou depois de ela estar concluída, em função da possibilidade do incremento do turismo nas localidades, contribuindo para a revitalização dessas cidades beneficiadas e para melhorar a qualidade de vida de seus habitantes. Os sítios arqueológicos históricos e pré-coloniais e áreas de interesse arqueológico necessitam ser inseridos nas políticas de gestão urbana para evitar sua destruição e propiciar a necessária reintegração. A pesquisa básica, os cursos de formação e conseqüentemente os melhores recursos do setor estão concentrados na faixa litorânea do país. Entretanto, os sítios arqueológicos mais bens conservados localizam-se em regiões inversamente proporcionais ao desenvolvimento econômico. Dessa forma, a zona de tensão para a preservação do patrimônio está nas frentes agropecuárias de expansão e áreas de menor densidade demográfica, como o centro-oeste, o nordeste e a Amazônia. Estas regiões necessitam de políticas específicas de fomento à preservação do patrimônio arqueológico. O comércio de bens arqueológicos, proibido no território nacional, desenvolve-se especialmente na Amazônia. O fato deve-se especialmente à cultura material de grande beleza plástica das sociedades complexas que habitaram a região. Urge que sejam adotadas medidas educativas e coercitivas para regularizar a situação. Por outro lado, há necessidade de romper com o processo de deteriorização e descaracterização desses bens culturais de natureza material em suas diversas vertentes, diante da escassez de iniciativa de conservação preventiva de bens documentais e bibliográficos. Isto requer esforços visando aprimorar o processo de proteção e conservação desses bens e de possibilitar a permanência desse patrimônio. A preocupação com a preservação dos bens culturais não se concentra apenas na sua integridade física. Com o progresso dos processos e do entendimento do que possa ser um bem cultural, preza-se muito a repercussão que ele possa dar à comunidade local em termos de consciência cultural, desenvolvimento social e sustentabilidade econômica. É dever do Estado proteger o patrimônio cultural, impedir sua evasão, destruição e descaracterização, e proporcionar meios de acesso à sua fruição. Para que o Patrimônio Brasileiro possa cumprir seu papel cultural e social é necessário assegurar meios para a preservação e para a divulgação dos bens em sua diversidade, já que abrange produtos intelectuais, resultado da acumulação do conhecimento humano no decorrer da História; bens resultantes de sua capacidade de sobrevivência, e elementos da natureza e do meio-ambiente. Requer, assim, a sua permanente ampliação o que implica na garantia de condições de conservação, restauração e divulgação segundo as exigências próprias de sua natureza e constituição, a partir do contexto social e ambiental brasileiro.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - O Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial.

Alcance Abaixo do Esperado.

Registros realizados em 2010: (1) Festa do Divino Espírito Santo 3 Pirenópolis (GO), (2) Ritual Yaokwa do povo indígena Enawenê Nawê (MT), (3) Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro (AM) e (4) Festa de Sant'na de Caicó (RN).

2 - A Preservação de Bens Culturais de Natureza Material.

Alcance Dentro do Esperado.

O processo de tombamento do Encontro das Águas, em Manaus.

O Tombamento de Sítios Sagrados de Povos do Alto Xingu, no Estado de Mato Grosso.

O Na sessão do Conselho Consultivo realizada em outubro definiu-se o tombamento do centro histórico de Santa Tereza (RS); do Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (RJ); do centro histórico da cidade de São Félix (BA) e da cidade modernista de Serra do Navio (AP). Um importante trecho da Serra da Piedade, envolvendo todo o Santuário de N. S. da Piedade, padroeira de Minas Gerais, foi também tombado na ocasião.

O Em dezembro, o Conselho foi novamente convocado e aprovou o tombamento de novos e importantes bens: Cáceres (MT), Paracatu (MG), São Luiz do Paraitinga (SP) e o Centro Histórico de Natal (RN). Nessa mesma sessão foram tombadas as primeiras embarcações tradicionais no Brasil: o saveiro Sombra da Lua (BA), o cúter Dinamar (MA), a Canoa de Toldado Rio São Francisco e a Canoa de Pranchão (RS). O acervo do Museu Nacional do Mar, situado em São Francisco do Sul, em Santa Catarina, composto por perto de 80 embarcações, também foi tombado nessa sessão histórica.

Relatório Anual de Avaliação

3 - O Fomento a Projetos na Área do Patrimônio Cultural

Abaixo do esperado

A ação de Fomento é destinada ao apoio de projetos relacionados às mais diversas áreas do patrimônio cultural: preservação de bens de natureza material e imaterial, estudos, inventários, propostas de proteção, promoção, conservação, revitalização, dentre tantas outras.

Destacaram-se, nesta ação, a realização do Edital Público do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI); os estudos para chancela de Paisagens Culturais Brasileiras; as ações do Projeto Barcos do Brasil, visando a valorização do patrimônio naval brasileiro; Apoio aos encontros e reuniões que tratem do Patrimônio Cultural Brasileiro e finalmente a aquisição de imóveis para as Superintendências. Em relação ao Edital do Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI), o mesmo tem como objetivo selecionar projetos técnicos de documentação e/ou melhoria das condições de sustentabilidade dos saberes, modos de fazer, formas de expressão, festas, rituais, celebrações, lugares e espaços que abrigam práticas culturais coletivas vinculadas às tradições das comunidades afro-brasileiras, indígenas, ciganas, de descendentes de imigrantes, dentre outras.

Já a chancela de Paisagens Culturais Brasileiras é uma nova ferramenta de proteção do patrimônio nacional que tem como objetivo o reconhecimento de porções singulares dos territórios, onde a inter-relação entre a cultura humana e o ambiente natural confere à paisagem uma identidade singular. Evento de grande importância organizada pelo Iphan foi a 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial da UNESCO.

A execução se deu abaixo do esperado, já que a previsão da meta física não foi alcançada. Em relação à execução financeira foi bem abaixo do esperado em decorrência das dificuldades processuais administrativas de contratação dos serviços previstos na ação, além disso, influenciando tanto no que tange a execução financeira quanto a física, a menor disponibilização orçamentária do que o esperado para 2010.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Os recursos destinados para o IPHAN não foram integralmente disponibilizados, especialmente no ano de 2010. É fundamental ressaltar que o IPHAN empenhou praticamente 100% dos recursos que lhe foram efetivamente disponibilizados. Muitos projetos foram suspensos em virtude da ausência de recursos e devem ser retomados em 2011, especialmente por já se encontrarem no momento de serem lançados nos processos licitatórios. Foi elaborado, para o Relatório de Gestão 2010, entregue aos órgãos controladores, um novo índice que vincula o crédito disponibilizado e o empenho total e apenas 04 ações do Programa Brasil Patrimônio Cultural [Identificação e Inventário de Bens Culturais de Natureza Imaterial (0,870), Fomento a Projetos na área do Patrimônio Cultural (0,984), Educação Patrimonial em Áreas de Bens Culturais (0,842) e Construção do Edifício Sede do IPHAN no Distrito Federal (0,00)] apresentaram valor abaixo de 1, ou seja, empenhos inferiores aos créditos disponibilizados. Caso o volume de recursos disponibilizados tivesse sido maior certamente os resultados seriam superiores aos apresentados.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Registros de Bens Culturais de Natureza Imaterial - UNIDADE	7,00	31/12/2006	4,00	01/2011	0,00	Muito Baixa

Fonte: IPHAN

Medidas corretivas necessárias: Reavaliar o número de Registros que deverão ocorrer por ano, afinal os processos de Registro, por vezes, ultrapassam temporalmente o período de 1 ano e o início do processo de registro não garante que ao final o objeto em estudo será registrado.

Justificativa: Nesse indicador são contados os bens culturais de natureza imaterial registrados pelo IPHAN durante o ano. Embora ele ofereça o volume de registros obtidos, ele possui duas fraquezas: não nos mostra o volume de trabalho que é incorporado em cada um dos registros e de não dar noção sobre o quanto esse volume de trabalho se aproxima do que seria ideal para a preservação cultural imaterial brasileira, essencial para um indicador de resultados.

Índice de Preservação do Patrimônio Material - IPPM - percentagem %	70,66	31/12/2006	82,10	01/2011	0,00	Média
---	-------	------------	-------	---------	------	-------

Fonte: Iphan/MinC

Medidas corretivas necessárias: É preciso ocorrer um maior equilíbrio entre as diversas ações que compõem o IPPM. No ano de 2010 a fiscalização teve um peso muito grande no resultado do índice, enquanto as demais ações analisadas ficaram abaixo do esperado.

Justificativa: O índice previsto para o ano de 2011 é novamente de 100. Desde o início do seu cálculo, no ano de 2006, apenas o ano de 2009 alcançou uma meta superior ao inicialmente desejado (100%), além disso, os próprios cortes orçamentários que já foram anunciados para o ano de 2011 afetará negativamente a obtenção do índice ideal.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 40% a 80% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Por mais uma vez a carência orçamentária e de pessoal impede uma ação de maior envergadura do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o que implica em um atendimento em relação ao público-alvo (a sociedade brasileira) inferior ao ideal.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A carência orçamentária e de recursos-humanos, aliado a situações de caráter emergencial em todo o país, dificultam a tomada de medidas que permitam a avaliação da satisfação dos beneficiários.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

a legitimação das ações realizadas em relação ao Patrimônio Cultural Brasileiro só são realmente efetivas quando da participação popular. Dessa forma, o apoio e as informações da sociedade são fundamentais para se conhecer os objetos tidos realmente como patrimônio para uma dada sociedade. Os resultados são tanto mais duradouros quanto maior for o envolvimento da sociedade no processo de preservação de qualquer bem cultural. O Iphan busca aproximar-se da sociedade no sentido de legitimar as suas ações para que o patrimônio cultural preservado ganhe sustentabilidade junto à população brasileira.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

a legitimação das ações realizadas em relação ao Patrimônio Cultural Brasileiro só são realmente efetivas quando da participação popular. Dessa forma, o apoio e as informações da sociedade são fundamentais para se conhecer os objetos tidos realmente como patrimônio para uma dada sociedade. Os resultados são tanto mais duradouros quanto maior for o envolvimento da sociedade no processo de preservação de qualquer bem cultural. Além de reuniões do Conselho Consultivo do Iphan, que tem representantes de órgãos públicos afetos à preservação do patrimônio e representantes da sociedade civil, o Iphan promove reuniões em câmaras técnicas e no último ano promoveu ampla discussão para constituição do Sistema Nacional de Patrimônio.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

a legitimação das ações realizadas em relação ao Patrimônio Cultural Brasileiro só são realmente efetivas quando da participação popular. Dessa forma, o apoio e as informações da sociedade são fundamentais para se conhecer os objetos tidos realmente como patrimônio para uma dada sociedade. Os resultados são tanto mais duradouros quanto maior for o envolvimento da sociedade no processo de preservação de qualquer bem cultural. Destaca-se as conferências do Sistema Nacional de Patrimônio no sentido de compartilhar a política de preservação com Estados e Municípios, criando uma rede de preservação do patrimônio Cultural Brasileiro.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Brasil, Som e Imagem

GERENTE DO PROGRAMA

Ana Paula Dourado Santana

OBJETIVO

Ampliar a produção, a difusão, a exibição, a preservação e o acesso às obras audiovisuais brasileiras e promover a auto-sustentabilidade da indústria audiovisual

PÚBLICO-ALVO

Sociedade brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$346.544.532,00	Empenhado Liquidado: R\$147.765.241,78 Pago Estatais: - Total: R\$147.765.241,78
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Administração do Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - 6428 (FINANCIAMENTO GERENCIADO/UNIDADE)	3,00	0,00	0,00	70.000,00	0,00	0,00
Administração dos Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - 8102 (Investimento gerenciado/UNIDADE)	20,00	0,00	0,00	1.042.736,00	0,00	0,00
Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual - 8106 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	22,00	0,00	0,00	4.420.736,00	0,00	0,00
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	126,00	0,00	0,00	22.594,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	379,00	310,00	81,79	327.456,00	265.551,95	81,10

Ano Base 2010

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	35,00	27,00	77,14	37.632,00	34.741,55	92,32
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	234,00	221,00	94,44	815.839,00	798.610,81	97,89
Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	72,00	42,00	58,33	135.648,00	57.985,18	42,75
Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual - 2964 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	183,00	0,00	0,00	950.000,00	0,00	0,00
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	250,00	435,00	174,00	900.000,00	684.638,66	76,07
Concessão de certificado para exploração comercial de obras cinematográficas e audiovisuais - 9837 (certificado concedido/UNIDADE)						
Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores - 4908 (PROJETO PREMIADO/UNIDADE)	62,00	36,00	58,06	9.360.143,00	4.534.561,26	48,45
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)				4.785.380,00	4.784.853,77	99,99
Equalização de Encargos Financeiros Incidentes nas Operações de Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - 005Z (-/-)				200.000,00	200.000,00	100,00
Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - (Lei nº 11.437, de 2006) - 006C (-/-)				3.500.000,00	3.500.000,00	100,00
Fiscalização das Atividades do Setor Audiovisual e Proteção da Propriedade Imaterial - 4531 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	13.520,00	67.202,00	497,06	300.000,00	55.828,07	18,61

Relatório Anual de Avaliação

Fomento à Distribuição e Comercialização de Obras Cinematográficas e Audiovisuais no País e no Exterior - 4533 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	65.880,00	56.384,00	85,59
Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais - 4795 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	3.090,00	635,00	20,55	186.449.482,00	72.048.417,50	38,64
Funcionamento da Cinemateca Brasileira - 8481 (Público atendido/UNIDADE)	38.500,00	40.899,00	106,23	5.512.000,00	4.014.731,57	72,84
Funcionamento do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV - 8483 (Público atendido/UNIDADE)	1.350,00	740,00	54,81	2.177.670,00	967.290,80	44,42
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				56.011.522,00	49.049.975,81	87,57
Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE - 7258 (Escritório regional instalado /UNIDADE)	1,00	1,00	100,00	250.000,00	206.166,49	82,47
Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual mediante Participação em Empresas e Projetos - Fundo Setorial do Audiovisual - 006A (-/-)				54.059.817,00	0,00	0,00
Modernização da Cinemateca Brasileira - 5108 (Espaço cultural modernizado/% de execução física)	45,00	6,75	15,00	3.000.000,00	560.871,50	18,70
Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV - 5106 (Espaço cultural modernizado/% de execução física)	25,00	20,00	80,00	5.300.000,00	1.055.056,37	19,91
Preservação de Acervos Audiovisuais - 4709 (bem preservado/UNIDADE)	37,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00	0,00
Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais - 6527 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	97,00	106,00	109,28	6.249.997,00	4.889.576,49	78,23
Regulamentação do Setor Cinematográfico e Audiovisual - 4888 (Norma publicada/UNIDADE)	5,00	0,00	0,00	400.000,00	0,00	0,00
Índice médio geral de realização			73,94			47,61

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ações de Informática - 2003 (-/-)	-	-	-	2.256.646,49	1.907.438,29	0,85

(RAP 2009) Administração do Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - 6428 (FINANCIAMENTO GERENCIADO/UNIDADE)	-	-	-	59.078,22	59.078,22	1,00
(RAP 2009) Administração dos Investimentos Retornáveis no Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual - 8102 (Investimento gerenciado/UNIDADE)	-	-	-	1.698.099,44	1.698.099,44	1,00
(RAP 2009) Apoio a Projetos Audiovisuais Específicos - Fundo Setorial do Audiovisual - 8106 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.613.193,48	2.613.193,48	1,00
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	125.165,45	29.098,36	0,23
(RAP 2009) Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores na Área de Audiovisual - 2964 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	121.364,20	62.915,80	0,52
(RAP 2009) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	90.266,71	80.266,71	0,89
(RAP 2009) Concessão de Prêmio Adicional de Renda a Produtores, Distribuidores e Exibidores - 4908 (PROJETO PREMIADO/UNIDADE)	-	-	-	214.693,77	214.693,77	1,00
(RAP 2009) Equalização de Encargos Financeiros Incidentes nas Operações de Financiamento ao Setor Audiovisual - Fundo Setorial do Audiovisual (Lei nº 11.437, de 2006) - 005Z (-/-)	-	-	-	652.000,00	652.000,00	1,00
(RAP 2009) Fiscalização das Atividades do Setor Audiovisual e Proteção da Propriedade Imaterial - 4531 (Fiscalização realizada/UNIDADE)	-	-	-	51.851,22	24.518,51	0,47

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais - 4795 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	7.078.050,47	5.359.216,24	0,76
(RAP 2009) Funcionamento da Cinemateca Brasileira - 8481 (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	298.005,21	229.807,58	0,77
(RAP 2009) Funcionamento do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV - 8483 (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	640.363,67	195.866,14	0,31
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	2.179.501,59	1.760.453,13	0,81
(RAP 2009) Instalação dos Escritórios Regionais da Agência Nacional de Cinema - ANCINE - 7258 (Escritório regional instalado /UNIDADE)	-	-	-	163.457,60	162.207,60	0,99
(RAP 2009) Modernização da Cinemateca Brasileira - 5108 (Espaço cultural modernizado/% de execução física)	-	-	-	643.620,61	643.620,61	1,00
(RAP 2009) Modernização do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais - CTAV - 5106 (Espaço cultural modernizado/% de execução física)	-	-	-	2.822.848,21	2.558.800,66	0,91
(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos Audiovisuais - 6527 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	1.994.677,49	1.884.107,09	0,94
Índice médio geral de realização			-			0,80

CONTEXTUALIZAÇÃO

Dado o longo período de não reconhecimento pelo Estado do papel estratégico do setor audiovisual, os esforços na afirmação do Brasil enquanto importante centro produtor de obras cinematográficas e audiovisuais sempre foram dispersos. Como resultante, o setor viveu períodos de altos e baixos em seu desempenho mercadológico. A partir da década de 70, quando o cinema brasileiro tinha uma boa presença no mercado nacional (cerca de 35%), fatores como a defasagem tecnológica, a ausência de regulação do mercado e a falta de uma política pública setorial levaram o cinema nacional a entrar na década de 90 em situação de participação marginal no mercado (apenas 0,05% em 1992). A partir de 1995, após a recriação de mecanismos de fomento ao setor, iniciou-se a chamada retomada da produção que resultou no crescimento dos índices gerais do mercado de cinema e em especial da taxa de ocupação do mercado interno, chegando a 21% em 2003. O audiovisual é provavelmente o campo da cultura em que o exercício da cidadania é o menos presente. Ocupando um lugar central na estrutura

dos grandes conglomerados da mídia e do entretenimento, o setor audiovisual é o protagonista do processo de especialização comunicativa do campo cultural, vivenciado pelo mundo contemporâneo. A atividade audiovisual segue, portanto, a lógica hegemônica dos grandes grupos de mídias, marcada pela forte concentração do mercado global da informação e do entretenimento, que subordina os países periféricos ao papel de consumidores de bens audiovisuais. O desafio a ser enfrentado pelas políticas públicas se coloca exatamente na perspectiva de reverter esta lógica de produção e fruição dos bens audiovisuais, fomentando ações que garantam o exercício pleno da cidadania, o que significa criar condições para o cidadão brasileiro ter acesso ao direito à experiência estética do audiovisual em toda sua abrangência, nos campos da criação, produção, fruição e da memória. O papel a ser ocupado na esfera política internacional pelos países em desenvolvimento dependerá, fundamentalmente, da capacidade que eles terão de se estabelecer enquanto produtores e exportadores de bens audiovisuais. Nos últimos anos, houve avanços. A Política Nacional do Cinema e do Audiovisual foi aperfeiçoada, ampliando os investimentos em todos os segmentos da atividade cinematográfica e audiovisual, mediante procedimentos públicos de seleção de projetos, promovendo o incremento de obras audiovisuais realizadas, a nacionalização de grande parte da produção, a identificação e a afirmação da capacidade produtiva de todos os Estados/Regiões do território nacional. Registrou-se a inauguração de um novo patamar nas relações entre a produção independente e a televisão brasileira, além da criação de mecanismos de apoio à exportação de conteúdos nacionais para cinema e televisão. Este período sedimentou a cultura como instrumento de inclusão social, afirmação de cidadania e geradora de emprego e renda, tendo o cinema e o audiovisual como âncora. A atenção do Estado passou a englobar ações voltadas para a produção, distribuição, programação, exibição e difusão de obras cinematográficas e audiovisuais. A atuação regulatória vem possibilitando uma melhor organização da atividade econômica, visando torná-la competitiva e auto-sustentável. Neste sentido, a aprovação da Lei 11.437/2006 possibilita a implantação de um novo mecanismo de investimento e financiamento, com viés regulatório e de desenvolvimento, através da entrada em operação do Fundo Setorial do Audiovisual responsável pela introdução de novas modalidades de aplicação das políticas públicas para o setor. No entanto, ainda é necessário o aprofundamento de políticas públicas para que os sensíveis avanços possam ser consolidados. Além disso, persiste o desafio de criar e melhorar as condições para a solidificação dos segmentos do setor cinematográfico e audiovisual nacional, protegendo-os das intempéries da velocidade da convergência tecnológica, e ao mesmo tempo inserindo-os neste novo cenário, para que sejam agentes ativos destas novas possibilidades de produção, distribuição e modos de consumo de conteúdo, as quais irão cada vez mais se confirmar como grandes possibilidades econômicas de escala e geradoras de auto-sustentabilidade para o setor.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Relatório Anual de Avaliação

1 - As ações do Programa Brasil, Som e Imagem estão sob a responsabilidade da Secretaria do Audiovisual (SAV) e da Agência Nacional de Cinema (ANCINE). Destacam-se, no âmbito de atuação da SAV, aquelas voltadas ao fomento aos projetos audiovisuais e cinematográficos, ao intercâmbio, promoção e difusão do audiovisual brasileiro no Brasil e no exterior, à capacitação de técnicos, artistas e servidores na área do audiovisual, e as ações de preservação de acervos e modernização da Cinemateca Brasileira e do Centro Técnico de Atividades Audiovisuais (CTAV). Na ANCINE, além das ações voltadas ao fomento e intercâmbio, ressaltam-se as atividades de fiscalização, gestão interna, capacitação de servidores e as que compõem o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA).

2 - Fomento a Projetos Cinematográficos e Audiovisuais: Continuidade ao "Programa de Editais de Fomento à Produção Audiovisual Brasileira", com ênfase no investimento em ações de formação e, sobretudo, na veiculação pela televisão aberta das obras premiadas nos concursos, como nos exercícios anteriores. No campo da produção cinematográfica, foram lançados 06 editais em 2010: um deles apoiou a produção de 07 longas-metragens de baixo orçamento; outro foi voltado à produção de 20 curtas-metragens nos gêneros ficção ou documentário; enquanto outros 03 fomentaram o desenvolvimento de roteiros cinematográficos. O primeiro deles, voltado para roteiristas profissionais, apoiou 07 projetos de desenvolvimento de roteiros cinematográficos; o segundo, voltado para estreantes, fomentou 12 projetos; o último, voltado para roteiros com temática infantil, apoiou 03 projetos. Por fim, a SAV lançou, em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do Ministério do Meio Ambiente (MMA), o concurso "Cine Ambiente", voltado ao fomento de 10 obras cinematográficas de micrometragem em animação, sobre o tema "Consumo Sustentável e Biodiversidade". As obras apoiadas no âmbito desse edital deverão ser exibidas em TVs públicas, em uma perspectiva de estímulo ao olhar crítico e à discussão sobre a questão socioambiental.

3 - O "Programa ANCINE de Incentivo à Qualidade do Cinema Brasileiro" (PAQ), que concede apoio financeiro às empresas produtoras em razão da premiação ou indicação de longas-metragens brasileiros de produção independente em festivais nacionais e internacionais, contemplou 07 empresas em 2010.

4 - Além do PAR e do PAQ, a ANCINE, em 2010, desenvolveu mais seis iniciativas de fomento direto, que injetaram um total de R\$ 15.415.599,80 na atividade audiovisual: "DOCTV IB", "Programa IBERMEDIA", "Edital de Coprodução Brasil-Portugal", "Programa de Cooperação Brasil-Itália", "Apoio à Realização do Grande Prêmio do Cinema Brasileiro 2011" e o "Programa de Apoio à Participação de Filmes Brasileiros em Festivais Internacionais".

5 - Ainda no campo do fomento, mas dessa vez na área da produção radiofônica, a SAV lançou em 2010 o concurso "Nossa Onda", no âmbito do "Programa Mais Cultura", para apoio à produção de 52 conteúdos radiofônicos, entre radiocontos e radiodocumentários, voltados aos jovens das classes C, D e E. O edital tem como parceiros a Sociedade Amigos da Cinemateca (SAC) e a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (ABRAÇO), possibilitando a veiculação das obras produzidas em 2011 em emissoras comunitárias de rádio de todo o país.

6 - Em 2010 a SAV deu continuidade ainda a realizações exitosas de anos anteriores. Um bom exemplo é o do "AnimaTV - Programa de Fomento à Produção e Teledifusão de Séries de Animação Brasileiras", lançado em 2008, que proporcionou a exibição pelas emissoras do campo público de TV dos episódios pilotos dos 17 projetos de séries de animação produzidos. Depois de realizada pesquisa de público a partir dos pilotos, duas séries completas de 13 episódios foram escolhidas para serem produzidas e exibidas na TV pública em 2011.

7 - Duas outras realizações de 2009 exibiram seus frutos ao público em 2010: realizou-se a mostra competitiva "Nós na Tela", que exibiu, na Cinemateca Brasileira, as 20 obras fomentadas pela SAV via edital e premiou 03 delas; já o "XPTA.Lab - Programa Laboratórios de Experimentação e Pesquisa em Tecnologias Audiovisuais" apresentou no Fórum de Cultura Digital de 2010 os primeiros resultados dos projetos dos laboratórios de pesquisa apoiados. Com isso, a SAV cumpre seu objetivo de não apenas fomentar a produção, mas de incentivar a difusão do conteúdo produzido, ampliando o acesso à cultura e beneficiando a sociedade brasileira em escala mais abrangente.

8 - Outra realização exitosa que teve continuidade em 2010 foi o "Cine Mais Cultura", voltado à difusão de conteúdos audiovisuais brasileiros em circuitos alternativos, à reflexão e à educação do olhar. Em 2010 o MinC assinou um Termo de Cooperação Técnica com o Ministério da Educação (MEC), a SAC e o Governo do Distrito Federal (GDF), para a implantação de Cines Mais Cultura em todas as 87 escolas do ensino médio da rede pública do Distrito Federal. Serão disponibilizados às escolas equipamentos audiovisuais de projeção digital, obras brasileiras do catálogo da Programadora Brasil e oficina de capacitação cineclubista para professores e representantes das comunidades.

9 - No âmbito da ANCINE, foi lançada a terceira chamada pública do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), para investimento em quatro linhas de ação: (i) projetos de produção cinematográfica, (ii) produção independente para televisão, (iii) aquisição de direitos para distribuição, e (iv) comercialização cinematográfica. O volume de recursos financeiros a ser investido no setor foi ampliado para R\$ 84 milhões. O FSA é um marco na política pública de fomento à indústria audiovisual, já sendo reconhecido como um dos principais impulsionadores do desenvolvimento do setor - tanto pela abrangência para todos os elos da cadeia produtiva quanto pela regularidade dos editais, que contribui para a organização do mercado.

10 - Ainda com relação ao Fundo Setorial do Audiovisual, a segunda chamada pública, cujo resultado foi conhecido em 2010, contemplou 94 projetos das quatro linhas, totalizando um aporte de R\$ 81 milhões na atividade produtiva do audiovisual, a serem integralizados gradativamente.

11 - Em 2010, foi lançado pela Presidência da República o "Programa Cinema Perto de Você 3 Programa Integrado de Expansão do Parque Exibidor", lastreado, em parte, por recursos oriundos do FSA. O Cinema Perto de Você tem por meta a construção de 600 novas salas de cinema em todo o país, tendo entre suas prioridades os municípios com mais de 100 mil habitantes desprovidos deste equipamento cultural. A iniciativa engloba cinco projetos: (i) Projeto de Investimento e Crédito (em complexos de exibição), (ii) Projeto Cinema da Cidade, (iii) Projeto de Desoneração Tributária, (iv) Projeto do Sistema de Controle de Bilheteria e Digitalização do Parque Exibidor. O primeiro cinema viabilizado com recursos do Projeto de Investimento e Crédito, em operação conjunta com o BNDES, foi inaugurado em um bairro de baixo poder aquisitivo do Rio de Janeiro, em setembro de 2010 3 apenas três meses após o lançamento da iniciativa. O Cine10 foi construído com apoio da ordem de R\$ 3,763 milhões, sendo R\$ 595 mil do BNDES e R\$ 3,168 milhões do Fundo Setorial do Audiovisual.

12 - O "Prêmio Adicional de Renda" (PAR), concedido anualmente pela ANCINE com base no desempenho econômico dos filmes nacionais nos cinemas, contemplou, em 2010, 14 produtoras, 10 distribuidoras e 57 exibidoras, totalizando 81 empresas. Este número, que é o maior desde 2005 3 ano da criação do prêmio 3 ultrapassou em 30% a meta prevista para 2010, que era premiar 62 empresas. Este fato denota o compromisso cada vez maior do setor com a conquista do mercado.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Os resultados alcançados são frutos das políticas consistentes desenvolvidas. Essas políticas são focadas nas necessidades do setor audiovisual,

Relatório Anual de Avaliação

conforme diagnósticos feitos pela Secretaria do Audiovisual (SAV) e pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE), por meio de estudos e consultas periódicas ao setor, como as reuniões do Conselho Superior de Cinema e do Conselho Consultivo da SAV.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Participação da produção nacional no mercado cinematográfico do Brasil - percentual	11,00	27/05/2006	18,78	12/2010	11,76	Alta

Fonte: Ministério da Cultura

Medidas corretivas necessárias: Não há necessidade de correção, pois o índice atingido superou o de exercícios anteriores: 10,5% em 2006; 11,11% em 2007; 10,16% em 2008; 14,28% em 2009, o que denota uma evolução no potencial comercial das produções cinematográficas brasileiras. Ainda que o indicador seja afetado positivamente por fenômenos relativamente isolados de bilheteria, a recorrência de filmes nacionais entre os maiores públicos de cada ano demonstra que a política de estímulo à indústria audiovisual tem dado frutos. Em 2010, três filmes brasileiros se destacaram, ocupando o ranking dos 20 maiores públicos do ano: "Tropa de Elite 2" (1º), "Nosso Lar" (8º) e "Chico Xavier" (9º). Vários fatores têm levado a uma reaproximação entre cinema nacional e público: melhor qualidade técnica dos filmes, maior organização dos agentes do setor e um calendário de lançamentos mais estratégico.

Justificativa:

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: As ações desenvolvidas no programa vão ao encontro dos anseios e necessidades do público-alvo uma vez que foram construídas a partir das demandas dos setores beneficiários, aferidas por meio dos mecanismos de participação social descritos na questão 6 desta Avaliação.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: As ações são desenvolvidas a partir das demandas do setor, por meio dos mecanismos de participação social descritas na questão 6 desta Avaliação. O nível de satisfação considerado justifica-se uma vez que as políticas públicas e as ações são desenvolvidas em parceria com o próprio público-alvo. Além disso, o bom resultado do indicador do programa no exercício é um bom indício de que as políticas públicas de desenvolvimento da indústria audiovisual nacional têm dado resultado, enriquecendo o campo da economia criativa nacional e, portanto, beneficiando a sociedade brasileira como um todo. Por fim, o alto número de inscritos nos editais lançados no âmbito do programa demonstram grande interesse da população pelas ações realizadas.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Reuniões setoriais e criação de unidades técnicas de acompanhamento e avaliação das ações, execução dos resultados.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Relatório Anual de Avaliação

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

A Secretaria do Audiovisual realiza a cada trimestre reunião com as entidades representativas do setor audiovisual, que funcionam como uma espécie de câmara setorial. Nessas reuniões são colhidos subsídios para a formulação e construção de políticas públicas necessárias para o setor audiovisual em suas diversas vertentes.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

A Secretaria do Audiovisual possui um Conselho Consultivo, com reuniões semestrais, fórum em que são avaliadas e discutidas as ações desenvolvidas. A Secretaria participa também das reuniões do Conselho Nacional de Política Cultural.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

Em 2010, a Secretaria do Audiovisual participou ativamente da II Conferência Nacional de Cultura, tendo organizado a Pré-Conferência Setorial do Audiovisual, com representantes dos diversos elos produtivos da atividade audiovisual, em que se discutiram as prioridades para as políticas públicas voltadas ao audiovisual e se aprovaram 05 propostas do setor a serem levadas para a conferência.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Além do Conselho Consultivo, a Secretaria do Audiovisual ainda tem outro fórum de consulta e deliberação: o Conselho Superior de Cinema, instância de ampla representação do setor audiovisual brasileiro, em que são discutidas e definidas as linhas gerais das políticas audiovisuais do Ministério da Cultura.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

A participação social desde o início da gestão do governo anterior tem sido utilizada pelo Ministério da Cultura. Essa gestão compartilhada possibilita maior continuidade e efetividade na formulação e implementação de políticas, ações e programas, uma vez que é possível mapear as necessidades estruturais do setor.

Cultura Afro-Brasileira

GERENTE DO PROGRAMA

ELOI FERREIRA DE ARAÚJO

OBJETIVO

Proteger e promover a cultura e o patrimônio afro-brasileiro

PÚBLICO-ALVO

Sociedade em geral, com prioridade para os/as afro-brasileiros/as

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$19.241.748,00	Empenhado Liquidado: R\$11.105.976,96 Pago Estadais: - Total: R\$11.105.976,96
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos - 2A96 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	3,00	21,00	700,00	30.000,00	22.970,58	76,57
Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos - 20CW (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	22,00	0,00	0,00	3.967,00	0,00	0,00
Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	105,00	71,00	67,62	91.073,00	70.863,00	77,81
Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados - 2010 (criança atendida/UNIDADE)	3,00	4,00	133,33	4.808,00	4.669,25	97,11
Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados - 2012 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	41,00	44,00	107,32	163.073,00	159.769,91	97,97

Relatório Anual de Avaliação

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados - 2011 (SERVIDOR BENEFICIADO/UNIDADE)	16,00	21,00	131,25	17.739,00	14.215,18	80,14
Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação - 4572 (SERVIDOR CAPACITADO/UNIDADE)	8,00	7,00	87,50	60.000,00	15.444,86	25,74
Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - 09HB (-/-)				307.992,00	302.123,75	98,09
Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo - 6621 (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	13,00	50,00	384,62	500.000,00	439.309,83	87,86
Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira - 8053 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	34,00	29,00	85,29	5.200.000,00	1.538.685,93	29,59
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				9.088.096,00	6.206.626,45	68,29
Implantação do Centro Nacional de Referência e Informação da Cultura Negra - 11CP (Centro implantado /% de execução)	5,00	1,01	20,14	1.100.000,00	222.582,19	20,23
Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro - 8069 (PESQUISA APOIADA/UNIDADE)	2,00	2,00	100,00	600.000,00	271.057,55	45,18
Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros - 6531 (INTERCAMBIO REALIZADO/UNIDADE)	4,00	15,00	375,00	750.000,00	590.396,45	78,72
Proteção aos Bens Culturais Afro-brasileiros - 2A86 (bem preservado/UNIDADE)	4,00	7,00	175,00	1.000.000,00	958.960,33	95,90
Rede Palmares de Comunicação - 2A88 (Produção difundida/UNIDADE)	4,00	1,00	25,00	325.000,00	288.301,70	88,71
Índice médio geral de realização			170,86			66,74

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

(RAP 2009) Assistência Jurídica às Comunidades Remanescentes de Quilombos - 2A96 (COMUNIDADE ASSISTIDA/UNIDADE)	-	-	-	400,52	0,00	0,00
(RAP 2009) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes - 2004 (PESSOA BENEFICIADA/UNIDADE)	-	-	-	2.196,40	0,00	0,00
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos em Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro - 8047 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	80.000,00	80.000,00	1,00
(RAP 2009) Construção do Centro Nacional de Informações de Referência da Cultura Negra - 11CP (Centro implantado /% de execução física)	-	-	-	1.322.623,02	1.138.437,41	0,86
(RAP 2009) Etnodesenvolvimento das Comunidades Remanescentes de Quilombo - 6621 (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	-	-	-	128.557,82	85.448,98	0,66
(RAP 2009) Fomento a Projetos da Cultura Afro-Brasileira - 8053 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	1.751.592,02	1.541.880,91	0,88
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	789.138,65	575.146,73	0,73
(RAP 2009) Pesquisas sobre Cultura e Patrimônio Afro-Brasileiro - 8069 (PESQUISA APOIADA/UNIDADE)	-	-	-	312.000,00	311.991,98	1,00
(RAP 2009) Promoção de Intercâmbios Culturais Afro-Brasileiros - 6531 (INTERCAMBIO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	3.550,60	0,00	0,00
(RAP 2009) Proteção aos Bens Culturais Afro-brasileiros - 2A86 (bem preservado/UNIDADE)	-	-	-	80.015,75	27.034,26	0,34
(RAP 2009) Rede Palmares de Comunicação - 2A88 (Produção difundida/UNIDADE)	-	-	-	359.798,20	355.063,01	0,99
Índice médio geral de realização						0,59

CONTEXTUALIZAÇÃO

As comunidades rurais e urbanas de tradição africana, especialmente as comunidades remanescentes de quilombos, enfrentam os problemas abaixo identificados, sejam eles: 1) Difícil acesso aos bens e aos serviços sociais; 2) Ausência de equipamentos sociais nas comunidades quilombolas e da documentação civil que lhes possibilitem o acesso aos serviços públicos básicos; 3) Infra-estrutura precária, baixa escolaridade, desemprego, déficit de moradia, baixa renda, mortalidade infantil acentuada; 4) Desconhecimento dos seus direitos e dos instrumentos legais de defesa. Além disso, a maioria dessas comunidades, cerca de 96% de um total de 743 comunidades identificadas, ainda não possuem a titulação e o registro de propriedade das terras, sem recursos e incentivos para que desenvolvam uma economia sustentável, notadamente no que se refere à comercialização dos bens por eles produzidos. Todos esses fatores têm levado as comunidades que não conseguem sobreviver, a abandonarem seus locais de origem, buscando os centros urbanos. Em consequência, dado que não possuem qualquer qualificação para a inserção no mercado de trabalho, acabam sendo vítimas da marginalização, reforçado pelo preconceito racial ainda existente na sociedade brasileira; No que diz respeito às comunidades religiosas de tradição afro-brasileira, os problemas de ordem material, tais como o baixo nível de renda, a impossibilidade de sobrevivência dentro das comunidades, segundo os preceitos da antiga tradição. As precárias condições de saúde dos mais velhos, portadores da memória da comunidade bem como a crescente onda de intolerância que se abate sobre estas comunidades, é responsável pela precarização da preservação e reprodução de tradições afro-brasileiras, exigindo efetivas ações de sustentação destas comunidades; Os problemas enfrentados pela cultura afro-brasileira têm sua dinâmica de inclusão e permanente formação de cultura brasileira dizem respeito a sua invisibilidades nas instâncias formadoras da educação nacional e da opinião pública brasileira, o que resulta na produção de representações negativas ou incompletas do seu papel formador da cultura brasileira. A este quadro de precariedade, soma-se o abandono do patrimônio material e imaterial da cultura afro-brasileira, carente de um amplo inventário de ações de preservação de seus bens, de modo a poderem referenciar programas educativos e programas de divulgação; É também um elemento de fortalecimento da cultura afro-brasileira o intercâmbio com países de cultura afro-originária, o que permitirá o acesso dos afro-brasileiros aos acervos históricos, museológicos e culturais destes países, bem como possibilitará o intercâmbio de intelectuais, cientistas e artistas produtores de uma cultura Pan-Africana; Quanto à comunidade afro-brasileira em geral, especial preocupação deve ser conferida às crianças e jovens negros/as, em sua maioria pobres que vivem em comunidades sem infraestrutura, desprovidas de serviços e equipamentos sociais. Expostos à violência e ao tráfico de entorpecentes, são as maiores vítimas do mundo da marginalização. Vários outros fatores contribuem para agravar a situação dessas comunidades, como a falta de perspectivas quanto ao futuro da juventude negra; a discriminação e o preconceito racial existente na sociedade brasileira; a veiculação de imagem negativa dos/as Afro-Brasileiros/as, tradicionalmente estigmatizados como prostitutas, assaltantes ou meninos de rua; o desemprego; a baixa renda; salários desiguais para funções iguais (homens, mulheres e negras) e a discriminação no mercado de trabalho. Vale registrar que o Brasil é o segundo maior país do mundo com população negra.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - 29 projetos apoiados, dentre os quais destacamos os apoiados por meio de dois editais: 1º) Comemorações da criação da FCP (22 anos): premiadas 06 iniciativas culturais - Do jongo ao samba (RJ); Vivaldo Conceição 3 Um luminoso diamante negro da música baiana (BA); Encontro de Tambores Afrodescendentes (MA); Algo de Negro - Espetáculo de Rua (AL); Negras Expressões (SP); Africanidades Sul-brasileiras: Ritmos, Poéticas e Corpos (RS); 2º) Idéias Criativas para o 20 de Novembro 3 Dia Nacional da Consciência Negra, apoiadas 16 iniciativas culturais - Afrobrasilienses (DF); Minhas Raízes (MT); Caravana Nagô - Retrato Itinerante Afro Movimento Negro (MT); Espia Salvador - Território Negro (BA); Batuqueiros do Silêncio - Um Baque de Nação Promovendo a Inclusão (PE); Musical Palmares Organização Ponto de Equilíbrio (BA); Oficinas Audiovisuais em Foco: o Negro em Belém (PA); Ponto de Convergência Digital da Cultura Afro-descendente na Amazônia (PA); Árvores da Memória - Contribuição Africana no Processo Civilizatório Amazônico (PA); AfricaNatividade (RJ); Consciência, negro, consciencial! (SP); VII Encontro de Tranceiras (RJ); Espaço Cultural Afro-criciumense (SC); Histórias Cantadas (RS); 1ª Afrofest da Ilha (SC); 10ª Edição do Concurso Beleza Negra dos Palmares (PR).

2 - Apoio a duas pesquisas: Exposição Fotográfica "Herança Africana 3 Retratos das Mulheres Africanas e Afro-Colombianas" e o Levantamento de dados referente aos Terreiros: Mina Nagô de Kavulequy em Roraima, Seara de Umbanda Mamãe Oxum em Manaus, Ilê Àsé de Ósun em Rondônia, Ilê Àsé de Ode no Acre, Mina de Não de Mamãe Oxum em Macapá.

3 - 50 Comunidades Quilombolas atendidas fisicamente no ano de 2010 pela FCP para assuntos envolvendo licenciamento ambiental, formação em etnodesenvolvimento, assistência jurídica, distribuição de alimentos e orientações para os processos de certificação e direitos quilombolas. As comunidades são: AP - Macapá (Torrão do Matapi; Currálinho; Ilha Redonda; Campina Grande; Rona); BA - Salvador (São Francisco do Paraguaçu); BA - Bom Jesus da Lapa (Araçá); BA - Campo Formoso (Lage dos Negros); PE - Santa Maria da Boa Vista (Inhanhum); ES - Conceição da Barra (Linhaquinho); ES - São Mateus (São Cristóvão); ES - São Mateus (São Jorge); ES - São Mateus (Chiado); MA - Alcântara (Brito; Mamuna; Baracatitua); MG - Paracatu (Machadinho; Família dos Amaros; São Domingos); MG - Carlos Chagas (Marques I); MT - Nossa Senhora do Livramento (Mata Cavalo); MT - Santo Antonio do Lerverger (Baús; Acorizal; Buriti Fundo; Queimado; Tingá); PA - Oriximiná (Sagrado Coração; Tapagem; Ultimo Quilombo Erepecuru; Água Fria; Aracuã de Baixo, Meio e de Ceima; Espírito Santo; Jarauacá); PE - Santa Maria da Boa Vista (Cupira; Serrote); PI - Paulistana (Contente); MA - Santa Rita (Pedreiras); MA - Anajatuba (Queluz); MA - Itapecuru-Mirim (Monge Belo; Santa Helena; Santa Rosa); RJ - Campos dos Goytacazes (Aleluia; Conceição do Imbé); SE - Barra dos Coqueiros (Pontal da Barra); SE - Amparo - (Lagoa do Campinho); SP - Eldorado - (André Lopes; Pedro Cubas; Sapatú; Ivaporunduva); SP - Cananéia (Mandira); SP - Eldorado/Iporanga (São Pedro); TO - Mateiros (Mata Verde). 225 Comunidades foram certificadas em 2010, totalizando 1.623 comunidades certificadas de 2003 até dezembro de 2010.

Relatório Anual de Avaliação

4 - 15 intercâmbios realizados, dentre os quais destacamos: Projeto Parabólica em 10 Estados (AL, GO, RJ, DF, MG, SP, RS, PE, AP e BA); Feira Cultural Preta; Festival de Música do Pacífico Petrônio Álvares; Back2Black.

5 - Foram preservados 07 bens do patrimônio material e imaterial que respeitam características culturais, ideológicas, filosóficas e históricas afro-brasileiras: Parque Memorial Quilombo dos Palmares e a Serra da Barriga; XII Caminhada Azoany; Conhecendo e mapeando as casas de religiões de matriz africana e afro-brasileira do município de Recife; Preservação e Resgate e registro do Patrimônio Imaterial das Comunidades Quilombolas do Estado Maranhão; Participação Institucional em oficinas culturais que visem valorizar as manifestações tradicionais expressadas através da música, dança, produção de artesanato, culinária tradicional das comunidades remanescentes de quilombos e afrodescendentes de Patos de Minas/MG; Confecção do Carimbo comemorativo e Selo Personalizado em comemoração as homenagens aos 100 anos do Ilê Axé Opo Afonjá (1910 3 2010); Filmagem e Edição das comemorações do cinquentenário de oxum, na cidade de Sobradinho/DF.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance acima de 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Comunidades Quilombolas Certificadas - UNIDADE	390,00	31/12/2006	225,00	12/2010	0,00	Sem avaliação

Fonte: Fundação Cultural Palmares

Medidas corretivas necessárias: Ainda não existem medidas corretivas para o problema, tendo em vista que a certificação começa por iniciativa própria da comunidade quilombola que passa a reconhecer sua identidade.

Justificativa: Não é possível apurar um índice ao final do Plano, pois o processo de certificação de comunidades quilombolas é feito por autodeclaração. Dessa forma, cabe à comunidade iniciar o processo a partir do reconhecimento de sua identidade.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA: Não houve previsão quantitativa de atendimento ao público-alvo do programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A dotação orçamentária do Programa é bastante reduzida, não existe valor disponível para desenvolver pesquisa de satisfação a partir de parâmetros e critérios científicos.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Relatório Anual de Avaliação

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Participação de representantes da sociedade no Conselho Curador da FCP, que conta com Representantes da Comunidade Indígena e da Comunidade Afro-brasileira, estabelecida no Regimento Interno, aprovada pela Portaria nº 68, do Ministro da Cultura. Dentro outras atividades o Conselho curador formula propostas e opina sobre questões relevantes para a promoção e preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da influência da população negra na sociedade brasileira. Outro mecanismo de participação é o Fale Conosco abrigado no site da Fundação Cultural Palmares, que permite o envio de dúvidas e sugestões para resposta pelos técnicos da FCP.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Ampliar e potencializar o acesso das comunidades excluídas ao usufruto de bens culturais e aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural

PÚBLICO-ALVO

Populações com baixo acesso aos instrumentos de produção, fruição e difusão cultural, ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e crianças, adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$205.267.705,00	Empenhado Liquidado: R\$34.451.660,70 Pago Estatais: - Total: R\$34.451.660,70
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Apoio a Iniciativas de Economia Solidária Relacionadas à Cultura - 8891 (Iniciativa apoiada/UNIDADE)	7,00	0,00	0,00	575.119,00	0,00	0,00
Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura - 8886 (Ponto de cultura apoiado/UNIDADE)	4.538,00	3.109,00	68,51	186.444.237,00	28.424.797,93	15,25
Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural - 2948 (Agente cultural capacitado/UNIDADE)	3.747,00	1.733,00	46,25	9.338.114,00	4.477.607,18	47,95
Concessão de Bolsas para Agentes Culturais - 009L (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	1.300,00	0,00	0,00	4.400.000,00	5.926,60	0,13
Escola Viva- Cultura, Educação e Comunidade - 2A75 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	122,00	0,00	0,00	2.788.105,00	0,00	0,00
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				1.722.130,00	1.543.328,99	89,62
Premio Cultura Viva - 90DW (prêmio concedido/UNIDADE)	0,00	0,00	-			

Relatório Anual de Avaliação

TEIA - Rede Nacional de Cultura - 90DX (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)						
Índice médio geral de realização				22,95		25,49

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Apoio a Iniciativas de Economia Solidária Relacionadas à Cultura - 8891 (Iniciativa apoiada/UNIDADE)	-	-	-	799.486,00	399.760,00	0,50
(RAP 2009) Apoio e Modernização de Espaços Culturais - Pontos de Cultura - 8886 (Ponto de cultura apoiado/UNIDADE)	-	-	-	75.578.565,26	32.021.704,20	0,42
(RAP 2009) Capacitação para Ampliação do Acesso à Produção, Fruição e Difusão Cultural - 2948 (Agente cultural capacitado/UNIDADE)	-	-	-	372.210,81	166.270,57	0,45
(RAP 2009) Concessão de Bolsas para Agentes Culturais - 009L (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	-	-	-	2.543.306,32	967,12	0,00
(RAP 2009) Escola Viva-Cultura, Educação e Comunidade - 2A75 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	4.100.123,50	42.515,25	0,01
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	151.884,27	5.547,44	0,04
Índice médio geral de realização			-			0,24

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os poucos programas regulares voltados para o incremento do usufruto de produtos e equipamentos culturais em grupos e comunidades excluídos do usufruto de bens culturais e dos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural, bem como a reduzida oferta de atividades lúdicas e do ensino de artes nas escolas resultam na baixa difusão e reconhecimento social da produção cultural desses grupos e comunidades. Isso reforça um quadro de baixo reconhecimento do protagonismo cultural popular e independente, já degradado pela insuficiente oferta de atividades lúdicas e eventos culturais gratuitos ou preço a preço acessível para essa parcela da população. Nessa perspectiva, a ausência de políticas de formação cultural continuada se soma à inexistência de ações de fomento e valorização da produção artística comunitária. Por outro lado, a insuficiente infra-estrutura cultural acessível a toda a população incide principalmente na baixa oferta de espaços para o exercício de atividades lúdicas, bem como de socialização e convivência para crianças, adolescentes e jovens, cuja formação deve fundamentar-se, entre outros fatores, no desenvolvimento de atividades culturais. Em consequência, verifica-se o empobrecimento da diversidade cultural e da produção artística, bem como a diminuição do sentido de pertencimento social e dos caminhos de construção de uma cultura de convivência. Por outro lado, a

ausência de uma perspectiva de desenvolvimento sócio-cultural para a juventude refletiu-se no aumento da vulnerabilidade de crianças, adolescentes e jovens a situações de risco social. É necessário e urgente, portanto, a implantação continuada de políticas de formação cultural e ações de fomento e valorização da produção artística comunitária, buscando ampliar e potencializar o acesso de grupos e comunidades excluídas do usufruto de bens culturais aos meios de fruição, produção e difusão das artes e do patrimônio cultural. Essas iniciativas devem se refletir no aumento da difusão e reconhecimento da produção cultural de grupos e comunidades, bem como do protagonismo cultural popular e independente. Também é necessário e urgente ampliar a infra-estrutura cultural e a oferta de espaços para o exercício de atividades lúdicas, bem como para socialização e convivência acessíveis a toda a população, principalmente para crianças, adolescentes e jovens.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO ÍNDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

Relatório Anual de Avaliação

1 - Hoje podemos contar 3.109 Pontos de Cultura apoiados.

Embora esse número represente um avanço considerável, só foi possível lograr a realização de 68,51% da meta fixada para 2010.

No PPA 2008-2011 3 Desenvolvimento com Inclusão Social e Educação de Qualidade, a importância dos Pontos de Cultura é ressaltada no Objetivo 3 do Governo - "Propiciar o acesso da população brasileira à educação e ao conhecimento com equidade, qualidade e valorização da diversidade":

"Na área de inclusão social pela cultura, deve ser ressaltado o apoio à implementação de Pontos de Cultura, no âmbito do Programa Cultura Viva - Arte, Educação e Cidadania, que atende a projetos já existentes desenvolvidos em comunidades diversas, particularmente nas mais carentes."

Esse destaque aponta para o fato de que o Programa Cultura Viva já alcançou importantes realizações. Do início de sua implantação até outubro de 2008 o Programa já havia apoiado cerca de 850 Pontos de Cultura em todos os estados da Federação. Em dezembro do mesmo ano esse número já alcançava 2.466 Pontos, a partir do desenvolvimento de parcerias do Ministério da Cultura com estados e municípios. Com o desenvolvimento dessas parcerias e consideradas as contrapartidas aportadas pelos parceiros, que potencializaram a implantação de novas Redes de Pontos, os Pontos de Cultura somam atualmente 3.109 entidades apoiadas que alcançam cerca de 8 milhões de pessoas.

Além disso, os Pontos de Cultura foram apontados como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2010, o que não impediu o forte contingenciamento dos recursos a eles destinados.

Atualmente, o montante de 3.109 espaços culturais apoiados abrange:

- O número total de Pontos de Cultura previstos para implantação em 69 Redes de Pontos de Cultura que foram objeto de acordo entre o Ministério da Cultura, estados e municípios - 2.388 Pontos de Cultura;
- As parcerias firmadas diretamente entre o Ministério da Cultura e os Pontos de Cultura - 622 Pontos de Cultura;
- Além destes, foram instalados 99 Pontões de Cultura com o objetivo de articular ações englobando os diversos Pontos já implantados, alcançando 26 estados.

O grande número de Pontos de Cultura apoiados por meio de parcerias com Estados e Municípios é resultado da estratégia adotada na implantação do Programa Cultura Viva. A partir de 2008, foi adotada uma sistemática para intensificar a descentralização na implantação dos Pontos de Cultura em consonância com os objetivos e metas do "Programa Mais Cultura", que é formado por um conjunto de ações que integram vários programas do Ministério da Cultura no PPA e que tem como base o estabelecimento de Acordos de Cooperação com as Unidades da Federação.

Essa sistemática consistiu na substituição gradual dos convênios realizados com entidades da sociedade civil e alguns governos municipais (Pontos individuais, Pontões e redes de Pontos de Cultura selecionados por meio dos Editais de Divulgação lançados anteriormente) por convênios diretos com estados e alguns municípios da Federação, visando a implantação de Redes de Pontos de Cultura estaduais e municipais.

Esses novos convênios já são voltados, por princípio, para a formação de Redes Estaduais e Municipais de Pontos de Cultura. Constituem convênios negociados de forma direta por meio do Programa Mais Cultura e neles está acordado um número total de pontos a serem implantados pelos estados e municípios pactuantes, com base em Editais por eles lançados.

Além disso, o estabelecimento de Redes de Pontos de Cultura em parceria com estados e municípios contribui para a institucionalização e consolidação do Programa Mais Cultura e do Programa Cultura Viva como políticas públicas, uma vez que instaura o apoio aos Pontos de Cultura a partir de um vínculo firmado com outros entes federados. Este vínculo constitui um elemento de estabilização, fortalecimento e continuidade das ações e atividades concernentes aos programas do MinC.

No entanto, o contingenciamento dos recursos destinados às Redes de Pontos de Cultura prejudicou diversos projetos conjuntos, que já se encontravam em implantação. Compromissos como o firmado com o Estado de São Paulo não foram cumpridos, uma vez que os valores convencionados para repasse ao estado visando a implantação da Rede de Pontos de Cultura, cujos Pontos componentes já haviam sido selecionados, não tiveram limite financeiro para serem pagos. Isso levou a um resultado abaixo das metas estabelecidas.

Relatório Anual de Avaliação

2 - Em 2010 foi possível capacitar 1.733 agentes culturais.

No entanto, isso significa que foi possível cumprir somente 46,25% da meta estabelecida para o período.

As atividades de capacitação foram prejudicadas pelo contingenciamento, principalmente no que concerne ao pagamento de Prêmios lançados por meio de Editais, cujos selecionados ainda esperam o recurso a que fazem jus.

A capacitação de agentes culturais visa dinamizar iniciativas e vontades criadoras individuais e coletivas - especialmente de populações, comunidades ou segmentos excluídos em decorrência de aspectos econômicos, sociais ou culturais - com vistas à ação cultural em diferentes meios e linguagens artísticas e lúdicas, inclusive a digital, por meio de ações e suporte dirigidos à consolidação do papel da cultura na construção de um Brasil que seja de todos.

Em 2010, a meta para capacitação de agentes culturais seria alcançada principalmente por meio de Editais públicos relacionados às atividades de interação em rede desses agentes.

A iniciativa Interações Estéticas - Residências em Pontos de Cultura, por exemplo, realizada em parceria com a FUNARTE - Fundação Nacional de Artes, seria implementada por meio do "Prêmio Interações Estéticas", que objetiva apoiar projetos de diferentes segmentos artísticos por meio do intercâmbio cultural e estético entre artistas e a rede de Pontos de Cultura. Este processo dar-se-ia por meio da realização de iniciativas que potencializem essas instituições como espaços de experimentação e de reflexão crítica. Os projetos de residências artísticas já haviam sido selecionados e o valor do edital empenhado. Contudo, não houve limite financeiro para efetivar o pagamento do edital.

O mesmo ocorreu com o "Prêmio Central de Intercâmbio" do Projeto Central de Intercâmbio: Cultura Ponto-a-Ponto, criado com objetivo de promover experiências de interação cultural entre pares de Pontos de Cultura e assim fortalecer a Rede dos Pontos de Cultura. A proposta do edital é promover a convivência direta entre os representantes dos Pontos de Cultura, o que permite ampliar a troca de conhecimentos e o fortalecimento da rede.

E não foi possível dar continuidade à iniciativa Areté (pequenos eventos), cujo objetivo é incentivar a troca de saberes em seminários e oficinas, festividades, mostras de poesia, literatura, artes plásticas, teatro, cinema, circo, capoeira e música, além da viabilização de shows, feiras e exposições. Bem como à iniciativa Pontos de Mídia Livre que visa o apoio à capacitação de multiplicadores culturais por meio da premiação a iniciativas de comunicação compartilhada e participativa, e ao Prêmio Estórias de Pontos de Cultura, criado com o objetivo de valorizar e dar visibilidade às ações dos Pontos de Cultura nas diversas regiões do país.

Uma exceção em termos da liberação de recursos financeiros ocorreu no que tange ao "Prêmio Tuxáua Cultura Viva 2009", voltado para a mobilização e articulação com atuação em rede junto a Pontos de Cultura. O termo tuxáua deriva do tupi e se refere a um indivíduo influente no lugar em que mora. Na rede dos Pontos de Cultura, um articulador e mobilizador do Programa Cultura Viva. Nesse caso foi possível pagar a segunda parcela do prêmio para parte dos agentes culturais anteriormente selecionados.

Por outro lado, a maior realização com os recursos disponíveis foi a TEIA 2010, ocorrida

em Fortaleza - CE. A iniciativa foi implementada em parceria com a Organização Social Dragão do Mar/CE e captação de recursos via Lei de Incentivo a Cultura. A TEIA é o maior evento da diversidade cultural brasileira e revela para o Brasil a rica produção cultural dos Pontos de Cultura, além de possibilitar a troca de experiências entre os pontos tendo em vista a capacitação conjunta de seus participantes.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Ocorreu um gargalo insuperável na execução orçamentária e financeira das ações que compõem o resultado do Programa. O contingenciamento de recursos financeiros levou a um realizado físico abaixo do previsto, se considerarmos além das parcelas de convênios que deveriam ter sido repassadas, os Editais de bolsas e prêmios que estavam prontos para pagamento em dezembro de 2010 e não foram pagos.

Cabe destacar o impacto fortemente negativo que esta restrição trouxe à execução do Programa, uma vez que frustrou a expectativa de inúmeros selecionados por meio dos Editais que não receberam o apoio aos seus projetos.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura - porcentagem	0,30	31/12/2007	0,67	03/2011	0,00	Média

Fonte: SPPC/MinC

Medidas corretivas necessárias: Para alcançar os resultados almejados na mensuração do Índice de Acesso à Cultura via Pontos de Cultura será necessário restabelecer o fluxo normal dos recursos destinados aos Pontos e seus participantes, seja por meio do pagamento das parcelas dos convênios em execução quanto pelo pagamento das bolsas e prêmios que foram suspensos pelo contingenciamento.

O resultado apurado para o ano de 2009 foi de 0,53. Na época, foi previsto o índice de 0,73 para 2010. Como o índice apurado em março de 2011 3 referência 2010 3 foi de 0,67, verifica-se um resultado aquém do esperado e consideravelmente distante do índice de 0,92 previsto para 2011. O baixo resultado aferido em 2010 coincide com o contingenciamento que teve forte impacto sobre o programa nesse período.

O cumprimento dos compromissos assumidos junto às entidades da sociedade civil e aos governos estaduais e municipais elevará o número de oficinas realizadas e seus participantes, elementos importantes na formação do índice.

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: O índice previsto para o ano de 2011, encaminhado à Diretoria de Gestão Estratégica deste Ministério em 29/10/2010, foi estimado em 0,92 e sua probabilidade de alcance ao final do PPA foi então considerada alta, devido à dinamização que o apoio aos Pontos de Cultura recebeu por meio dos convênios com Estados e Municípios viabilizados pela implantação do Programa Mais CulturaD.

No entanto a trajetória ascendente nos resultados do Índice, desde sua primeira mensuração de 0,30 em 2007 até 0,53 em 2009, foi interrompida pelo forte contingenciamento ocorrido no final de 2010.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: As entidades proponentes de projetos para conveniamento com o MinC, que visam participar do Programa 1141 - Cultura, Educação e Cidadania - Cultura Viva, inscreveram-se, em sua fase inicial (convênios diretos com o Ministério da Cultura), em processos seletivos que as qualificaram para o conveniamento. O primeiro critério de seleção, previsto nos Editais de Divulgação, teve em vista a adequação do projeto apresentado ao público-alvo definido para o Programa, tendo por base a Portaria n.º 156, de 06 de julho de 2004, que constituiu o Programa Cultura Viva. Assim, na avaliação dos projetos, foram contempladas propostas que comprovadamente atendessem, ao menos, um dos públicos definidos para o Programa: a) estudantes da rede pública de ensino; b) adolescentes e jovens adultos em situação de vulnerabilidade social; c) populações de baixa renda, habitando áreas com precária oferta de serviços públicos e de cultura, tanto nos grandes centros urbanos, como nos pequenos municípios; d) habitantes de regiões e municípios com grande relevância para a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental; e) habitantes de comunidades indígenas, quilombolas e rurais; f) sindicatos de trabalhadores; g) portadores de deficiência; e h) gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais - GLTB. Assim, para um projeto de espaço cultural ser selecionado teve que contemplar o público-alvo definido para o Programa.

A nova fase de implantação do Programa caracteriza-se pela descentralização por convênios com Estado e Municípios visando que estes estabeleçam Redes de Pontos de Cultura. No processo de conveniamento está registrado que os convenientes utilizarão uma minuta de edital a ser fornecida pelo MinC. Nesta minuta constam os públicos-alvo a serem priorizados nos editais que serão lançados por Estados e Municípios: Populações com baixo acesso aos meios de produção, fruição e difusão cultural ou com necessidade de reconhecimento da identidade cultural e Adolescentes e jovens expostos a situação de vulnerabilidade social - que constituem o novo escopo do público-alvo definido na Oficina de elaboração do Modelo Lógico do Programa. Assim, como o Edital a ser lançado pelo conveniente deve ser submetido à aprovação do MinC, o que garante sua adesão aos conceitos do Programa, a verificação do alcance do atendimento ao público-alvo mantém o mesmo critério usado anteriormente, considerando agora a descentralização do Programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: Uma pesquisa avaliativa realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco, concluída em



outubro de 2009, abordou a questão da satisfação dos beneficiários do Programa. No questionário desenvolvido para a realização da pesquisa, feita junto aos gestores dos Pontos, foram contemplados conjuntos de questões sobre o relacionamento dos Pontos com o MinC e com a Rede de Pontos de cultura, bem como uma avaliação do Programa e suas perspectivas.

Foi possível verificar que para uma ampla maioria dos entrevistados, embora o Programa Cultura Viva constitua uma política inovadora, percebe-se ainda uma distância substantiva entre a sua formulação e implementação, já que existem vários aspectos operacionais e organizacionais que precisam ser aprimorados e aperfeiçoados.

Por um lado, o Programa foi responsável direto pela ampliação das atividades culturais realizadas pelos Pontos, deflagrando um processo de criação e realização de atividades artísticas e educacionais, bem como de organização de espaços culturais, o que propiciou o fortalecimento da capacidade de desenvolvimento e ampliação do escopo de ação dos Pontos.

Por outro lado, os maiores problemas apontados pelos gestores dos Pontos se referem à questão dos repasses de recursos, que sofrem descontinuidades e atrasos frequentes por razões diversas (contingenciamentos, condicionamento a complicadas prestações de contas, mudanças constantes das regras que definem quais gastos podem ser realizados etc.). Associado a estes fatores foi apontado que os montantes de recursos são insuficientes e que a complexidade dos procedimentos dificulta o desenvolvimento das atividades.

Sobre quais soluções propunham para estes problemas, foi mencionada a simplificação de procedimentos, que implicaria em mudanças dos marcos legais que definem o funcionamento do setor público, em especial quanto às regras de uso de recursos financeiros. Também foi frequente se falar em descentralização de recursos para os municípios e capacitação das equipes dos Pontos.

Uma nova pesquisa, iniciada em abril de 2010, vem atualizando os dados colhidos na pesquisa anterior e estendendo seu escopo no sentido de focalizar os avanços e desafios enfrentados na expansão da Rede de Pontos de Cultura. Nesse sentido são de particular importância os Pontos, que constituem núcleos de capacitação e articulação entre os componentes da rede.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Pesquisa avaliativa realizada pelo IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e pela FUNDAJ - Fundação Joaquim Nabuco, concluída em outubro de 2009. Uma nova pesquisa, iniciada em abril de 2010, tem sua divulgação programada para maio de 2011.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTE PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Avaliação em andamento

Relatório Anual de Avaliação

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

Uma nova pesquisa, iniciada em abril de 2010, vem atualizando alguns dados colhidos na pesquisa anterior. Esses dados concernem a uma lista de indicadores elaborada a partir da análise dos elementos que mais se destacaram dentre os resultados alcançados na primeira pesquisa.

Conformam estes o Quadro Síntese dos indicadores dos Pontos de Cultura:

- Indicadores de esforço (N.º pessoas que trabalham permanente no Ponto; N.º de voluntários; N.º remunerados; Freqüentadores habituais dos Pontos; Freqüentadores habituais ligados à comunidade; Freqüentadores esporádicos).
- Indicador de Infra estrutura (N.º no Pontos em situação precária).
- Indicador de Acessibilidade (N.º de Pontos com problemas de acesso ao público em geral; N.º de Pontos com problemas de acesso ao portador de necessidades especiais).
- Indicador de Sustentabilidade (Fonte principal 3 MINC; N.º Pontos com outros parceiros financeiros; N.º de Pontos que mantém relação estável com outras instituições; N.º de Pontos com atraso de repasse; Tempo de atuação (> do que 5 anos entre respondentes); Total recebido (média dos respondentes).
- Indicador de Participação (N.º Pontos com planejamento; N.º Pontos com participação da comunidade no planejamento).
- Indicador de Inclusão econômica (N.º de Pontos que geram renda para os participantes).

Além disso, a nova pesquisa estende seu escopo no sentido de focalizar os avanços e desafios enfrentados na expansão da Rede de Pontos de Cultura. Nesse sentido são de particular importância os Pontos, que constituem núcleos de capacitação e articulação dos componentes da rede.

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

Maio de 2011

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Os resultados da pesquisa serão publicados em um relatório final, como foi feito na pesquisa anterior.

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Na execução do Programa Cultura Viva é conceitualmente constitutiva a noção de "gestão compartilhada e transformadora", que se concretiza na participação de representantes de diversos Pontos de Cultura em momentos relevantes da implantação das ações do Programa, como reuniões de planejamento, discussão sobre ações específicas, seleção de novos Pontos de Cultura e a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura.

A Plenária do Fórum Nacional dos Pontos de Cultura, que ocorreu na Teia 2007 em Belo Horizonte, aprovou criação de uma Comissão Nacional com 48 representantes. A Comissão espelha o esforço dos Pontos e da equipe coordenadora do Programa no sentido de buscar uma agenda política comum de atuação. A Comissão conta com representantes dos Pontos de cada Estado (totalizando 27), mais um de cada eixo do Programa Cultura Viva (Escola Viva, Cultura Digital, Ação Griô), somados a um de cada segmento artístico que recebeu proposta de inclusão na plenária, como é o caso das Comunidades Indígenas e Comunidades Tradicionais/Herança Intangível. Merecem destaque as diversas edições das TEIAS Estaduais e Regionais, que reúnem os Pontos de Cultura na discussão de temas relevantes para sua atuação e na formação de uma pauta comum de participação e reivindicação. Nessas assembleias são eleitos os delegados que representarão os Pontos de Cultura no Fórum Nacional dos Pontos de Cultura que se reúne por ocasião da TEIA Nacional.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Desenvolvimento da Economia da Cultura - PRODEC

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Fortalecer as atividades e cadeias produtivas da cultura, promovendo seu desenvolvimento econômico

PÚBLICO-ALVO

Empreendedores, empresas e arranjos produtivos dos diversos segmentos da Economia da Cultura

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$25.748.811,00	Empenhado Liquidado: R\$2.969.105,03 Pago Estatais: - Total: R\$2.969.105,03
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Administração do Financiamento a Empreendedores Culturais - 2D07 (FINANCIAMENTO GERENCIADO/UNIDADE)	1.000,00	0,00	0,00	748.001,00	0,00	0,00
Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura - 2C80 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	1.000,00	0,00	0,00	2.500.000,00	785.604,60	31,42
Concessão de Financiamento a Empreendedores Culturais (Lei nº 8.313 de 1991) - 0B85 (empreendimento financiado/UNIDADE)	1.000,00	0,00	0,00	15.000.000,00	0,00	0,00
Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura - 6620 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	4,00	2,00	50,00	1.500.000,00	1.500.000,00	100,00
Promoção de Negócios de Economia da Cultura - 2C84 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	15,00	16,00	106,67	6.000.810,00	683.500,43	11,39
Índice médio geral de realização			31,33			28,56

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Empreendedores para o Fortalecimento da Economia da Cultura - 2C80 (PESSOA CAPACITADA/UNIDADE)	-	-	-	511.868,20	511.868,20	1,00
(RAP 2009) Estudos para o Fortalecimento da Economia da Cultura - 6620 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	1.298.331,11	1.231.402,52	0,95
(RAP 2009) Promoção de Negócios de Economia da Cultura - 2C84 (Empreendimento apoiado/UNIDADE)	-	-	-	336.253,05	335.000,00	1,00
Índice médio geral de realização			-			0,98

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Economia da Cultura consolidou-se nas duas últimas décadas como um dos setores mais dinâmicos da economia mundial, tem registrado crescimento de 6,3% ao ano, enquanto o conjunto da economia cresce a 5,7% . Hoje a Economia da Cultura responde por 6% do PIB dos EUA (números de 2002), por 4% da força de trabalho e pelo principal produto de exportação do país. Na Inglaterra corresponde a 8,2% do PIB (2001), cresce 8% ao ano desde 1997 e emprega 6,4% da força de trabalho. Na África do Sul emprega 17% da mão-de-obra, 5% no Canadá. Em 1998 o comércio internacional de produtos e serviços culturais movimentou U\$388 bilhões. O Banco Mundial estima que a Economia da Cultura responda hoje por 7% do PIB mundial (2003).A Economia da Cultura, ao lado da Economia do Conhecimento (ou da Informação), integra o que já se convencionou chamar de Economia Nova, dado que seu modo de produção e de circulação de bens e serviços, altamente impactado pelas novas tecnologias e baseado em criação e propriedade intelectual, não se amolda aos paradigmas da economia industrial clássica. O modelo da Economia industrial tende a considerar o desenvolvimento como a característica de setores com estrutura relativamente estável e duradoura. O modelo da Economia da Cultura tende a ter a inovação e as constantes mudanças como aspectos a considerar em primeiro plano.As novas tecnologias (internet, celular, difusão digital - tv, cinema, fonogramas, obras literárias e acadêmicas - etc.) criaram novos produtos, novas formas de difusão, novos modelos de negócio e novas formas de competição por mercados, tornando a Economia da Cultura um setor estratégico na pauta dos programas de modernização e desenvolvimento de muitos países. Podemos citar o exemplo da Inglaterra, que tem hoje um ministério das indústrias criativas, como marco da crescente importância que o setor vem adquirindo nas economias nacionais.Neste sentido, a ausência de uma política estratégica de desenvolvimento da Economia da Cultura no país num momento de grande mudança de padrões tecnológicos (internet, tv digital, games, celulares, cinema digital etc.) e de modelos de negócios (comércio digital, licenciamentos, creative commons etc.), e de disputa internacional em torno da regulação de mercados e das questões pertinentes à propriedade intelectual, pode ter como consequência uma perda significativa de mercado (ainda mal conquistado) e de competitividade dos produtos e dos realizadores brasileiros, além do risco de progressiva desnacionalização da propriedade intelectual.

Relatório Anual de Avaliação

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - No âmbito da ação de capacitação de empreendedores foram realizados dois projetos de elevada importância. O primeiro, Artesãos da Ilha do do Espaço Cultural Pés no Chão tem como objeto promover a sustentabilidade econômica dos artesãos da Ilha de Vitória, associada à sustentabilidade ambiental e à manutenção da cultura caiçara; além de fomentar e valorizar a produção artesanal, promover a inclusão social e econômica dos caiçaras; criar condições de autonomia e manutenção do processo produtivo, garantir a sustentabilidade da produção comercial futura de artesanato e minimizar a degradação ambiental causada pela introdução do bambu exótico. O projeto encontra-se em execução e em seus primeiros doze meses de desenvolvimento, identificou e analisou as peças que os artesãos da Ilha da Vitória produziam naturalmente, e, após uma verificação das estruturas familiares locais, realizou a contratação dos artesãos beneficiários de forma a contemplar diversas famílias caiçaras tradicionais. Através de oficinas de capacitação, os artesãos estão sendo orientados a proceder algumas adaptações em sua produção no sentido de torná-la mais resistente, esteticamente atraente e, conseqüentemente, mais vendável. A produção no primeiro ano de projeto foi de cerca de 200 peças, sendo que 70% delas foram comercializadas em lojas. O segundo projeto, Qualificação Artistas e Especialistas no Exterior, no Âmbito do Programa Brasil Arte Contemporânea, mediante convênio com a Fundação Bienal São Paulo, tem como objetivo promover a capacitação de empreendedores para o fortalecimento da economia da cultura da arte contemporânea brasileira no circuito nacional e internacional, através de edital para apoio à participação de artistas brasileiros em mostras no exterior em um programa de residência de artistas brasileiros no estrangeiro; e da disseminação dos resultados do programa em publicações eletrônicas bilingües (português/inglês e português/espanhol). Foram contemplados 48 projetos em duas edições do edital, sendo que a conveniente está solicitando prorrogação de prazo para que todas as mostras sejam realizadas e prestadas as contas.

2 - A ação de estudos para fortalecimento da economia da cultura atingiu metade da meta física tendo realizado dois projetos de estudo no campo da Economia da Cultura: O Convênio nº 749296/2010 - Perspectivas da Economia da Cultura apóia a realização de um estudo em parceria com a Fundação Economia Campinas (Fecamp) para o desenvolvimento de um modelo de análise da Economia da Cultura no Brasil e tem como metas a instalação da supervisão científica, instalação da Rede de Economia da Cultura do Brasil; a realização de estudos sobre a Economia da Cultura de cidades criativas; a aferição de perspectivas econômicas de áreas prioritárias e a formulação de indicadores e metas econômicas; e a confecção de uma análise conclusiva sobre modelo brasileiro de economia da cultura. O Convênio não teve nenhuma meta executada em 2010, uma vez que o financeiro foi liberado apenas em 30/12/2010. Foi realizado Convênio nº 726093/2009 (Caminhos da Economia da Cultura) firmado com a Televisão América Latina (TAL) que objetiva divulgar e motivar a sociedade com exemplos de processos de inserção social e promoção da qualidade de vida dos indivíduos e das comunidades envolvidas em empreendimentos culturais de sucesso, a partir do relato e da discussão de suas experiências. O projeto inclui a produção de 10 programas para televisão, a criação de um portal na internet e um grande seminário internacional. O convênio compreende o desenvolvimento de pesquisa, seminários, produção dos programas televisivos a serem exibidos no Brasil e América Latina. Vale destacar que o convênio foi realizado em parceria com a Secretaria de Articulação Institucional/MinC e, portanto, parte dos pagamentos está sendo feita por aquela secretaria. Ademais, por parte da SPC, parte dos pagamentos foi realizada pela Ação 4796. Já o convênio nº 721794/2009, ainda em execução em 2011, com a Fundação Bienal de São Paulo (FBSP) foi realizado pelo Fundo Nacional de Cultura. O convênio objetiva promover a inserção da arte contemporânea brasileira no circuito internacional, através do apoio para publicação, produção de estudos e pesquisas na área das artes visuais e economia da cultura. Também pelo Fundo, foi firmado contrato para o levantamento dos Índices de Preços da Cultura, com a Fundação Getúlio Vargas, que vem sendo calculado desde o ano de 2009, para mensurar IPC, Índice de Preços dos bens culturais para demonstração do comportamento destes itens na economia brasileira. Estes dados já estão disponíveis para consulta. Há uma previsão de renovação desse contrato em 2011.

Relatório Anual de Avaliação

3 - Os convênios firmados para a promoção de negócios e de conteúdos apoiaram a realização de eventos que divulgam e negociam produtos e serviços de setores culturais variados como a música, a moda, o artesanato e as artes plásticas:

A 13ª edição do Prêmio Rio Moda Hype, apoiado pelo convênio nº 754873/2010 com o Instituto Brasileiro de Cultura, Moda e Design 3 Inbracultmode, teve mais de trezentos inscritos de todo o Brasil. A partir de concurso, foi divulgado nas principais escolas e faculdades de moda do país, registrados em filmes e publicações. Foram selecionados dez novos estilistas da moda brasileira que tiveram a oportunidade de apresentar os seus produtos no maior evento de moda carioca. Os premiados são de vários estados: Minas Gerais, São Paulo, Distrito Federal, Pernambuco, Piauí, Paraná e Bahia, sinalizando assim a abrangência nacional do concurso, desviando, em parte, a tendência de privilegiar as regiões sul e sudeste.

O Pernambuco com Design, por meio do convênio nº 733216/2010, visou à inclusão social e econômica através do artesanato e da costura. O objetivo do projeto é promover ações de capacitação para o desenvolvimento de competências e habilidades no setor de confecções e artesanato, inserindo design nos produtos confeccionados, com a intervenção de designers reconhecidos nacionalmente e o aumento na inserção dos produtos que serão desenvolvidos no mercado nacional mediante network destes designers e participação nos eventos de moda São Paulo Fashion Week (feira de moda de São Paulo) e Fashion Rio. O Festival Nacional de Música das Rádios Públicas, convênio nº 713955/2009 com a Associação dos Produtores de Disco do Ceará (Prodisc) objetivando realizar um Festival Nacional de Música das Rádios Públicas, com etapas estaduais e nacional, contando com as rádios públicas, capitaneadas pela ARPUB (Associação das Rádios Públicas do Brasil), para sua divulgação em todas as regiões do país. O convênio teve como meta a produção e divulgação do festival e das obras dos premiados por meio de uma coletânea com tiragem de 2.000 exemplares. O Festival teve como resultado a divulgação das obras de 3.000 artistas para cerca de 1.500.000 de ouvintes de rádio e 10.000 espectadores nas apresentações ao vivo do festival.

Também na área da música, foi apoiada a realização do 6º PMW Rock Festival realizado pela Prefeitura Municipal de Palmas.

A Exposição Tradição do Novo foi celebrado com a Associação dos Amigos dos Moinhos do Vale do Taquari/RS, convênio nº 731904/2010, para apoio à realização da exposição no Museu Andersen, na Itália, sobre 30 anos do Escritório Brasil Arquitetura. Os produtos do projeto, constituído por textos, imagens, objetos, painéis e desenhos gráficos, foram utilizados para mostrar ao público especializado europeu a relação da arquitetura brasileira com raízes culturais.

Por fim, vale mencionar que os projetos da Feira Música Brasil 2010, do Encontro Internacional de Música, da IX Feira de Música de Fortaleza, da II Feira de Música do Sul, o X Mercado Cultural da Bahia, da 3ª Conferência Brasil Central Music e do Porto Musical 2011, que eram projetos típicos de apoio pela ação para a promoção de negócios e de conteúdos, passaram a ser apoiados pelo novo Fundo Setorial da Música com a reestruturação do Fundo Nacional de Cultura, em 2010. Para a produção e difusão de conteúdos sob o tema da arte contemporânea, foram concedidos apoios à produção de registros para a divulgação de conteúdos de setores culturais no país e no exterior, por meio do Edital de Publicação Bilingue Sobre Arte Brasileira Contemporânea dentro do Programa Brasil Arte Contemporânea (BAC). O objetivo de fomentar a produção e difusão de publicações sobre arte brasileira contemporânea em produções multilíngües para disseminar a produção artística nacional, prioritariamente em mercados internacionais e em mercados nacionais, e promover a arte brasileira contemporânea considerada de relevante interesse público pelo Ministério da Cultura e de especialistas do setor de artes plásticas. A descentralização para UFABC (Universidade Federal do ABC) é parte do projeto da cultura digital e tem como principal objetivo apoiar os softwares culturais livres. Grande parte dos softwares culturais livres é desenvolvida por comunidades transnacionais com dinâmicas específicas e sua maioria

possui colaboradores importantes residentes no país. Com qualidades bastante distintas entre eles, os softwares podem ser melhorados e adequados às necessidades dos criadores e produtores de cultura brasileiros. Para isto, é necessário mapear e apoiar o desenvolvimento desses softwares para o desenvolvimento de suas características e funcionalidades, bem como, as carências, reivindicações e tendências criativas dos pontos de cultura, dos movimentos culturais e, em suma, dos produtores culturais brasileiros.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance abaixo de 40% do esperado.

JUSTIFICATIVA: No que tange aos resultados negativos obtidos na Ações Administração e Concessão do Financiamento a Empreendedores Culturais, elas não foram executadas em função das dificuldades técnicas encontradas pelos gestores do Ministério da Cultura, principalmente no que demandaria a contratação de serviços financeiros de instituições bancárias, para concessão e administração dos recursos. Com relação aos Estudos para Fortalecimento da Economia da Cultura, chegou-se à metade da meta uma vez que as propostas originais dos convênios, em vigência atualmente, sofreram alterações que atrasaram o cronograma de realização, comprometendo a realização das metas.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas - reais	8.000.000,00	12/11/2006			25.000.000,0	Muito Baixa

Fonte: Minc/SEBRAE

Medidas corretivas necessárias: Desenvolvimento de metodologia eficaz para avaliar o volume de negócios gerados pelos setores da economia da cultura.

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: Em 2010 nas ações de promoção de negócios e de capacitação de empreendedores, obtém-se um montante de R\$2.458.486,00 de valores investidos na realização de feiras, mostras, oficinas, espetáculos e rodadas de negócios, alavancando negócios na música, moda, no artesanato, audiovisual, nas artes cênicas e plásticas. Resultado: público de 950 mil pessoas; 13.200 pessoas alcançadas pelas oficinas e palestras; 1.000 empreendimentos participantes das rodadas de negócios; 340 profissionais participando das capacitações em gestão de empreendimentos culturais. Para acompanhamento do programa foi adotado o indicador Volume de Negócios Promovidos pelas Empresas Apoiadas calculado pelo somatório dos valores investidos nos eventos e projetos de promoção de economia da cultura apoiados. Não há ainda método de quantificação do efeito multiplicador destes investimentos (está em desenvolvimento metodologia para melhor avaliar o impacto desse investimento4portaria MPOG/MF/MinC-Conta Satélite da Cultura)

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance abaixo de 40% do previsto.

JUSTIFICATIVA: A área cultural apresenta dificuldades para avaliação de seu tamanho, importância e contagem do público-alvo, já que é permeada por particularidades nem sempre tangíveis ou mensuráveis. No que se refere especificamente à Economia da Cultura, dados precisos ainda são um desafio. Por mais que esforços tenham sido feitos por parte de instituições como MinC, IBGE e Ipea, ainda é necessário avançar. É necessária a articulação de diversos atores para a captura de dados primários e para a construção de pesquisas estruturais que permitam definir todo o espectro de agentes que compõem os empreendedores, empresas e arranjos produtivos da Economia da Cultura. Eis então a dificuldade de avaliar se a ação obteve alcance maior que 40% do previsto no público-alvo.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: A principal dificuldade é o acompanhamento sistemático e constante dos públicos diretamente atingidos pelas ações promovidas, questão que perpassa a dificuldade mencionada na Questão 3 de avaliação do tamanho do público. Prevê-se a que constituição da Conta Satélite de Cultura consiga delinear com maior precisão os setores diretamente impactados pela políticas públicas direcionadas para a cadeia da economia da cultura.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Relatório Anual de Avaliação

OUVIDORIA:

O Ministério possui Ouvidoria institucionalizada que repassa à Secretaria responsável pelo Prodec os questionamentos. A Ouvidoria controla o movimento de entrada e saída de informações e cobra prazos.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Em 2010, o Ministério propôs a revisão da Lei de Direitos Autorais (LDA). A ação, coordenada pela Diretoria de Direitos Intelectuais, que faz parte da estrutura regimental da Secretaria que gerencia o Prodec, realizou 111 reuniões setoriais ou eventos públicos de debate da proposta de revisão da LDA.

CONSULTA PÚBLICA:

No âmbito da revisão da Lei de Direitos Autorais (LDA), o Projeto de Lei foi levado a Consulta Pública, mediante a qual foram realizadas 8431 manifestações, seja por meio do sítio eletrônico da consulta pública, ou por documentos enviados à DDI, oriundos de 1049 participantes, entre pessoas físicas, jurídicas ou coletivos organizados.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Ao longo de 2010, a Secretaria recebeu diversos representantes das mais variadas áreas da cadeia produtiva da economia da cultura para ouvir seus anseios e dar resposta aos problemas encontrados.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

No âmbito do Conselho Nacional de Políticas Culturais, existem colegiados setoriais para artes visuais, circo, culturas indígenas, culturas populares, dança, livro e leitura, moda, música e teatro; com os quais a Secretaria manteve permanente contato.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

O Ministério realizou em março de 2010 a II Conferência Nacional de Cultura que recebeu representantes de todas as áreas culturais e acolheu suas reivindicações.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Engenho das Artes

GERENTE DO PROGRAMA

Antônio Carlos Grassi

OBJETIVO

Aumentar a produção, a difusão e o acesso da população aos bens e serviços da cultura brasileira nas áreas de música, artes cênicas e visuais

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$611.222.863,00	Empenhado Liquidado:	R\$209.049.653,00
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$209.049.653,00
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura - 2844 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	3.450,00	0,00	0,00	2.506.699,00	978.007,28	39,02
Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura - 6876 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	8,00	8,00	100,00	600.000,00	238.050,55	39,68
Fomento a Projetos em Arte e Cultura - 4796 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	3.704,00	1.988,00	53,67	385.216.056,00	150.610.147,28	39,10
Funcionamento de Espaços Culturais da União - 4492 (Público atendido/UNIDADE)	300.000,00	338.985,00	113,00	14.000.000,00	11.593.603,67	82,81
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				600.000,00	458.790,70	76,47
Instalação de Espaços Culturais - 1611 (Espaço cultural modernizado/UNIDADE)	285,00	37,00	12,98	185.462.589,00	36.245.652,70	19,54
Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura - 6517 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	1.772,00	123,00	6,94	21.166.667,00	8.123.484,96	38,38
Promoção e Intercâmbio de Eventos Educacionais e Culturais - 6433 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	44,00	48,00	109,09	1.670.852,00	801.915,86	47,99

Relatório Anual de Avaliação

Índice médio geral de realização	56,53	47,87
---	--------------	--------------

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Artistas, Técnicos e Produtores de Arte e Cultura - 2844 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	1.144.580,37	800.000,00	0,70
(RAP 2009) Estudos e Pesquisas em Arte e Cultura - 6876 (ESTUDO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	148.951,44	142.951,44	0,96
(RAP 2009) Fomento a Projetos em Arte e Cultura - 4796 (-/-)	-	-	-	1.413.511,00	0,00	0,00
(RAP 2009) Fomento a Projetos em Arte e Cultura - 4796 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	70.112.908,63	55.307.687,37	0,79
(RAP 2009) Funcionamento de Espaços Culturais da União - 4492 (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	2.170.996,32	1.824.042,67	0,84
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	85.435,01	58.006,27	0,68
(RAP 2009) Instalação de Espaços Culturais - 1611 (Espaço cultural modernizado/UNIDADE)	-	-	-	44.520.487,09	18.963.341,41	0,43
(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos de Arte e Cultura - 6517 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	1.060.235,03	801.702,44	0,76
(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos Educacionais e Culturais - 6433 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	151.051,67	127.703,63	0,85
Índice médio geral de realização			-			0,67

CONTEXTUALIZAÇÃO

No Brasil, o pouco conhecimento das artes e cultura brasileiras como resultado da diversidade na formação do produto artístico e cultural e sua influência do desenvolvimento da sociedade comprometem a formação crítica, a escolha e, sobretudo, a construção da cidadania e a valorização individual e coletiva. Os problemas detectados nas áreas de música, artes visuais e artes cênicas se referem basicamente à educação, à informação, à produção e à difusão. Não há ensino sistemático das artes e cultura nem programas de difusão suficientes para conscientizar e sensibilizar a sociedade, valorizando seu potencial e disponibilizando-o de forma ampla e diversa. Quando o indivíduo não é capaz de reconhecer e se reconhecer em as manifestações culturais do local onde vive, a sua noção de pertencimento a uma coletividade fica prejudicada, dificultando o convívio em sociedade. Quando lhe é dificultada a

possibilidade de desenvolver suas próprias manifestações, ficam prejudicadas a valorização de si mesmo e, conseqüentemente, sua inserção em uma cidadania ativa e a construção de uma personalidade crítica que lhe possibilite fazer escolhas conscientes para sua vida.

A precariedade da formação artística, reduzida a conhecimentos superficiais e metodologias inadequadas, impede o estímulo ao desenvolvimento de atividades culturais e dos mecanismos utilizados para seu exercício, como os modelos de gestão, aparelhamento técnico, manutenção e utilização de recursos tecnológicos, difusão de conhecimentos, capacitação intelectual, planejamento e logística de produção e todo o conjunto de ações que dão suporte à produção artística. Muitos profissionais envolvidos na produção artística não possuem formação profissional específica, por carência de oferta de cursos e outros fatores infra-estruturais, o que resulta em produções deficitárias. No contexto da produção e difusão há pouca auto-sustentabilidade, provocada pelo alto custo das realizações de programas artísticos (aluguel de espaço, manutenção, mídia, pagamento de direitos autorais, contratação de técnicos, aquisição de materiais e tecnologia adequada, transporte, impressos, seguro e inumeráveis outras despesas específicas de cada segmento artístico). Embora o Brasil possua excelentes artistas cênicos, musicais, multimídia e de artes visuais, a maioria da população desconhece os trabalhos produzidos nas diversas regiões do país. Os artistas e programas que não têm a presença na mídia, em especial nos veículos de comunicação de massa, encontram grandes dificuldades para sua inserção no mercado. O acesso e a difusão são dificultadas também pelos altos custos de produção e falta de infra-estrutura e mão-de-obra local especializada. A difusão das artes brasileiras encontra um ambiente pouco formado e informado, o que dificulta a sua compreensão, causa rejeição e estranhamento, sobretudo quanto a linguagens mais sofisticadas e pouco difundidas. A falta de apoio à difusão das artes brasileiras no exterior impede que a diversidade brasileira seja apresentada ao público para conhecimento e apreciação. O que se conhece das artes brasileiras é reduzido frente à dimensão da nossa riqueza cultural. A dificuldade de programação e desenvolvimento de ações capazes de estimular e incrementar a produção e difusão, bem como a preservação das artes e cultura brasileiras, se deve à carência de informações, estudos e pesquisas relacionadas ao universo cultural brasileiro passado e recente.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Microprojetos Mais cultura para a Amazônia Legal -- Mediante o financiamento não reembolsável de projetos culturais, a ação fomenta a produção cultural de artistas, produtores culturais e grupos artísticos independentes e pequenos produtores locais. As 903 iniciativas contempladas beneficiaram prioritariamente jovens da região com idade entre 17 a 29 anos, gerando oportunidades e promovendo a inclusão social desses jovens. Doze segmentos vêm sendo atendidos pela ação: artes cênicas, artes integradas, artesanato, artes visuais, audiovisual, cultura afro-brasileira, cultura indígena, cultura popular, design, literatura, moda e música.

A distribuição territorial dos 903 projetos contemplados deu-se da seguinte forma: 36 projetos do Acre, 15 do Amapá, 88 do Amazonas, 193 do Maranhão, 162 do Mato Grosso, 167 do Pará, 57 de Rondônia, 29 de Roraima e 156 de Tocantins.

Relatório Anual de Avaliação

2 - Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz, Dança Klaus Vianna, Carequinha de Estímulo ao Circo e Artes Cênicas na Rua -- Juntas essas iniciativas, consideradas indispensáveis ao fortalecimento das artes cênicas no Brasil, viabilizaram a premiação de 271 projetos, beneficiando grupos, companhias, trupes, empresas, associações e artistas independentes, que podem assim montar e difundir espetáculos, realizar pesquisas de linguagem, adquirir equipamentos, promover a arte-educação, entre outras atividades, beneficiando todas as regiões do país.

3 - Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia -- Difundir a reflexão crítica e a produção artística no campo da fotografia. A premiação contemplou 36 projetos, para que pesquisadores e artistas pudessem se dedicar ao desenvolvimento de trabalhos inéditos na área.

4 - Prêmio Funarte de Arte Contemporânea - Ocupação dos Espaços Funarte -- Foram selecionados 15 projetos para ocupação de seus espaços de artes visuais. Esta iniciativa teve por objetivo, fomentar a produção artística brasileira e promover o intercâmbio entre todos os que compõem o campo das artes visuais. Com isso, profissionais oriundos de vários segmentos da área e de diversas regiões do Brasil são projetados publicamente com a exibição de seus trabalhos.

5 - Edital de Apoio a Festivais de Fotografia, Performances e Salões Regionais -- Teve como objetivo selecionar 15 projetos, de pessoas jurídicas, para realização de festivais de fotografia, performances e de salões regionais. Por meio desta iniciativa, a Funarte garante a periodicidade e a qualidade desses eventos, imprescindíveis à difusão e à circulação das artes visuais brasileiras.

6 - Rede Nacional de Artes Visuais -- Foram contemplados 40 projetos, promovendo a circulação de profissionais, a reflexão crítica e a formação de plateias por meio de oficinas, palestras, exposições e atividades pedagógicas, nas diversas regiões do país.

7 - Conexão Artes Visuais - MinC/Funarte/Petrobras -- O programa, com patrocínio da Petrobras, viabilizou 30 projetos de fomento às artes visuais em todo o país, difundindo a diversidade e a complexidade da produção artística contemporânea.

Ao longo do ano, produtores organizaram seminários, oficinas e exposições e artistas produziram pesquisas e obras de arte. Mais de 200 ações gratuitas foram oferecidas ao público.

8 - Bolsa Funarte de Residências em Artes Cênicas -- A iniciativa ofereceu a 43 profissionais de teatro, dança e circo, a oportunidade de participar de programas de intercâmbio ou residência artística, no Brasil ou no exterior.

9 - Bolsa Funarte para Formação em Artes Circenses -- Foram concedidas bolsas a 15 jovens de fora do Rio de Janeiro, para participarem das atividades circenses, da Escola Nacional de Circo.

10 - Bolsa Funarte de Estímulo à Produção Crítica em Artes Visuais -- Foram concedidas 10 bolsas aos vencedores do processo seletivo, para desenvolverem a reflexão crítica e teórica acerca da atual arte brasileira. Através dessa iniciativa, cria-se condições para a formação profissional e para a produção do conhecimento artístico.

11 - Bolsa Funarte de Estímulo à Criação Artística em Artes Visuais -- Foram concedidas 10 bolsas a artistas para produzirem obras inéditas e de qualidade. Ao fornecer condições materiais para a produção de novas obras, estamos ampliando a qualificação e a difusão em artes visuais.

12 - Bolsa Funarte de Produção Crítica em Culturas Populares e Tradicionais -- Fomentar a produção de trabalhos de reflexão crítica sobre atividades ou processos nos diversos segmentos que compõem as manifestações artísticas contemporâneas, onde possam ser identificados e reconhecidos diálogos ou referências concretas com expressões, artistas ou processos históricos da chamada cultura popular. Nesta edição foram concedidas 30 bolsas, distribuídas em todas as regiões do país.

13 - Prêmio Funarte Festivais de Artes Cênicas -- Foram contemplados 36 projetos, para viabilizar a realização de festivais que promovam mostras de espetáculos e outras atividades de formação artística e de reflexão crítica nas áreas de teatro, dança e circo, nas diversas regiões do país.

14 - Bolsa Funarte de Reflexão Crítica e Produção Cultural para Internet -- Fomentar o desenvolvimento de trabalhos de produção de conteúdo digital on-line de natureza cultural das chamadas mídias digitais, de comunicação ou veiculação ou difusão por meio da Internet. Nesta edição foram concedidas 60 bolsas a pesquisadores, para desenvolver textos críticos sobre arte em mídia digital ou produção de conteúdo digital para Web.

15 - Bolsa Funarte de Circulação Literária -- Foram distribuídas 50 bolsas, para viabilizar iniciativas de fomento e difusão à área literária, particularmente nos territórios da cidadania, criando condições para que artistas e outros profissionais desenvolvam e produzam atividades como : oficinas, cursos, palestras e programas de contação de histórias.

16 - Bolsa Funarte de Criação Literária -- Fomentar a produção literária visando contemplar a produção inédita de escritores nos gêneros lírico e narrativo, desenvolvendo individualmente obras de criação e de pesquisa de linguagens nas áreas artísticas. Nesta edição foram concedidas 60 bolsas, abrangendo todas as regiões do país.

17 - Apoio a realização de 43 festivais, bienais, encontros e mostras de artes cênicas, artes visuais e música, valorizando a produção cultural em suas diversas áreas, incentivando a livre experimentação de linguagens, amparando e disseminando a riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento , geração de emprego, renda e construção da cidadania. A importância destes eventos se estende à formação de público, que tem acesso a espetáculos com ingressos a preços populares ou mesmo com entrada gratuita. Os festivais são também uma enorme vitrine para o surgimento de novos talentos em todas as áreas das diferentes manifestações culturais. Com os eventos internacionais, artistas, diretores, produtores e técnicos de todo o mundo, têm a oportunidade de trocar experiências, os brasileiros de fazer workshops, oficinas, além de assistir a espetáculos de profissionais respeitados em todo o mundo. Esses eventos foram realizados nas diversas regiões do país e no exterior, atingindo um público de 1.736.982 pessoas.

18 - Edital de Intercâmbio MinC - Programa de Intercâmbio e Difusão Cultural -- Estimular e difundir a cultura brasileira, por meio de apoio à participação de artistas, técnicos , estudiosos e agentes culturais no país e no exterior, visando resgatar e ampliar sua participação no mercado , divulgar suas criações e trocar informações, contribuindo para a formação de público em níveis nacional e internacional. Em 2010, foram contemplados 275 projetos.

19 - Painéis Funarte de Regência Coral - Realização de 05 painéis com participação de 510 coralistas nas cidades de: São Carlos (SP), Crato (CE), Ponta Grossa (PR), Cuiabá (MT) e Mariana (MG). Os painéis ofereceram um intenso programa de apoio ao canto coral brasileiro, que resultou em visível crescimento da qualidade dos coros, regentes e repertórios.

20 - Realização de 441 eventos nos espaços culturais da Funarte no Rio de Janeiro (RJ), Brasília (DF), São Paulo (SP) e Belo Horizonte (MG), atingindo um público de 338.985 pessoas, com o propósito de promover a integração e desenvolvimento das artes cênicas, artes visuais e música, proporcionando o surgimento de novos artistas.

21 - Realização de 48 eventos educacionais e culturais promovidos pela Fundação Joaquim Nabuco - Pernambuco (PE).

Relatório Anual de Avaliação

22 - Realização de 08 estudos com a edição de livros e cadernos essenciais para se compreender a pluralidade e a riqueza da produção cultural do país, com foco nas artes cênicas, artes visuais, música e artes integradas. No intuito de levar as informações para o maior número possível de leitores foram escolhidos títulos de não-ficção, com características informativa. Vendidos a preços reduzidos e disponibilizados para bibliotecas públicas e universitárias e pontos de cultura. Com um catálogo diferenciado, repleto de publicações que muitas vezes fogem ao padrão comercial, as Edições Funarte colocaram ao alcance de artistas, produtores, pesquisadores, acadêmicos, estudantes e espectadores os conhecimentos necessários ao exercício e à fruição da arte.

23 - Realização de obras de modernização e reequipamento dos Espaços Culturais da Funarte, com destaque para o Teatro Dulcina (RJ), Casa de Pascoal Carlos Magno (RJ) e Complexo Cultural de Minas Gerais (MG).

24 - Prêmio Luso Brasileiro de Dramaturgia Antônio José da Silva - Em parceria com instituições portuguesas, visa incentivar a escrita dramática e impulsionar o surgimento de novos autores. Puderam concorrer textos teatrais inéditos, criados por dramaturgos brasileiros ou portugueses. Em 2010, o texto vencedor foi Agro Negócio, do poeta Marco Aurélio Pinotti Catalão, de Campinas (SP).

25 - Execução de 31 projetos culturais apresentados no âmbito do Ministério da Cultura, referente a Instalação de Espaços Culturais em diversos municípios brasileiros.

26 - Os resultados acima mencionados, referem-se às ações executadas pelo UO 42205-Funarte- Fundação Nacional de Arte, UO 26292 - Fundação Joaquim Nabuco, ações 1611 e 6517 da UO 42902- Fundo Nacional de Cultura e ação 1611 da UO 42101 - Ministério da Cultura. Ressaltamos, que até o fechamento dessa avaliação, as unidades 42101 e 42902 não haviam encaminhado para essa gerência informações das demais ações com seus respectivos resultados.

27 - Prêmio Circuito Funarte de Música Popular -- Foram contemplados 12 projetos, visando a produção e a realização de turnês de espetáculos de música popular pelo território nacional.

28 - Prêmio Circuito Funarte de Música Clássica -- Concessão de 12 prêmios para realização de recitais de música de concertos por duos, trios, quartetos ou quintetos vocais e /ou instrumentais, nas diversas regiões do país, apresentando 109 concertos para 10.315 pessoas.

29 - Prêmio Funarte de Produção Crítica em Música - Foram contemplados 10 autores, com a finalidade de selecionar trabalhos de pesquisa, que abordam aspectos relativos à música brasileira nos campos erudito ou popular.

30 - Prêmio Funarte de Composição Clássica - Concessão de 59 prêmios a compositores para apresentarem suas obras na programação da XIX Bienal de Música Brasileira Contemporânea, que acontecerá em 2011.

31 - Prêmio de Apoio a Gravação de Música Popular - Foram contemplados 20 projetos para gravação de CD's de música popular brasileira, visando incentivar a carreira de intérpretes que necessitam registrar seus trabalhos em cd's, promovendo o enriquecimento da cena musical brasileira e o público ouvinte.

32 - Prêmio Funarte de Concertos Didáticos -- Foram selecionados 17 projetos, para a realização de recitais de música de concerto, em escolas da rede pública de todo o Brasil, num total de 151 concertos, beneficiando 37.030 pessoas.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O Programa faz a necessária ponte entre criação, produção e acesso, com foco nas linguagens artísticas e em sua multiplicidade de vertentes. Promove a circulação do trabalho de artistas jovens e consagrados, tradicionais e inovadores, eruditos e populares, tanto nos circuitos comerciais tradicionais dos grandes centros urbanos quanto fora deles, em todas as regiões do país, bem como o acesso do público



a essas criações. São desenvolvidos e apoiados espetáculos, oficinas, festivais e diversas outras atividades.

Nos últimos anos, o Engenho das Artes foi um dos carros-chefes para atuar em três dimensões centrais de desenvolvimento: do potencial artístico brasileiro; da economia das artes, com base em suas cadeias produtivas; e das artes como instrumento de cidadania. Para isso, modernizou espaços culturais, fomentou projetos, estudos e pesquisas e premiou exemplos de excelência nas manifestações consagradas.

A seguir, apresentamos os principais resultados:

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número Médio de Espectadores por Número Total de Espetáculos Culturais Promovidos pela União - PERCENTAGEM	1.473,00	31/12/2006	3.175,00	01/2011	0,00	Média

Fonte: Ministério da Cultura/FUNARTE

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O número médio de espectadores deve ser em valor absoluto e não percentual, como consta no SIGPlan. Considerando-se que a apuração do índice é realizada por meio da divisão entre o total de público e a quantidade de espetáculos promovidos pela União. Em relação ao índice inicial, houve um aumento considerável no número médio de espectadores apurados em 2010. Este acréscimo foi decorrente da política de descentralização de recursos, cuja principal ferramenta foi a Seleção Pública de Projetos, que visa fomentar a produção cultural em suas diversas áreas, incentivando a livre experimentação de linguagens, amparando e disseminando a riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e cidadania. A importância destas iniciativas se estendem a população que tem acesso ao acontecimento artístico, em troca de um ingresso mais acessível e consequentemente a formação de plateias. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 2.800 espectadores.

Número de Espetáculos Apoiados por Região - UNIDADE	185,00	31/12/2006	144,00	01/2011	0,00	Média
---	--------	------------	--------	---------	------	-------

Fonte: Ministério da Cultura/FUNARTE

Medidas corretivas necessárias:

Relatório Anual de Avaliação

Justificativa: Em relação ao índice inicial, houve uma diminuição no número de espetáculos apoiados em 2010. A redução, já constatada em 2007, foi devido à falta de renovação, pela Petrobras, do patrocínio aos projetos de circulação em âmbito nacional. Com referência ao ano de 2010 em relação ao de 2009, houve acréscimo no número de espetáculos apoiados, que passou de 90 para 144. Este incremento foi decorrente da política de descentralização de recursos, cuja principal ferramenta foi a Seleção Pública de Projetos, que visa fomentar a produção cultural em suas diversas áreas, incentivando a livre experimentação de linguagens, amparando e disseminando a riqueza criativa das artes como fator de desenvolvimento, geração de emprego, renda e cidadania. A importância destas iniciativas se estendem a população que tem acesso ao acontecimento artístico, em troca de um ingresso mais acessível e consequentemente a formação de plateias. O índice previsto para o final do PPA (2011) é de 200 espetáculos.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O programa abrange artistas, técnicos, agentes, produtores culturais e público usuário de serviços culturais. As ações desenvolvidas no programa são direcionadas ao público alvo e foram construídas a partir das demandas dos setores beneficiários, aferidas por meio dos mecanismos de participação social descritos na questão 6 desta avaliação. As políticas públicas do programa são norteadas por três diretrizes gerais do Ministério da Cultura, a saber: valorizar a produção simbólica e a diversidade das expressões e dos valores culturais brasileiros; ampliar o acesso dos brasileiros à cidadania cultural, com foco nas ações de inclusão social por meio da Cultura; e fomentar a Economia da Cultura, promovendo a geração de empregos e renda, fortalecendo e regulando suas cadeias produtivas e valorizando bens e serviços culturais.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: As ações são desenvolvidas a partir das demandas do setor, por meio de mecanismo de participação social descritas na questão 6 desta avaliação. O nível de satisfação considerado justifica-se:

- * Presença do público nas Casas de Espetáculos.
- * Grande número de inscritos nos editais lançados no âmbito do programa demonstra interesse da sociedade pelas ações realizadas.
- * Quantidade de solicitações por parte das Prefeituras e Eventos de âmbito nacional, para ocupação dos espaços culturais em períodos não abrangidos pelos Editais.
- * Quantidade de inscrições no Programa Funarte de Distribuição de Publicações sobre as Artes.
- * Números de acesso ao Portal das Artes e ao Brasil Memória das Artes. Eles indicam quantas pessoas estão acessando o Portal e entrando em contato com as ações da Funarte e com seus acervos cuja difusão é feita através do Brasil Memória das Artes. As informações são dadas todos os meses no relatório de atividades do Portal das Artes. O número de acessos é medido através da ferramenta Google Analytics, de medição de audiência.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: Portal da Artes, projetos inscritos nos Editais de seleção pública e o público usuários dos Espaços Públicos.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Foram estabelecidas parcerias institucionais federais, estaduais e municipais, de forma a abranger a sociedade civil, mediante debates com o meio artístico e seus representantes, eleitos em todos os estados da federação, reunidos em colegiado nas áreas de atuação desse programa. Em reuniões, encontros, seminários e comunicação via internet, esses representantes fizeram sugestões, reivindicações, detectaram os nós da cadeia produtiva e apresentaram propostas de construção de programas e políticas públicas para desenvolver o setor. Também do ponto de vista do acesso, a instituição tem uma política de preços populares em espetáculos apresentados em todos seus equipamentos culturais.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Identidade e Diversidade Cultural- Brasil Plural

GERENTE DO PROGRAMA

OBJETIVO

Garantir a inclusão cultural dos grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade brasileira, garantindo-lhes acesso aos mecanismos de apoio e fomento à cultural, de promoção e de intercâmbio cultural entre as regiões e grupos culturais do país, considerando características identitárias definidas por gênero, orientação sexual, segmentos sociais, grupos etários, portadores de necessidades especiais, grupos étnicos, povos tradicionais e das cul

PÚBLICO-ALVO

Grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$11.788.720,00	Empenhado Liquidado: R\$3.371.490,12 Pago Estatais: - Total: R\$3.371.490,12
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares - 2C70 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	218,00	200,00	91,74	5.350.000,00	233.000,00	4,36
Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 2C71 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	25,00	1,00	4,00	500.000,00	8.924,50	1,78
Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 2C71 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas - 2C69 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	1,00	2,00	200,00	500.000,00	155.383,30	31,08
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				550.720,00	515.961,39	93,69
Promoção e Proteção dos Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira - 6653 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	99,00	126,00	127,27	4.728.000,00	2.458.220,93	51,99

Proteção e Promoção dos Conhecimentos e das Expressões Culturais Tradicionais - 8206 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	2,00	0,00	0,00	60.000,00	0,00	0,00	
Índice médio geral de realização				70,50			26,13

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Divulgação e Fortalecimento das Culturas Populares - 2C70 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.104.116,80	1.940.000,00	0,92
(RAP 2009) Fomento a Grupos e Redes da Diversidade Cultural Brasileira - 6653 (COMUNIDADE ATENDIDA/UNIDADE)	-	-	-	1.029.779,56	784.901,17	0,76
(RAP 2009) Fomento a Projetos de Combate à Homofobia - 2C71 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	126.000,00	123.000,00	0,98
(RAP 2009) Fomento a Projetos Direcionados à Cultura dos Povos Indígenas - 2C69 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	758.856,14	579.914,48	0,76
(RAP 2009) Fomento às Manifestações Culturais da Juventude - 6712 (Adolescente/jovem beneficiado/UNIDADE)	-	-	-	900.000,00	900.000,00	1,00
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	46.211,62	0,00	0,00
(RAP 2009) Proteção e Promoção dos Conhecimentos e das Expressões Culturais Tradicionais - 8206 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	120.000,00	120.000,00	1,00
Índice médio geral de realização						0,77

CONTEXTUALIZAÇÃO

A Diversidade Cultural brasileira se encarna, na originalidade e na pluralidade das identidades, bem como nas expressões culturais das comunidades. Na era da informação, em que o saber e o simbólico tornam-se os principais ativos de uma nação, de uma empresa e de qualquer organização ou comunidade, essa diversidade é um tesouro, um ativo social e econômico em permanente estado de transformação.

Entretanto, processos homogeneizadores da cultura ameaçam a manutenção e desenvolvimento pleno da diversidade cultural no mundo, o que demanda a implementação de medidas apropriadas para proteger e promover a diversidade das expressões culturais, garantindo o livre fluxo de idéias e obras.

Por este motivo, a Diversidade Cultural tornou-se objeto de um debate internacional que



Relatório Anual de Avaliação

culminou com a adoção, em 2005, pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura _ UNESCO, da Convenção para a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, da qual o Brasil é signatário desde 2007.

Em abril de 2009 chegou a 97 o número de países signatários. A decisão da comunidade internacional de adotar esse instrumento traduz um avanço político e jurídico essencial, em relação à Declaração Universal da Diversidade Cultural, de novembro de 2001, documento que segue a mesma linha da Declaração dos Direitos Humanos de 1948, e que já apontava os _Direitos Culturais_ como um dos direitos mais importantes da humanidade.

Ao focar a proteção e a promoção da diversidade das expressões culturais, a Convenção da UNESCO reconhece que, em um mundo cada vez mais interconectado, cada indivíduo tem direito a acessar, livre e imediatamente, uma rica diversidade de expressões culturais, sejam elas do seu país ou de outros.

Soma-se a ela outra norma jurídica internacional de grande importância: a Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho _ OIT, sobre Povos Indígenas e Tribais, que constitui um dos documentos de referência para o desenvolvimento de qualquer política voltada para esse segmento.

Neste contexto, discutir o direito à cultura é discutir formas de assegurar a incorporação plena dos diversos aportes culturais, da infinidade de tradições e aportes lingüísticos dos muitos povos formadores da nossa identidade brasileira. Nesse sentido, torna-se necessário levar em consideração várias características identitárias, tais como:

- a) situação étnica, como a dos povos indígenas, povos ciganos, afro-descendentes e outros povos e comunidades tradicionais;
- b) situações de classe ou do mundo do trabalho (identidades de trabalhadores do campo ou da cidade, estudantes etc.);
- c) situação etária, como os idosos, crianças e jovens;
- d) situações de gênero ou orientação sexual, como o feminismo e os movimentos de lésbicas, gays, bissexuais e transexuais;
- e) situação de pessoas em sofrimento psíquico e de pessoas com deficiência.

Deste modo, se coloca em prática a crença de que uma política pública que reconhece integralmente o direito à cultura implica no reconhecimento e na promoção do protagonismo dos diferentes segmentos sociais, que formulam não apenas expressões culturais, mas também tecnologias culturais e sociais. Estas tecnologias podem ser as diferentes formas de associação, ou os museus e espaços de memória que surgem em favelas e aldeias, ou ainda os conhecimentos tradicionais dos povos indígenas, afro-brasileiros, ciganos e outros, devem ser reconhecidos e incorporados também como tecnologias, assim como sua grande sofisticação simbólica e estética. Isto, sem esquecer que algumas ferramentas que reconhecemos, hoje, como tecnologias de comunicação e de informação, têm possibilitado a criação e a utilização de novas formas de democratização e compartilhamento de idéias e de expressões culturais, como é o caso da internet e das redes, que abrem novas possibilidades de interação.

Valorizar nossas diferenças é uma pré-condição de nossa diversidade cultural, e para isto, precisamos caracterizar a paz, a democracia e a liberdade como valores culturais essenciais.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - ENCONTRO DOS POVOS GUARANI DA AMÉRICA DO SUL Ainda em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo grupo de trabalho, a SID/MinC identificou a demanda levantada pelo povo Guarani de realização do Encontro dos Povos Guarani da América do Sul. Esta ação foi viabilizada a partir de uma articulação entre a SID/MINC e o Ministério da Cultura do Paraguai sendo realizada no âmbito do MERCOSUL Cultural. Entre os dias 02 e 05 de fevereiro de 2010, estiveram reunidos em uma aty guasu (grande reunião) aproximadamente 1.000 (mil) representantes Guarani provenientes do Brasil, Argentina, Paraguai e Bolívia. As etnias participantes foram: Chiriguano, Kaiowa, Ñandéva, Mbya, Ava e Ache-Guayaki. O Encontro foi organizado por uma comissão composta por lideranças Guarani preocupadas em garantir espaço para que as delegações indígenas pudessem conversar livremente sobre assuntos de seu interesse voltados para a valorização das suas culturas e tradições. Assim, os Guarani tiveram a oportunidade de refletir sobre a sua vida diante dos avanços tecnológicos e das grandes transformações ambientais enfrentadas na atualidade, bem como sobre os problemas para a manutenção do seu ñandé rekó (modo de vida). Além de fortalecer a identidade Guarani, este evento evidenciou o quanto esses povos contribuíram para a constituição dos Estados Nacionais na América Latina. Esta experiência tornou-se referência para o desenvolvimento de outros encontros entre etnias que conformam uma mesma família ou troco lingüístico, especialmente os que se encontram em região de fronteira.

Relatório Anual de Avaliação

2 - CONSTITUIÇÃO DE COLEGIADOS SETORIAIS E ELABORAÇÃO DE PLANOS SETORIAIS PARA AS CULTURAS POPULARES E PARA AS CULTURAS DOS POVOS INDÍGENAS Desde 2003, o Ministério da Cultura mantém um diálogo permanente com a sociedade civil por meio de instâncias formais de participação social. Neste íterim foram realizadas duas Conferências Nacionais de Cultura (CNC) 3 a primeira em dezembro de 2005; e a segunda em março de 2010. Dentre os grupos sociais culturalmente diferenciados representados em ambas as Conferências, estavam os povos indígenas e os praticantes de culturas populares. A partir das discussões realizadas na I CNC foi elaborado o Plano Nacional de Cultura (PNC), regulamentado pelo projeto de lei nº 6.835, de 2006. Este PNC estabelece as diretrizes para a política cultural brasileira e aponta para a importância de desenvolver Planos Setoriais voltados para atender as especificidades dos diferentes segmentos que integram o campo das políticas culturais. Neste contexto, surgiu a necessidade de elaboração de Planos específicos voltados para as culturas dos povos indígenas e para as culturas populares. Em 2005, o MinC criou o Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) como um órgão colegiado integrante da estrutura básica deste Ministério que tem por finalidade propor a formulação de políticas públicas, com vistas a promover a articulação e o debate dos diferentes níveis de governo e a sociedade civil organizada, para o desenvolvimento e o fomento das atividades culturais no território nacional (Ministério da Cultura, 2010). Em sua composição, o CNPC congrega representantes do poder público e da sociedade civil. Desde 2007, os povos indígenas e os praticantes de culturas populares têm assento para representante do segmento no plenário do CNPC. Visando consolidar a representatividade desses segmentos nas instâncias de controle social, em 2009 o Plenário do CNPC aprovou a transformação dos Grupos de Trabalho para as Culturas Indígenas e para as Culturas Populares em Colegiados Setoriais. Cada colegiado é composto por 15 titulares e 15 suplentes representantes da sociedade civil, 5 titulares e 5 suplentes indicados pelo Poder Público. Os eleitos e indicados exercem mandato referente ao biênio 2010/2011. Assim, esses segmentos adquiriram o mesmo status institucional e de representação política que as áreas técnico-artísticas (música, teatro, dança, livro e leitura, circo e artes visuais) já tinham junto ao Ministério da Cultura. Em 2010 a II CNC realizou a Pré-Conferências Setoriais específicas para esses segmentos. Nesta ocasião foram eleitos os representantes da sociedade civil para integrar os Colegiados Setoriais. Dentre as suas incumbências, e em consonância com as deliberações da Pré-Conferência e da II CNC, está a elaboração, revisão, acompanhamento e avaliação das diretrizes dos Planos Setoriais específicos para esses segmentos, documentos que foram elaborados pela SID/MinC com a colaboração, revisão e aprovação final (em novembro de 2010) dos Colegiados eleitos. Os Planos estabelecem programas e ações voltados para a proteção, a promoção, o fortalecimento e a valorização das culturas dos povos indígenas e das culturas populares no Brasil durante os próximos 10 anos.

3 - Projeto Encontro dos Saberes Iniciativa que buscou a promoção de diálogos sistemáticos entre os saberes acadêmicos e os saberes tradicionais, populares ou indígenas. Atuou no reconhecimento, como docentes no ensino de nível superior, de mestres tradicionais, representantes da rica diversidade de práticas populares artesanais, artísticas, de saúde e de manejo ambiental. Por meio deste reconhecimento, o projeto agregou o devido valor a estes saberes, a partir do protagonismo dos mestres enquanto sujeitos aliados ao pensamento científico na produção do conhecimento. Realizações: Seminário Internacional; etapa de preparação prévia (residência); Disciplina Artes e Ofícios dos Saberes Tradicionais como parte da grade curricular formal da graduação na UnB, para vários cursos. Para 2011, resta a etapa de avaliação do projeto e a execução do produto final, um documentário longa-metragem de 52 minutos sobre o desenvolvimento do projeto. O projeto Encontro de Saberes foi realizado pelo Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) para Inclusão no Ensino Superior, através de uma parceria da SID com a Fundação Universidade de Brasília (FUB) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

4 - ENCONTRO DA DIVERSIDADE A SID realizou, nos dias 04 a 06 de setembro, na região da Lapa, Rio de Janeiro, um encontro com cerca de 1.500 lideranças e expoentes de segmentos representativos da diversidade cultural brasileira. Tendo como objetivo geral contribuir para promover essa diversidade e para diminuir o preconceito e a discriminação das diferenças culturais, o evento se constituiu também numa celebração das identidades, da convivência harmônica entre as diferenças, e do exercício da cidadania. Durante o Encontro da Diversidade, os participantes mostraram suas expressões artísticas em apresentações abertas ao público em geral, e participaram de rodas de convivência, tendo como temas o preconceito e a cultura de paz; a diversidade religiosa; a educação para a diversidade cultural; a economia da cultura; tradição, memória e transmissão de saberes; saúde; mulheres e diversidade cultural; e meios de comunicação. Paralelamente, foi realizada a primeira reunião técnica sobre diversidade cultural do Mercosul Cultural, com a presença de representantes dos dez países integrantes do bloco. Também participaram do evento representantes de grupos e redes de produtores culturais responsáveis pelas manifestações características da diversidade cultural brasileira, atendidos pelas políticas públicas de cultura implementadas pela SID, tais como: mestres e brincantes das Culturas Populares, representantes de Comunidades e Povos Tradicionais (Indígenas e Ciganos); representantes de grupos étnicos e pesquisadores sobre o tema (crianças, jovens e idosos); e movimentos sociais (LGBT, pessoas com deficiência, luta antimanicomial e trabalhadores).

Relatório Anual de Avaliação

5 - VIDAS PARALELAS O projeto Vidas Paralelas apresenta como objetivo geral conhecer o mundo do trabalho a partir do ponto de vista do próprio trabalhador, incitando a sua visão crítica e criativa por meio da produção de fotografias, textos e vídeos, como forma de auto-representação. Com foco na saúde, compreendida como qualidade de vida, pretende-se construir um processo de reflexão e diálogo entre os trabalhadores, possibilitando a difusão do cotidiano laboral e cultural dos mesmos. O projeto apresenta, dentre outros, os seguintes objetivos: promover a troca de experiências através da formação de uma rede inicialmente composta por 648 trabalhadores brasileiros; promover a inclusão digital do trabalhador; e estimular o processo criativo dos trabalhadores e trabalhadoras, possibilitando um olhar diferente sobre o seu cotidiano.

Em 2010, foram realizadas 16 oficinas de formação da rede de apoio, que acompanha o processo de estadualização do projeto, e oficinas com os próprios trabalhadores, escolhidos por seus sindicatos e associações para representarem as 24 categorias formais e informais participantes do projeto. Entre as oficinas realizadas, 14 foram estaduais e uma foi realizada na Universidade de Brasília (UnB) e outra em Cuba no CIII Congreso Salud y TrabajoD, evento internacional relacionado à saúde do trabalhador. No total, 21 estados já participam do projeto.

Além das oficinas, o projeto também promoveu o cineclube, no qual foram apresentados cinco documentários brasileiros. O cineclube teve como foco central a diversidade do trabalho e da saúde na sociedade brasileira. Este evento ocorreu em oito estados brasileiros: Mato Grosso, Pará, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Maranhão, Tocantins, Rio Grande do Sul. Ainda dentro das realizações do projeto em 2010 temos a realização de uma exposição itinerante exposta no Fórum Mundial Social, em Porto Alegre/RS; em Cuba e no Encontro da Diversidade, no Rio de Janeiro/RJ. No Encontro da Diversidade, promovido pela SID/MinC em setembro no Rio de Janeiro, além da exposição contou com reuniões com trabalhadores, rede de apoio e coordenação do projeto e a participação de alguns trabalhadores nas rodas de conversas.

6 - EDITAL POVOS CIGANOS

O Edital Prêmio Culturas Ciganas foi criado a partir de proposta do Grupo de Trabalho para as Culturas Ciganas, com o objetivo de premiar iniciativas de promoção e fortalecimento das expressões da cultura cigana no Brasil. Realizado pela primeira vez em 2007, quando foram premiadas 20 iniciativas, de um total de 118 inscritas; a 2ª edição, prevista para 2009, ocorreu em 2010.

O Prêmio contou com a parceria da Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) 3 Subsecretaria de Promoção e Defesas dos Direitos Humanos, que prestou apoio institucional e operacional a essa iniciativa. Esta 2ª edição do Prêmio Culturas Ciganas contemplou 30 iniciativas culturais, no valor de R\$10.000,00 cada, conforme quadro abaixo. O pagamento dos prêmios não foi efetivado em 2010 e foi inscrito portanto em RAP no ano de 2011, devido ao contingenciamento de recursos financeiros

7 - EDITAL HIP HOP Considerando a enorme e crescente influência do movimento hip-hop no cenário cultural brasileiro, a SID/MinC criou um Edital Público para esse segmento, com o objetivo de premiar expressões culturais do movimento como forma de valorizá-las, fortalecê-las e divulgá-las. O edital realizado em 2010, com a premiação de 128 iniciativas. Repasse ao Instituto Empreender, entidade que mantém Termo de Parceria com a SID/MinC, para realização do Edital Premio Cultura Hip Hop 2010. O recurso foi inscrito em RAP por indisponibilidade de recursos financeiros no ano de 2009. O processo de pagamento dos prêmios terá início em abril de 2011 e deverá ser concluído até o final de maio do mesmo ano. Ao todo o edital premiou 135 iniciativas de pessoas físicas, entidades formais e grupos informais visando o reconhecimento e o fortalecimento da cultura Hip Hop no Brasil. Essa cultura está disseminada em todo o território nacional, especialmente nas periferias dos centros urbanos, e tem como protagonistas a juventude, em sua maioria negra, de 15 a 29 anos. Estima-se que cada iniciativas apoiada pelo edital beneficie em média 10 jovens, o que no total constitui um benefício previsto para 690 adolescentes/jovens.

8 - PRÊMIO CULTURAS INDÍGENAS 3 EDIÇÃO MARÇAL TUPÃ-Y Para responder às demandas iniciais do GT, foi criado, em 2006, o Prêmio Culturas Indígenas, do qual já realizadas três edições. As iniciativas habilitadas nos dois primeiros editais foram inseridas em dois catálogos (um para cada edital), agrupadas por povos e com a indicação de sua localização geográfica e outras informações, o que constitui uma importante contribuição para o mapeamento e o conhecimento da diversidade cultural existente entre os povos indígenas do país. Outro produto resultante dessa ação foi a realização de um vídeo com a edição de imagens enviadas pelos candidatos. Em 2010, juntamente com o anúncio das iniciativas selecionadas na terceira edição do prêmio, houve o lançamento do Portal Rede Cultura Indígena. Pelo Portal pode-se acessar diversos conteúdos relativos às práticas culturais desses povos no Brasil, e também ferramentas interativas voltadas para a divulgação da sua produção cultural. Os acervos de todas as iniciativas que participaram das edições 2006, 2007 e 2010 do Prêmio estão disponibilizados no portal, que também é alimentado com novas produções audiovisuais, notícias, debates e fotografias, entre outros produtos e ações sugeridos pelas comunidades e organizações indígenas e pelos parceiros indigenistas.

9 - PRÊMIO INCLUSÃO CULTURAL DA PESSOA IDOSA 2010 O Prêmio Inclusão Cultural da Pessoa Idosa 2010 em sua segunda edição e rende homenagem a cantora e compositora Inezita Barroso. O concurso premiou iniciativas culturais que beneficiam diretamente as pessoas idosas, reconhecendo e promovendo sua produção cultural. O primeiro Prêmio da SID/MinC voltado para este segmento foi realizado em 2007, premiando 20 iniciativas culturais. Com recursos de R\$ 800 mil para a premiação, a edição de 2010, contemplou de 40 iniciativas com o valor de R\$ 20 mil (cada), o concurso está voltado para projetos categorias de Teatro, Dança, Música, Literatura, Artes Visuais e outras formas de expressão artística. O Edital foi realizado pela SID/MinC e pelo Instituto Empreender, com recursos da Petrobrás por meio da Lei de Incentivo à Cultura.

10 - PRÊMIO ARTE E CULTURA INCLUSIVA 2010 O Prêmio Arte e Cultura Inclusiva 2010 premiará iniciativas culturais exemplares apresentadas por pessoas com deficiência ou por grupos artísticos que tenham, em sua composição, pelo menos uma pessoa com deficiência. Serão premiadas, também, iniciativas de pessoas com ou sem deficiência que desenvolvam produtos, ações ou espaços culturais com acessibilidade. Serão contempladas 30 iniciativas, cada uma com o valor de R\$ 12.500,00, nas seguintes categorias: Teatro, Dança, Música, Literatura, Artes Visuais e outras formas de expressão artística 3 20 prêmios, sendo quatro para cada região do país; e Desenvolvimento de Produtos, Ações e Espaços Culturais com Acessibilidade 3 dez prêmios, sendo dois para cada região do país. A realização do concurso é uma parceria da SID com a ONG Escola Brasil com recursos da Petrobrás, por meio da Lei Federal de Incentivo à Cultura. O Edital está em fase final de elaboração para publicação em 2011.

Relatório Anual de Avaliação

11 - SEMINÁRIO LGBT Desde 2004, o governo brasileiro desenvolve o programa interministerial Brasil sem Homofobia, que tem uma de suas diretrizes lido à Cultura: construindo uma política de paz e valores de promoção da diversidade humana desenvolvida pelo Ministério da Cultura. Os objetivos desta diretriz são: fortalecer a produção cultural LGTB; ampliar a distribuição, circulação e acesso aos bens e serviços culturais com temática ligada à promoção da cidadania LGTB; implementar ações para diagnosticar, avaliar e promover a preservação dos valores culturais, sociais e econômicos decorrentes da participação da população LGTB; e capacitar atores da política cultural que atuam nas organizações LGTB. Deste modo, o MinC vem pensando e implementando políticas culturais voltadas para o segmento LGBT, integrado por lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais, segmento populacional que reúne milhões de brasileiros e brasileiras, tendo como foco principal o aumento da visibilidade do segmento, o fortalecimento das entidades LGBT e o combate à homofobia. Em 2010, a SID propôs-se a realizar um momento de reflexão e análise sobre todo esse processo, com seus avanços e possíveis retrocessos, bem como as necessidades do segmento, por entender que se trata de um processo fundamental para o fortalecimento das políticas voltadas para o segmento. Com este intuito, o Seminário LGBT tem como principal objetivo o fortalecimento e a promoção de reflexões e debates sobre a temática, além de dar visibilidade às ações culturais realizadas pelo segmento LGBT. O seminário tem em sua programação a realização de palestras, oficinas e espetáculos, a fim de dar visibilidade à produção simbólica, material e imaterial no contexto do universo LGBT, além de promover reflexões sobre a temática cultura LGTB e pensar estratégias para a continuidade das ações de cultura do e para o segmento. O seminário destina-se especialmente às entidades LGBT, principalmente as que possuem maior atuação na área de cultura; a representantes de ministérios que integram o programa Brasil sem Homofobia; a representantes da Coordenação Geral LGBT da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (CGLGBT/SDH/PR); e também a artistas, intelectuais, produtores e agentes culturais. A realização deste Seminário foi adiada para o ano de 2011.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 40% a 80% do esperado.

JUSTIFICATIVA: A principal dificuldade para realização dos objetivos da UJ em 2010 foi a indisponibilidade de recursos financeiros para cumprir com os compromissos assumidos (especialmente o pagamento de premiações a candidatos selecionados em editais públicos). O baixo resultado apurado no Indicador do programa está diretamente vinculado a esse problema. Além disso destacamos que o Indicador disponível hoje não expressa os resultados finalísticos positivos que vem sendo alcançados pelo programa, demonstrados na seção de "Principais Resultados". Em 2009 foram elaborados indicadores de gestão para a SID, alguns dos quais foram submetidos à avaliação da SPI/MPOG para incorporação ao rol de indicadores oficiais do Programa Identidade e Diversidade Cultural: Brasil Plural. A SPI/MPOG apontou a necessidade de um diálogo sobre os indicadores, para aperfeiçoamento.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Projetos de Diversidade Cultural Apoiados - UNIDADE	144,00	01/12/2006	14,00	01/2011	400,00	Média

Fonte: MINC/SID

Medidas corretivas necessárias: A situação foi detalhada na seção justificativa, por falta de espaço nesta seção. Segue atual estado dos problemas.

1. Quanto ao Prêmio Culturas Ciganas, já foram emitidas Ordens Bancárias para 27 dos 30 candidatos premiados. Quanto ao Prêmio Cultura Hip Hop, os recursos já foram repassados à OSCIP parceira (Instituto Empreender) que fará o pagamento dos prêmios entre 15/abril e 15/maio.

2. Em 2010 a SID decidiu pela suplementação orçamentária (aditivo) do edital de 2009, com recursos desta ação, da ordem de R\$ 2 milhões, o que permitiria a premiação de mais 200 candidatos, respeitando-se a ordem de classificação. No momento da execução financeira, a DGI/MinC optou pelo não pagamento desses prêmios, em respeito às considerações da CONJUR/MinC, que apontou que o edital regulador do concurso não prevê em suas cláusulas a possibilidade de suplementação orçamentária. O empenho dos recursos (em RAP 2011) será cancelado e o processo será arquivado.

Justificativa: Foram apoiados 14 projetos por meio de convênios ou emenda parlamentar. Os editais de premiação, principal ferramenta de apoio a projetos da SID, passaram por dois problemas de execução em 2010 e por isso o índice sofreu essa queda brusca:

1. Dois editais (Prêmio Cultura Hip Hop e Prêmio Culturas Ciganas) tiveram seus recursos financeiros contingenciados e por isso não puderam ser pagos os prêmios.

2. Um edital (Prêmio Culturas Populares 2009), que teria seus recursos suplementados com orçamento da ação 2C70 em 2010, não pode efetuar o pagamento dos prêmios por uma falha técnica apontada pela consultoria jurídica do Ministério da Cultura.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Não aplicável

JUSTIFICATIVA: O público-alvo do programa ainda não é mensurável porque é composto por diversos segmentos que ainda não foram inteiramente mapeados, tais como as culturas populares e o segmento LGBT. A realização do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais está em fase de realização e, quando implantado, permitirá essa avaliação. Por esta razão não se tem conhecimento da porcentagem de cobertura do nosso público alvo. Outro fator que dificulta esta medição seria a ausência de previsões e estimativas de público diretamente beneficiado antes da realização das ações do programa.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Há dificuldade em se ter parâmetros comparativos para a mensuração. Os indicadores mais efetivos serão aqueles que puderem ser comparados em série histórica com mapeamento das expressões culturais do Brasil e a situação de cada uma delas. Este mapeamento será realizado neste ano de 2011.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? **Sim**

Relatório Anual de Avaliação

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Oficinas realizadas para orientação do público-alvo para participação nos Editais de premiação e reuniões com representações dos diversos segmentos para identificação de suas necessidades com vistas a desenvolver políticas/ ações cada vez mais efetivas aos segmentos atingidos pelo Programa.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Pré-Conferência Setorial de Culturas Populares O processo preparatório à II Conferência Nacional de Cultura (CNC) contou com uma novidade: as pré-conferências setoriais. Os 19 segmentos com assento no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC) fizeram encontros específicos para discutir e propor políticas públicas de cada área e eleger delegados e propostas para a II CNC. Realizada em Brasília (DF), de 07 a 09 de março de 2010, a Pré-Conferência Setorial de Culturas Populares cumpriu ainda dois objetivos cruciais: discutiu as diretrizes e ações que comporão o Plano Setorial de Culturas Populares e elegeu os novos membros do Colegiado Setorial das Culturas Populares, instância oficial que dará subsídios e apoio à atuação do representante do segmento no plenário. O segmento já tinha representação no Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural desde 2007. Em agosto de 2009 foi aprovada pelo Plenário do CNPC a criação de um Colegiado Setorial específico para Culturas Populares. Assim como os demais, este colegiado é composto por 15 titulares (três de cada macrorregião do país) e 15 suplentes (três de cada macrorregião do país), representantes da sociedade civil, além de 5 representantes titulares e 5 suplentes indicados pelo Poder Público Federal. Os eleitos e indicados exercerão mandato referente ao biênio 2010/2011. Pré-Conferência Setorial de Culturas Indígenas Desde 2007, as Culturas Indígenas têm representação no Plenário do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Juntamente com outros 18 segmentos, os representantes indígenas participaram do processo preparatório à 2ª Conferência Nacional de Cultura (CNC), realizada em março de 2010, em Brasília. Esses 19 segmentos realizaram pré-conferências setoriais para discutir e propor políticas públicas de cada área e eleger delegados e propostas para a 2ª CNC. Realizada em Brasília (DF), de 07 a 09 de março de 2010, a Pré-Conferência Setorial de Culturas Indígenas cumpriu ainda dois objetivos cruciais: discutiu as diretrizes e ações que comporão o Plano Setorial de Culturas Populares e elegeu os novos membros do Colegiado Setorial das Culturas Populares, instância oficial que dará subsídios e apoio à atuação do representante do segmento no plenário. Em agosto de 2009 foi aprovada pelo Plenário do CNPC a criação de um Colegiado Setorial específico para Culturas Indígenas. Assim como os demais, este colegiado é composto por 15 titulares (três de cada macrorregião do país) e 15 suplentes (três de cada macrorregião do país), representantes da sociedade civil, além de 5 representantes titulares e 5 suplentes indicados pelo Poder Público Federal. Os eleitos e indicados exercerão mandato referente ao biênio 2010/2011.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

A realização da 2ª Conferência Nacional de Cultura mobilizou mais de 200 mil pessoas em todo o país, que participaram de conferências municipais e regionais. A SID enviou servidores para atuarem em diversas dessas conferências, e para participarem do Comitê Executivo Nacional que preparou a Conferência. Representantes da Secretaria integraram também o Grupo de Trabalho responsável pela sistematização do Caderno de Propostas da Conferência.

OUTROS (ESPECIFIQUE):

Grupos de Trabalhos

A interlocução com setores culturais visivelmente desprovidos de políticas públicas, bem como com setores não alcançados pela ação do Estado, tem sido a principal vertente da missão institucional da Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural (SID/MINC). Com este objetivo, a secretaria tem agido no sentido de implementar ações conectivas e que enfatizem a transversalidade dos segmentos culturais buscando promover um diálogo direto entre o governo e a sociedade civil. Desta forma SID criou e coordena diversos Grupos de Trabalhos (GTs), como o GT Indígena; do Gênero com a implementação do GT GLTB e o GT dos Ciganos. Os GTs têm como objetivo criar um diálogo entre o poder público e os segmentos contemplados, buscando desenvolver propostas de políticas capazes de promover a inclusão sociocultural.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Livro Aberto

GERENTE DO PROGRAMA

GALENO DE AMORIM JÚNIOR

OBJETIVO

Formar leitores em diversos níveis de competência, estimulando o hábito da leitura , facilitando o acesso a bibliotecas, mantendo o controle bibliográfico nacional, e propiciando a produção e a difusão do conhecimento científico, artístico e literário

PÚBLICO-ALVO

Sociedade

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$214.299.612,00	Empenhado Liquidado: R\$32.823.156,24 Pago Estatais: - Total: R\$32.823.156,24
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais - 4628 (BEM ADQUIRIDO/UNIDADE)	120,00	0,00	0,00	20.000,00	0,00	0,00
Assessoria Técnica a Bibliotecas - 90EY (BIBLIOTECA ATENDIDA/UNIDADE)						
Bibliotecas Comunitárias - 9A86 (PESSOA ATENDIDA/UNIDADE)	500,00	0,00	0,00	100.000,00	0,00	0,00
Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura - 8293 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	6.000,00	6.015,00	100,25	150.000,00	125.691,15	83,79
Concessão de Bolsas na Área do Livro e da Leitura - 0668 (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	34,00	43,00	126,47	243.935,00	242.342,07	99,35
Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4632 (prêmio concedido/UNIDADE)	10,00	12,00	120,00	262.400,00	222.630,00	84,84

Ano Base 2010

Difusão do Conhecimento por meio de Livros, Revistas, Vídeo e Multimídia - 6417 (EXEMPLAR PRODUZIDO/UNIDADE)	55,00	55,00	100,00	2.038.892,00	317.536,15	15,57
Digitalização de Acervos Culturais - Biblioteca Digital - 8208 (Documento digitalizado/UNIDADE)	40.000,00	97.413,00	243,53	360.000,00	296.159,10	82,27
Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4794 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	690,00	20,00	2,90	111.879.949,00	9.782.775,08	8,74
Funcionamento de Bibliotecas da União - 2650 (Público atendido/UNIDADE)	13.000.000,00	18.437.478,00	141,83	16.420.000,00	10.432.929,47	63,54
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				1.656.378,00	1.366.845,67	82,52
Instalação da Hemeroteca Nacional - 1A79 (Hemeroteca implantada/% de execução física)	5,00	0,50	10,00	650.000,00	14.992,00	2,31
Instalação de Bibliotecas Públicas - 1521 (-/-)				4.266.774,00	0,00	0,00
Instalação de Bibliotecas Públicas - 1521 (Biblioteca instalada/UNIDADE)	333,00	30,00	9,01	22.174.190,00	530.567,53	2,39
Modernização de Bibliotecas Públicas - 7367 (-/-)				900.000,00	0,00	0,00
Modernização de Bibliotecas Públicas - 7367 (BIBLIOTECA MODERNIZADA/UNIDADE)	677,00	101,00	14,92	51.323.542,00	8.264.733,00	16,10
Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4100 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	25,00	27,00	108,00	326.552,00	162.447,88	49,75
Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias - 4797 (OBRA PUBLICADA/UNIDADE)	26,00	30,00	115,38	560.000,00	135.307,89	24,16
Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura - 6523 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	60,00	75,00	125,00	1.014.000,00	899.858,36	88,74
Registro de Direitos Autorais - 2639 (DIREITO AUTORAL REGISTRADO/UNIDADE)	30.000,00	34.797,00	115,99	53.000,00	28.340,89	53,47
Índice médio geral de realização			83,33			39,87

METAS FINANCEIRAS - RAP

Relatório Anual de Avaliação

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Ampliação de Acervos Bibliográficos e Documentais - 4628 (BEM ADQUIRIDO/UNIDADE)	-	-	-	20.927,59	18.823,05	0,90
(RAP 2009) Capacitação de Recursos Humanos na Área do Livro e da Leitura - 8293 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	30.413,82	26.881,54	0,88
(RAP 2009) Concessão de Bolsas na Área do Livro e da Leitura - 0668 (BOLSA CONCEDIDA/UNIDADE)	-	-	-	45.417,00	35.852,75	0,79
(RAP 2009) Concessão de Prêmios à Criação e à Difusão na Área do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4632 (prêmio concedido/UNIDADE)	-	-	-	12.500,00	12.500,00	1,00
(RAP 2009) Difusão do Conhecimento por meio de Livros, Revistas, Vídeo e Multimídia - 6417 (EXEMPLAR PRODUZIDO/UNIDADE)	-	-	-	416.679,49	366.250,35	0,88
(RAP 2009) Digitalização de Acervos Culturais - Biblioteca Digital - 8208 (Documento digitalizado/UNIDADE)	-	-	-	318.507,00	318.507,00	1,00
(RAP 2009) Fomento a Projetos Culturais na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4794 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	10.478.850,08	8.160.773,33	0,78
(RAP 2009) Funcionamento de Bibliotecas da União - 2650 (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	2.145.653,48	1.316.774,92	0,61
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	134.983,90	80.290,27	0,59
(RAP 2009) Instalação da Hemeroteca Nacional - 1A79 (Hemeroteca implantada/% de execução física)	-	-	-	89.178,00	89.178,00	1,00
(RAP 2009) Instalação de Bibliotecas Públicas - 1521 (Biblioteca instalada/UNIDADE)	-	-	-	18.003.027,50	14.710.527,58	0,82

(RAP 2009) Modernização de Bibliotecas Públicas - 7367 (BIBLIOTECA MODERNIZADA/UNIDADE)	-	-	-	32.620.206,97	24.128.601,58	0,74
(RAP 2009) Pesquisas na Área do Livro, da Leitura e do Conhecimento Científico, Artístico e Literário - 4100 (PESQUISA REALIZADA/UNIDADE)	-	-	-	176.200,00	165.300,00	0,94
(RAP 2009) Produção de Obras Científicas, Artísticas e Literárias - 4797 (OBRA PUBLICADA/UNIDADE)	-	-	-	451.357,00	324.716,28	0,72
(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos Culturais na Área do Livro e da Leitura - 6523 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	75.969,62	51.446,89	0,68
(RAP 2009) Registro de Direitos Autorais - 2639 (DIREITO AUTORAL REGISTRADO/UNIDADE)	-	-	-	5.800,00	3.700,00	0,64
Índice médio geral de realização			-			0,81

CONTEXTUALIZAÇÃO

A exclusão de parte considerável dos brasileiros da alfabetização, do letramento e do pensamento humanístico e científico é um problema a ser enfrentado pelas instituições públicas de cultura em várias frentes e com estratégias características de cada ação. Enfrenta-se o desafio de uma sociedade praticamente ágrafa, em que a informação e a transmissão de conhecimento se fazem preferencialmente pela oralidade. Os meios audiovisuais em alta contrastam flagrantemente com o mau desempenho do livro nas estatísticas que descrevem a produção editorial, o número de livrarias existentes, a compra de livros per capita, e tantos outros indicadores. A grande maioria do povo brasileiro não tem acesso aos benefícios profissionais, sociais, políticos, econômicos e de lazer inteligente, que apenas a familiaridade com a leitura pode proporcionar. A capacidade de usar a informação escrita em benefício próprio, das famílias, das empresas e da nação encontra-se restrita às poucas elites letradas. Ao mesmo tempo em que a miscigenação nos proporcionou uma cultura rica e diversificada, deixou-nos a herança de povos de cultura marcadamente oral, como negros e indígenas, e de imigrantes iletrados que de sua cultura só trouxeram traços de oralidade, por conta, entre outros fatores, da barreira do idioma. O sistema de distribuição de publicações acompanha de perto a geografia da nossa injustiça social e regional. As livrarias e bibliotecas públicas concentram-se nas zonas urbanas de classe média, ou nas áreas centrais, e escasseiam vertiginosamente na periferia das cidades e nas áreas rurais. Quanto aos computadores e acesso à Internet, excluída a classe média que se informatiza por conta própria, pouquíssimas bibliotecas públicas oferecem este acesso ao povo. Por sua vez, o livro é caro, se comparado ao preço médio internacional, revelando-se mais caro, se comparado ao poder aquisitivo do povo brasileiro. Vários fatores contribuem para essa realidade, dentre eles a baixa tiragem, que é o fator determinante para o elevado custo do livro. Soma-se a tudo isso o fato do Brasil produzir cerca de 2,5 livro "per capita" e destes apenas 0,7 serem livros não didáticos - que constituem a imensa maioria dos livros consumidos em nosso país. Tal quadro é agravado pela constatação de que inúmeras bibliotecas encontram-se em situações precárias de atendimento, necessitando de novas implantações e/ou revitalizações, e

Relatório Anual de Avaliação

de recursos humanos melhor formados. Uma nação leitora habilita o cidadão a chegar à vida adulta capacitado para ler e compreender todas as formas da escrita cotidiana, impressa ou eletrônica. O sujeito leitor tem mais acesso à informação e maior capacidade crítica podendo exercer plenamente sua cidadania. Aprender a ler exige um deslocamento da idéia restrita da alfabetização para a idéia ampliada da formação do leitor, como também uma continuidade nas práticas cotidianas formadoras de neoleitores, para dar conta das complexas exigências sociais. A informação é o conjunto das idéias, noções, juízos, argumentos, conhecimentos, pesquisas, debates, sínteses, análises e saberes, que só podem ser criados, consolidados e transmitidos por meio das palavras fixadas na escrita. Assim, para a consolidação de uma nação justa, dentre outros fatores, encontra-se a capacitação do povo para o uso da informação escrita, isto é, a familiaridade da população com o livro, o jornal, a revista e o computador - os quatro instrumentos básicos da Sociedade da Informação. Nesse sentido, é fundamental garantir a ampliação e manutenção da memória bibliográfica nacional, promovendo o seu acesso à população e constituindo um legado para as gerações futuras. Há que se fixar políticas para o acesso da população à informação escrita, o que se dará por meio da implantação de bibliotecas públicas, pontos de venda de material impresso e redes de bibliotecas virtuais. A dimensão cultural da leitura transcende a mera alfabetização e sua continuidade no domínio dos mecanismos de decifração do código escrito. O programa Livro Aberto se reveste de fundamental importância, pois encara a tarefa de diminuir o abismo existente em nossa sociedade entre o letramento e a população, visando não apenas a formação do hábito de leitura, tal como buscada pela escola em seus diferentes níveis de instrução, mas, sobretudo, a formação do leitor, aquele que é capaz de, pela compreensão e pela crítica, tornar-se plenamente cidadão.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Foram adquiridas 200 unidades de cada item do kit para Instalação de Bibliotecas Públicas (mobiliário, equipamentos de informática e equipamentos de imagem e som), exceto o relativo ao acervo bibliográfico, onde foram adquiridos apenas 28 kits compostos de 2.053 itens. Face o Decreto nº 7.094/10, que impossibilitou a plena execução da ação, a aquisição dos kits se deu por Sistema de Registro de Preços - SRP, o que assegura a aquisição de sua totalidade até o limite do prazo do SRP.

2 - Aquisição, através do Programa Mais Cultura, de acervo bibliográfico específico para a 1ª biblioteca temática do Brasil: "Casa de Leitura Thiago de Mello".

3 - Os resultados acima mencionados, referem-se às ações executadas pela FBN. Este programa possui ações executadas em outras Unidades Jurisdicionadas, tais como: 25234 - Banco do Brasil SA; 26292 - Fundação Joaquim Nabuco; 42101 - Ministério da Cultura; 42201 - Fundação Casa de Rui Barbosa e 42902 - Fundo Nacional de Cultura.

4 - O Programa de Incentivo a Leitura, com apoio do Programa Mais Cultura, capacitou mediadores de leitura e proporcionou outras formações através de comitês, permitindo atuação em todas as unidades da federação por meio de parcerias com Secretarias de Cultura e Educação e Universidades.

5 - A digitalização de acervos culturais que compõem o Acervo Memória Nacional propiciou a democratização do acesso em rede desse Acervo, ao mesmo tempo em que permite preservá-lo para usuários desta e de futuras gerações.

A Biblioteca Digital, em comemoração aos 200 anos da Biblioteca Nacional, operacionalizou a digitalização através de um mutirão, superando consideravelmente a meta prevista.

6 - Concessão de 68 bolsas de tradução de obras de autores brasileiros em outros idiomas. Destas, 46 foram através de destaque do FNC, com o intuito de ampliar e fortalecer a política de promoção da literatura brasileira no exterior.

Ainda, com o objetivo de estimular e desenvolver a criatividade e a revelação de novos talentos, a FBN concedeu 6 bolsas a escritores brasileiros com obras em fase de conclusão.

7 - Com o objetivo de divulgar a produção cultural brasileira, foram produzidas 22 obras (21 edições e 1 coedição) sendo que, 18 títulos encontram-se em fase de impressão, com entrega prevista para o exercício de 2011, uma vez que a Cota Limite para a execução da ação só foi liberada no final do exercício. Foram feitas mais 12 coedições através de destaque, sendo que 10 tiveram aporte financeiro através do Fundo Nacional de Cultura - FNC e 2 da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial - SEPIR.

8 - Na área da Pesquisa foram aprovados 17 projetos, oferecendo oportunidade a estudiosos interessados em realizar projetos nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, ensejando a produção de publicações que estudem e divulguem nosso acervo.

9 - A FBN participou de 35 eventos, divulgando a literatura do país e incentivando o hábito da leitura. A participação do Brasil em feiras e salões de livros em outros países tornou possível divulgar a produção literária brasileira e difundir a língua falada no Brasil, promovendo, assim, a inserção do nosso país no cenário internacional. A FBN recebeu recursos, através de destaque, ampliando sua atuação em eventos literários.

Ainda dentro desta linha de atuação, foi feito repasse à Fundação Miguel de Cervantes com a finalidade de promover os eventos em comemoração aos 200 anos da Biblioteca Nacional.

10 - Prêmios:

- Prêmio Fundação Biblioteca Nacional de Literatura: destinado a escritores, tradutores e autores de projeto gráfico, em reconhecimento à qualidade intelectual e técnica de seus trabalhos. A divisão do prêmio em 8 categorias distintas de produtividade intelectual resultou em incentivo e revelação de novos talentos, opção que teve repercussão positiva em todo o Brasil.

- Prêmio Luís de Camões: instituído pelos governos do Brasil e de Portugal, é atribuído anualmente a um autor que tenha contribuído com sua obra para o enriquecimento do patrimônio literário da língua portuguesa comum, além de estreitar os laços culturais entre os países lusófonos. Em 2010, o escritor premiado foi o brasileiro Ferreira Gullar.

Foram concedidos, através da Biblioteca Demonstrativa de Brasília, os Prêmios XII COLINJU - Concurso Literário Infante-Juvenil e o Concurso Leia Mais Infante-Juvenil e Adulto.

11 - A BN, BDB, BEC e Casa da Leitura atenderam, em sua totalidade, um público pesquisador de 18.437.478, sendo 17.950.366 remoto e 487.112, in loco.

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Embora o Decreto nº 7.094/10, que limitou a liberação de Cota Limite para empenho, tenha prejudicado a execução de algumas ações, as metas físicas, em sua grande maioria, foram executadas conforme o previsto ou até mesmo superadas devido a parcerias com o FNC, SEPIR, dentre outros.

Relatório Anual de Avaliação

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Coeficiente de Bibliotecas Públicas - UNIDADE	23,00	31/12/2002	0,43	12/2010	0,00	Alta

Fonte: Ministério da Cultura, FBN/MinC, IBGE e Instituições voltadas para a produção editorial

Medidas corretivas necessárias: Há que se considerar uma disfunção no índice inicial de referência informado no SIGPLAN: o coeficiente é 0,29 e não 23, considerando-se as bases do IBGE.

O índice alcançado no exercício de 2010 foi de 0,43 e a previsão para 2011 é a manutenção do referido índice.

Justificativa: Face a discrepância entre os recursos orçamentários autorizados e a cota limite para empenho liberada, os kits para implantação de bibliotecas públicas foram adquiridos em sua totalidade exceto o montante relativo ao acervo bibliográfico, que dos 200 kits licitados foram adquiridos apenas 28 compostos de 2.054 itens. Cabe ressaltar que a aquisição dos kits se deu por Sistema de Registro de Preços - SRP, o que assegura a aquisição em sua totalidade até o limite do prazo do SRP.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance acima de 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O percentual físico ficou acima da meta prevista, alcançando 115,99%. A superação deve-se a melhorias nas rotinas e procedimentos de trabalho. Foram criadas e desenvolvidas metodologias modernas de catalogação e classificação para seu acervo e adotadas novas tecnologias da informação, adequadas ao nível e às necessidades dos pesquisadores, além de propiciar maior acesso à Biblioteca Digital. Buscou acompanhar a evolução tecnológica mundial e investiu no aprimoramento dos mecanismos de segurança e preservação do patrimônio sob sua custódia. O Projeto Biblioteca Acessível vem adaptando o site aos princípios da acessibilidade, além das implantações, na Biblioteca Nacional, de equipamentos e programas diferenciados para leitura de textos, facilitando a pesquisa aos portadores de necessidades especiais.

O serviço de visita guiada ao prédio da BN, orientado por guias bilíngues, possibilita ao

visitante conhecer a história da instituição, sua arquitetura, seu acervo, seus serviços e laboratórios especializados.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Muito Satisfeito

JUSTIFICATIVA: O número de e-mails elogiosos recebidos através do "Fale Conosco" do Portal Institucional foi significativamente superior ao de críticas recebidas. As bibliotecas públicas instaladas, as bolsas de pesquisa e tradução, os prêmios literários, os meios de consulta, a acessibilidade, enfim, todos esses e outros fatores contribuíram para a satisfação do público com as ações que o Programa oferece.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: E-mails recebidos através do "Fale Conosco" do Portal Institucional.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

Relatório Anual de Avaliação

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Realização de reuniões e seminários com diversos grupos com os quais nossas ações são destinadas, onde destacamos os Encontros Regionais e Nacional do PROLER, Encontro Nacional do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, Palestras e debates realizados na FBN e transmitidos em tempo real pelo Instituto Embratel, através do link TvPontoCom do site www.institutoembratel.org.br, como o Leitura em Debate.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

A participação social, como a presença do público nos eventos, as pesquisas desenvolvidas, o acesso ao portal e a opinião pública sobre os nossos serviços, foram fundamentais para detectarmos os problemas ou insuficiências, traçando políticas públicas e tornando possível um melhor desenvolvimento do programa.

Monumenta

GERENTE DO PROGRAMA

Luiz Fernando de Almeida

OBJETIVO

Revitalizar o patrimônio cultural em centros urbanos, criando condições para a sua sustentabilidade

PÚBLICO-ALVO

População dos municípios brasileiros detentores de sítios urbanos ou conjuntos de monumentos considerados Patrimônio Nacional

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$143.290.000,00	Empenhado Liquidado:	R\$16.281.497,77
	Pago Estatais:	-
	Total:	R\$16.281.497,77
Previsto não orçamentário	Realizado não orçamentário	
-	-	

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Educação Patrimonial na Área do Patrimônio Histórico Urbano - 5021 (Projeto implantado/UNIDADE)	18,00	6,98	38,77	4.800.000,00	478.827,02	9,98
Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano - 2C65 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	9,00	4,56	50,68	2.320.000,00	1.156.988,75	49,87
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				3.000.000,00	678.319,78	22,61
Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - 5538 (Conjunto histórico preservado /UNIDADE)	38,00	83,00	218,42	133.170.000,00	13.967.362,22	10,49
Índice médio geral de realização			102,62			23,24

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização

Relatório Anual de Avaliação

(RAP 2009) Educação Patrimonial na Área do Monumenta - 5021 (Projeto implantado/UNIDADE)	-	-	-	170.114,41	163.914,41	0,96
(RAP 2009) Fomento a Projetos de Capacitação e de Fortalecimento Institucional na Área do Patrimônio Histórico Urbano - 2C65 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	2.270.279,86	1.458.637,27	0,64
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	680.575,87	415.116,44	0,61
(RAP 2009) Preservação do Patrimônio Histórico Urbano - 5538 (Conjunto histórico preservado /UNIDADE)	-	-	-	25.172.325,43	13.261.609,53	0,53
Índice médio geral de realização	-	-	-			0,69

CONTEXTUALIZAÇÃO

Os processos de crescimento urbano repercutem em muitos centros históricos com a degradação do patrimônio cultural, a diminuição do número de moradores, o aumento dos imóveis vazios e subutilizados, o aumento da precariedade das habitações, a concentração de atividades informais, a desvalorização imobiliária, a mudança no perfil socioeconômico dos moradores, usuários e das atividades locais, além de em muitos casos essas áreas ainda sofrerem os impactos da transferência de setores de serviços públicos e privados para outras localidades da cidade. O patrimônio histórico e artístico urbano existente nessas áreas, por sua vez, ainda enfrenta as dificuldades de obtenção de recursos específicos para a sua preservação e conservação e de adequação a novos usos ou a retomada dos usos tradicionais. Na tentativa de reverter esses processos o Programa Monumenta propõe um conceito inovador que conjuga recuperação e preservação do patrimônio com desenvolvimento social. Tem como objetivos conservar o patrimônio histórico e artístico urbano, aumentar a consciência da população sobre a sua importância e estimular a utilização econômica, cultural e social das áreas recuperadas. O patrimônio cultural de um povo como ingrediente de sua identidade e da diversidade cultural, pode tornar-se um importante fator de desenvolvimento sustentado, de promoção do bem-estar social, de participação e de cidadania. Ações de promoção e de valorização do nosso patrimônio cultural são essenciais para o fortalecimento das identidades culturais e para o desenvolvimento econômico e social das comunidades locais.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - PRESERVAÇÃO DO PATRIMONIO HISTÓRICO URBANO:

A presente ação promove a preservação do patrimônio histórico urbano por meio da restauração de monumentos e espaços públicos e do financiamento para a recuperação de imóveis privados situados nas áreas de projeto. No período de 2001 a 2010, foram concluídas 180 obras em 24 municípios, abrangendo monumentos e espaços públicos tais como praças, pontes e fontes. Destas, 14 obras foram concluídas durante o ano de 2010, correspondente aos 21 convênios editados no mesmo período. A seguir a relação das obras por cidades beneficiadas em 2010: Cachoeira (BA) Requalificação Urbana da Orla de São Félix. Cachoeira (BA) Restauração dos Bens Artísticos da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário. Congonhas (MG) Restauração das Pinturas Parietais das Capelas dos Passos da Paixão 2ª Etapa. Diamantina (MG) Cadeia Velha. Oeiras (PI) Cine Teatro. Ouro Preto (MG) Restauração da Ponte do Palácio Velho. Ouro Preto (MG) Restauração do Anexo do Teatro Municipal (2ª etapa) Ouro Preto (MG) Restauração da Casa dos Inconfidentes. Ouro Preto (MG) Restauração do Solar Baeta Neves. Ouro Preto (MG) Restauração Casarão Rocha Lagoa. Lençóis (BA) Requalificação Urbana de Logradouros da cidade de Lençóis-3ª Etapa. Pelotas (RS) Casa 06. São Francisco do Sul (SC) Revitalização e Urbanização de Ruas e Passeios do Centro Histórico. São Francisco do Sul (SC) Revitalização da Praça Getúlio Vargas. IMÓVEIS PRIVADOS Ainda, como parte do componente Investimentos Integrados", o sub-componente Imóveis Privados financia a recuperação de imóveis privados situados nas áreas de intervenção do Programa Monumenta visando a preservação do patrimônio cultural e a melhoria das condições de uso e ocupação dos centros históricos das cidades brasileiras. Em maio de 2010 foi lançado um novo edital para recuperação de imóveis privados em Goiás, tendo havido a classificação de 83 propostas que juntas perfazem R\$ 3.428.808,10. Ao total foram lançados 78 editais até 2010, tendo sido apresentadas 1784 propostas que juntas perfazem R\$ 120.878.069,37. Foram firmados 421 contratos em 20 cidades até 31/12/2010, originados das propostas classificadas pelos editais, bem como pelos imóveis particulares destacados. As cidades que não firmaram contrato algum até o fim de 2010 foram: Alcântara, Manaus, Oeiras, Recife e São Paulo.

2 - EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA AREA DO MONUMENTA: Foram lançados no ano de 2007, dois editais com o intuito de promover atividades de educação patrimonial e também atividades econômicas que possam contribuir para a sustentabilidade dos sítios históricos urbanos: o edital 474/2007, para Projetos de Educação Patrimonial e o edital 0306/2007, para Seleção Pública de Propostas para Assistência Técnica e Financeira a Projetos de Promoção de Atividades Econômicas.

Relatório Anual de Avaliação

3 - FOMENTO A PROJETOS DE CAPACITAÇÃO E DE FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL NA ÁREA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO URBANO: A execução do componente Fortalecimento Institucional vem sendo realizada em conjunto com: IPHAN e MINISTÉRIO DA CULTURA, conforme segue:

- Fortalecimento Institucional do IPHAN:

Está sendo realizado, desde o início do programa, um conjunto de ações visando o fortalecimento institucional do Iphan. Estas ações estão detalhadas em um Plano de Ação, com estratégias de execução de várias atividades. Entre estas, destaca-se a elaboração de Normas de Preservação para municípios com sítios históricos urbanos tombados, conforme demonstrado no quadro abaixo

Municípios Situação em 31/12/2010

Mariana (MG) Concluído
Laguna (SC) Concluído
Sobral (CE) Concluído.
Belém (PA) Cancelado.
Pirenópolis (GO) Concluído.
Parati (RJ) Concluído
Petrópolis (RJ) Concluído.

ii - Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura:

As ações voltadas para o Fortalecimento Institucional do Ministério da Cultura estão sendo executadas com base em pesquisas que trazem informações para subsidiar a gestão sobre o patrimônio histórico cultural brasileiro. Como exemplo, temos a realização do Inventário do Patrimônio Cultural, que é uma atividade que possibilitará a realização de inúmeros projetos na área do Patrimônio cultural material e imaterial. Essa ação dá-se, no âmbito do Governo Federal, por meio da formulação e implementação do Sistema de Informações de Patrimônio (SIP).

Outra linha de trabalho do Fortalecimento Institucional do MinCD, realizado em 2010 é o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura 3 PRODECD, que integra as ações apoiadas pelo Monumenta com estímulo à elaboração de estudos, diagnósticos, sistematização de dados e formulação de diretrizes e sistemas de captação e difusão de informações.

Quanto ao projeto Mestres Artífices, que tem como objetivo mapear os detentores de conhecimento das técnicas construtivas constantes do patrimônio histórico edificado em várias regiões do país, continuam apresentando seus produtos no sentido de finalizar a execução desta ação.

4 -

5 -

6 -

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: O Programa Monumenta está em execução com previsão de conclusão em 04 de dezembro de 2011. Os recursos destinados na LOA 2010, não foram integralmente disponibilizados. Por intermédio da Portaria nº 119, de 7 de dezembro de 2010, o Ministro de Estado da Cultura delegou competência ao Presidente do IPHAN para atuar como Coordenador Nacional do Programa Monumenta e exercer as atividades



de órgão executor. Assim, suas atividades passaram a ser supervisionadas pelo órgão. Relativamente aos repasses de recursos aos municípios, importa destacar as dificuldades enfrentadas por conta de inadimplência fiscal dos mesmos junto ao Governo Federal, somados, ainda, à falta de agilidade dos procedimentos licitatórios. As realizações das ações no decorrer do exercício de 2010, foram implementadas com recursos de restos a pagar, com os saldos dos próprios recursos financeiros existentes em conta corrente específica dos convênios e bem com recursos do PAC-CH. O PAC-CH foi uma iniciativa intergovernamental articulada com a sociedade, com obras de requalificação urbanística, infra-estrutura urbana, financiamento para recuperação de imóveis privados, recuperação e uso de monumentos, fomento a atividades produtivas tradicionais e promoções do patrimônio cultural. Ele envolve ações na esfera de atuação de vários órgãos federais e empresas estatais. Os investimentos aprovados para ações em todos os estados da federação e em 166 municípios chegam a R\$ 164 milhões, sendo que foram efetivamente liberados em 2010, R\$ 69,2 milhões para 20 estados e 75 municípios. Com relação à implementação das obras de restauro, apesar de ter havido uma grande redução do percentual das ações executadas em 2010 em relação a 2009, em função da finalização das obras do Programa, verifica-se que a execução foi satisfatória durante o ano de 2010, principalmente se levados em conta os vários entraves ocorridos, dentre eles o período eleitoral no segundo semestre de 2010; maior incidência de pagamento de medições de obra com recursos da contrapartida; e poucos processos licitatórios por conta da proximidade do término do Programa.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Taxa de Centros Históricos Conservados de Forma Sustentável - PERCENTAGEM	47,33	31/12/2006	88,10	02/2011	0,00	Alta

Fonte: Ministério da Cultura

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O contrato de empréstimo com o Bid, encerrou em 04/10/2010. Diversas ações estão sendo realizadas exclusivamente com recursos da União. Há previsão de obras remanescentes do Programa durante 2011, bem como previsão orçamentária no âmbito do PPA. Assim, a previsão de realização das obras vinculadas ao Programa estão previstas sua finalização em 2011, mantendo-se o índice de 88,10% como possibilidade de alcance, uma vez que não houve implementação de novas obras.

Relatório Anual de Avaliação

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: Não se aplica

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Não

DIFICULDADES PARA AVALIAR A SATISFAÇÃO DO BENEFICIÁRIO: Com o contingenciamento de recursos financeiro no decorrer de 2010, e com encerramento do contrato de empréstimo, não foi possível realizar a pesquisa de satisfação junto aos beneficiários do Programa em 2010. No entanto com a prorrogação do Programa, a Pesquisa de Avaliação será realizada até 04 de dezembro de 2011.

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Avaliação em andamento

INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S):

O processo de contratação da instituição avaliadora está em andamento.

ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS):

ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO:

PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Na elaboração dos planos das cidades foram realizadas audiências e apresentações públicas dos planos elaborados, entre 2000 a 2004

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Parte da estratégia do Programa Monumenta está no aproveitamento de espaços públicos e/ou horários ociosos de monumentos e logradouros, promovendo a venda de produtos artesanais, aumentando do tempo de permanência dos turistas, dentre outros. Todas essas atividades são executadas de forma coordenada com grupos privados, fundações e organizações não-governamentais. Atualmente, cerca de 20 entidades não-governamentais estão envolvidas na realização desses projetos.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

O principal conselho setorial constitui-se o dos Fundos Municipais de Preservação. Esses fundos são geridos por um conselho local paritário, os quais garantirão a sustentabilidade dos projetos das cidades. O Conselho Curador é formado por representantes das três esferas de governo e da sociedade civil. Esse conselho se reúne regularmente para estabelecer e fiscalizar as diretrizes e formas de distribuição de todos os recursos do Fundo, de acordo com a Política Nacional de Preservação do Patrimônio Cultural.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS:

Relatório Anual de Avaliação

Museu Memória e Cidadania

GERENTE DO PROGRAMA

José do Nascimento Júnior

OBJETIVO

Revitalizar os museus brasileiros e fomentar a criação de novos institutos de memória, aumentando o acesso da população a esses produtos culturais nas diversas regiões do país

PÚBLICO-ALVO

Sociedade Brasileira

EXECUÇÃO DO PROGRAMA

QUADRO SÍNTESE DA EXECUÇÃO FINANCEIRA

Autorizado (LOA + Créditos): R\$53.648.800,00	Empenhado Liquidado: R\$30.877.772,16 Pago Estatais: - Total: R\$30.877.772,16
Previsto não orçamentário -	Realizado não orçamentário -

METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
Capacitação de Profissionais de Museus - 8207 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	6.020,00	53,00	0,88	687.222,00	72.557,65	10,56
Elaboração de Projeto Arquitetônico para Construção de um Setor de Museus em Brasília (DF) - 128I (-/-)				500.000,00	0,00	0,00
Fomento a Projetos na Área Museológica - 2838 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	141,00	54,00	38,30	17.854.669,00	7.275.665,32	40,75
Funcionamento de Museus da União - 2651 (Público atendido/UNIDADE)	1.513.000,00	21.056,00	1,39	20.504.380,00	19.222.080,57	93,75
Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)				3.203.119,00	251.647,78	7,86
Identificação e Inventário de Acervos Museológicos - 4616 (BEM INVENTARIADO/UNIDADE)	20.000,00	4.007,00	20,04	585.527,00	116.266,06	19,86
Modernização de Museus - 1612 (MUSEU MODERNIZADO/UNIDADE)	182,00	32,00	17,58	9.179.231,00	3.359.746,58	36,60

Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos - 6529 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	1.212,00	814,00	67,16	1.134.652,00	579.808,20	51,10
Índice médio geral de realização	24,22					32,56

METAS FINANCEIRAS - RAP

Ações (Produto/Unidade de Medida)	Metas Físicas			Metas Financeiras		
	Previsto	Realizado	Índice Realização	Previsto	Realizado	Índice Realização
(RAP 2009) Capacitação de Profissionais de Museus - 8207 (PROFISSIONAL CAPACITADO/UNIDADE)	-	-	-	103.995,72	83.209,55	0,80
(RAP 2009) Fomento a Projetos na Área Museológica - 2838 (PROJETO APOIADO/UNIDADE)	-	-	-	6.506.004,47	4.552.132,60	0,70
(RAP 2009) Funcionamento de Museus da União - 2651 (Público atendido/UNIDADE)	-	-	-	3.078.281,35	2.950.131,23	0,96
(RAP 2009) Gestão e Administração do Programa - 2272 (-/-)	-	-	-	215.841,58	188.391,20	0,87
(RAP 2009) Identificação e Inventário de Acervos Museológicos - 4616 (BEM INVENTARIADO/UNIDADE)	-	-	-	190.997,18	190.997,18	1,00
(RAP 2009) Modernização de Museus - 1612 (MUSEU MODERNIZADO/UNIDADE)	-	-	-	2.889.627,93	2.264.293,53	0,78
(RAP 2009) Promoção e Intercâmbio de Eventos Museológicos - 6529 (EVENTO REALIZADO/UNIDADE)	-	-	-	778.606,93	454.932,79	0,58
Índice médio geral de realização	-					0,81

CONTEXTUALIZAÇÃO

O século XX foi para o Brasil o século dos museus. No final do século XIX o número de museus no Brasil não chegava à casa das duas dezenas e já no final do século XX aproximou-se da casa dos dois milhares.

Atualmente há mais de 2.600 museus mapeados em todo o país (71% são públicos), distribuídos em 18,33% dos municípios brasileiros, concentrados em sua maioria nas grandes cidades, segundo dados do IBGE e do Cadastro Nacional de Museus. Estão sob a guarda desses museus mais de 140 milhões de itens representativos do patrimônio cultural brasileiro, atendendo a aproximadamente 30 milhões de visitantes por ano e gerando mais de 27 mil empregos diretos. Esses números reportam a um dos grandes desafios das políticas públicas de cultura voltadas para o setor museológico, que consiste em equacionar demandas diversas do setor, promovendo a gestão integrada dos museus e fomentando a sua criação em municípios onde eles não existem.

Relatório Anual de Avaliação

Os museus representam uma grande força na geração de emprego e renda. A multiplicação dos museus em número e em tipologia vem expressar o papel central que conquistaram no panorama cultural do mundo contemporâneo. Não se pode esquecer que essa proliferação não se traduziu apenas em termos de quantidade, ela implicou uma nova forma de compreensão dos museus e um maior esforço para a profissionalização do campo.

A demanda social crescente por serviços museológicos exige do Estado uma nova postura na condução das políticas públicas de cultura voltadas para o setor museológico. Dessa forma, a partir do ano de 2003, após amplo debate com a comunidade museológica, o Ministério da Cultura lançou a Política Nacional de Museus, apresentando os objetivos e as diretrizes para o setor em todo o país, envolvendo tanto os museus de todas as esferas públicas quanto os museus do setor privado.

O objetivo da Política Nacional de Museus é promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro, considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país.

O Programa Museu, Memória e Cidadania configura-se como o principal instrumento de gestão do governo federal de resposta à sociedade para o atendimento às necessidades do setor museológico brasileiro e para cumprimento das metas e objetivos da Política Nacional de Museus.

1. PRINCIPAIS RESULTADOS OBTIDOS EM 2010

REGISTRE O GRAU DE ALCANCE DOS RESULTADOS ESPERADOS. O CAMPO JUSTIFICATIVA DEVE SER PREENCHIDO CASO O GRAU DE ALCANCE FIQUE ABAIXO DE 80%.

REGISTRE TAMBÉM OS PRINCIPAIS RESULTADOS TOMANDO POR BASE OS OBJETIVOS, METAS OU PRIORIDADES DESCRITAS NA MENSAGEM PRESIDENCIAL DE ENCAMINHAMENTO DO PPA 2008-2011, APRESENTADAS NO CAMPO INSTRUÇÕES (ACIMA). ALGUNS PROGRAMAS PODEM NÃO TER EXPLÍCITOS ESSES PARÂMETROS, PARA ESSES CASOS SERÃO APRESENTADAS AS INSTRUÇÕES GERAIS. NO DESENVOLVIMENTO DA RESPOSTA NÃO INDIQUE AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, MAS OS PRODUTOS E/OU SERVIÇOS ENTREGUES QUE CONTRIBUÍRAM PARA OS RESULTADOS OBTIDOS.

1 - Primeiro concurso público:

Um ano depois de criado, o IBRAM realizou, em março de 2010, o primeiro concurso público para a construção do seu quadro de servidores. Ao todo foram 294 vagas e os aprovados foram lotados nas unidades museológicas que integram o Ibram, na sede em Brasília e em suas unidades administrativas em Belo Horizonte e no Rio de Janeiro. As vagas foram distribuídas ente os cargos de Assistente Técnico I (50), Analista I (90), Técnico em Assuntos Educacionais (39), Técnicos em Assuntos Culturais (115).

2 - 4º Fórum Nacional de Museus em Brasília:

O Instituto Brasileiro de Museus realizou, de 12 a 17 de julho de 2010, o 4º Fórum Nacional de Museus. O evento aconteceu em Brasília, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães. O objetivo principal do 4º FNM foi mobilizar, refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para a Política Nacional de Museus.

Compreendendo o 4º FNM como espaço de troca de experiências, o Ibram convidou interessados no tema a participarem do exercício de construção de uma nova imaginação museal, uma imaginação capaz de dialogar com temas como: cidades e cidadania, desenvolvimento sustentável, economia criativa e estratégias de institucionalização de um universo museal tão multifacetado.

Integrado por museólogos, historiadores, antropólogos, artistas, arqueólogos, sociólogos, educadores, professores, representantes do poder público, agentes culturais, estudantes e demais interessados, o 4º FNM propiciou um cenário de significativa mobilização dos diferentes atores, reunindo 1.922 participantes provenientes de todos os Estados brasileiros e do Distrito Federal. Também participaram representantes de Áustria, Cuba, França, Holanda, México e Portugal.

A programação contemplou a realização de minicursos, conferências, minifóruns, painéis, plenárias, lançamento de publicações, exposições Ibram e seus Museus; Memória em Movimento; Espaço Conhecendo Museus e Mostra de Artesanato.

Além dessas atividades, o 4º FNM possibilitou a realização das reuniões: das Redes de Educadores em Museus (REM), dos Professores de Museologia, dos Pontos de Memória, do Conselho Internacional de Museologia (ICOM) Brasil e dos Sistemas e Redes Estaduais e Municipais de Museus.

3 - Participação no Programa Ibermuseus e Atuação Internacional:

O Programa Ibermuseus é uma iniciativa de cooperação e integração dos países ibero-americanos para o fomento e a articulação de políticas públicas para a área de museus. Vinculado à Secretaria Geral Ibero-americana 3 SEGIB, o Programa conta com o apoio técnico da Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura e do Instituto Brasileiro de Museus e com financiamento da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

A experiência do Ibram em ações de valorização e preservação do patrimônio museal no Brasil tem servido de referência a vários países, que veem nas ações de cooperação instrumentos para o resgate da cultura e da identidade nacional. Podemos citar como alguns dos países onde a atuação do Ibram tem se destacado a Argentina, Equador, Paraguai, Chile, Cabo Verde, Cuba, Haiti, Angola, Togo, Espanha e Itália.

4 - 8ª Semana de Museus:

Em maio de 2010, do dia 17 ao 23, aconteceu a 8ª Semana Nacional de Museus 3 Museus para a Harmonia Social.

Buscando discutir seu papel como promotores da Harmonia Social, do respeito e da valorização das diversidades, os museus organizaram suas programações.

Seminários, exposições, oficinas, espetáculos de música, teatro e dança, mesas redondas, visitas guiadas, exibições de filmes e um diversificado conjunto de atividades visaram refletir sobre o tema.

Ao todo, foram 1.763 eventos espalhados por todas as regiões do país e abrigados por 588 instituições, somando, desde a 1ª Semana, 9.236 eventos.

5 - 4ª Primavera dos Museus:

Entre os dias 20 e 26 de setembro, aconteceu a 4ª Primavera de Museus, com o tema Museus e Redes Sociais. A escolha aponta para a conexão dos museus com os temas atuais, utilizando presente e passado para pensar o futuro.

Desde a 1ª edição, em 2007, a Primavera de Museus reuniu mais de 3 mil eventos em âmbito nacional, relacionados à área museológica. Na última edição, os 276 museus inscritos organizaram eventos. Foram 109 museus da região Sudeste; 70 da Nordeste; 66 museus da Sul e outros 31 das regiões Centro-Oeste e Norte. Mostras, visitas guiadas, mesas redondas, ações educativas e exibição de filmes foram alguns dos eventos realizados durante a primavera.

Relatório Anual de Avaliação

6 - Editais Mais Museus e Modernização de Museus:

Criados com base na Política Nacional de Museus, lançada em maio de 2003, os editais Mais Museus e Modernização de Museus vão a cada ano se consolidando como ferramentas para o fomento da atividade museológica no país. Os editais abrangem todo o país e apoiam museus de diferentes esferas de governo, bem como museus privados.

Com o objetivo de fornecer apoio financeiro a museus de todo o Brasil para o melhoramento de suas atividades, o edital Modernização de Museus foi criado em 2004, sendo o primeiro edital público de apoio a projetos culturais lançado pelo Ministério da Cultura. O edital Modernização de Museus de 2010 contemplou oito projetos dentre os 329 inscritos, e o valor executado foi de R\$1.067.042,40.

Em 2007, também foi criado o edital Mais Museus, com a finalidade de apoiar a criação de museus em cidades com até 50 mil habitantes e que ainda não possuam instituição museológica. Esse programa financia a aquisição de equipamentos e mobiliários; elaboração de projetos para execução de obras e serviços; instalação e montagem de exposições; restauração de imóveis; elaboração de projetos museológicos ou museográficos; e benfeitoria em imóveis. Em 2010, os valores do edital Mais Museus somaram R\$1.194.703,59, tendo sido oito os projetos selecionados, em meio a um total de 219 projetos recebidos.

7 - Prêmios Darcy Ribeiro e Mário Pedrosa:

O Prêmio Darcy Ribeiro, lançado em 2007 pelo Ibram, destina-se a incentivar e premiar práticas relacionadas a ações educativas em museus brasileiros. A iniciativa faz parte das ações empreendidas pelo Ministério da Cultura no âmbito da Política Nacional de Museus.

O Prêmio Mário Pedrosa 3 Museus, Memória e Mídia completou três edições em 2010. O prêmio tem por objetivo incentivar e premiar trabalhos jornalísticos nos diversos veículos de mídia impressa, tais como jornais e periódicos, que veiculem matéria relacionada aos museus no Brasil. Cada edição teve um tema diferente.

8 - Colóquio sobre Museus e Arte Contemporânea:

O Ibram, a Funarte e o Programa Ibermuseum, com o apoio da Secretaria de Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, realizaram, de 24 a 27 de agosto de 2010, em Porto Alegre, o Colóquio Internacional de Arte Contemporânea e Museus: transversalidades poéticas e políticas.

O encontro pretendeu discutir, entre outros, o fomento às ações de pesquisa e documentação para aprofundamento do discurso crítico e reflexivo sobre a formação de acervos de arte contemporânea; formas de cooperação entre museus, artistas, pesquisadores, críticos, produtores, gestores culturais e públicos; e a promoção do patrimônio artístico.

Participaram aproximadamente 250 pessoas, entre diretores de museus, restauradores, curadores de arte, galeristas, artistas, professores universitários, editores de arte, representantes do poder público e demais interessados no tema. A produção contemporânea de arte brasileira ali apresentou-se aliada à tecnologia, à literatura e à escritura poética, às intervenções urbanas, à gravura e às performances.

9 - Oficina Museus e Turismo e Caderno Museus e Turismo - Estratégias de Cooperação: A oficina de formação de multiplicadores Museus e Turismo, ação do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo, objeto da parceria entre o Ministério do Turismo e o Instituto Brasileiro de Museus, foi realizada no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, no período de 26 a 28 de abril de 2010.

Com o objetivo de apresentar de forma direta e dinâmica as informações contidas no material didático Caderno Museus e Turismo: Estratégias de Cooperação, a oficina promoveu a troca de conhecimentos e experiências entre profissionais que atuam nessas áreas. O evento foi precedido de uma intensa mobilização dos realizadores para atrair para a oficina gestores, consultores, professores e demais profissionais e estudantes dos campos da museologia e do turismo.

Dentre as mais de 400 manifestações recebidas de interessados em participar de cursos, foram selecionados trinta e oito participantes com relevante atuação em suas áreas para essa primeira oficina.

O Caderno Museus e Turismo: Estratégias de Cooperação é um material de apoio ao desenvolvimento conjunto das duas áreas que busca aproximar a experiência de promoção de atrativos turísticos ao setor museal bem como estimular a valorização e inserção dos museus no desenvolvimento de roteiros e circuitos de turismo cultural, tornando-os portas de entrada do turista na localidade visitada. A proposta é que esse Caderno seja material-base das oficinas 8Museus e Turismo9 do Programa Nacional de Formação e Capacitação em Museologia, do IBRAM.

10 - Seminário Internacional de Sistemas de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico:

Realizado em parceria com o Programa Ibermuseum, o Seminário Internacional de Sistemas de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico reuniu aproximadamente 160 representantes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos países ibero-americanos que integram o Projeto Êcesso Digital Ampliado ao Patrimônio Museológico dos Países de Língua PortuguesaD.

Durante o evento foram apresentadas experiências relacionadas à catalogação do patrimônio museológico, destacando-se as experiências de Portugal, Espanha, Colômbia, México, Cuba, Chile, Angola, Guiné-Bissau, Moçambique, Timor leste, São Tomé e Príncipe e as iniciativas brasileiras.

O objetivo do Seminário foi estreitar a cooperação técnica no sentido de desenvolver padrões informacionais comuns, permitindo a integração entre os sistemas de catalogação e gestão de acervos museológicos dos países envolvidos.

Relatório Anual de Avaliação

11 - Programa Pontos de Memória:

O Projeto Pontos de Memória, resultado de parceria entre Instituto Brasileiro de Museus (Ibram/MinC), com os Programa Cultura Via Mais Cultura, do Ministério da Cultura, o Programa Nacional de Segurança Pública (Pronasci), do Ministério da Justiça, e a Organização dos Estados Ibero-americanos (OEI), apoia, desde 2009, 12 comunidades populares do país, no fortalecimento e reconstrução da memória social e coletiva, a partir do cidadão, de suas origens, histórias e valores.

Estão sendo desenvolvidos pontos de memória nas comunidades de Belém 3 PA (Comunidade de Terra Firme); Belo Horizonte 3 MG (Comunidade do Taquaril); Brasília 3 DF (Comunidade da Estrutural); Curitiba 3 PR (Comunidade do Sítio Cercado); Fortaleza 3 CE (Comunidade Grande Bom Jardim); Maceió 3 AL (Comunidade do Jacintinho); Porto Alegre 3 RS (Comunidade da Lomba do Pinheiro); Recife 3 PE (Comunidade do Coque); Rio de Janeiro (Comunidade do Pavão-Pavãozinho e Cantagalo); Salvador 3 BA (Comunidade do Beiru); São Paulo 3 SP (Comunidade da Brasilândia) e Vitória 3 ES (Comunidade de São Pedro).

Além dos 12 pontos, o projeto também incentiva oito iniciativas de memória de social, consideradas pontos de memória parceiros.

De junho de 2009 a abril de 2011 foram realizadas cerca de 70 atividades para o desenvolvimento do projeto (12 seminários ampliados de mobilização nas comunidades para apresentação do projeto e eleição do conselho gestor; 15 oficinas de capacitação - Museu, Memória e Cidadania, Plano Museológico e de Acervo, somando um total de 400 pessoas capacitadas; 32 visitas técnicas para acompanhamento do desenvolvimento do projeto; 5 ações museais; 4 encontros de integração dos pontos).

OBTENÇÃO DOS RESULTADOS: Alcance entre 80% a 100% do esperado.

JUSTIFICATIVA: Devido às constantes dificuldades na liberação dos recursos orçamentários, bem como dos limites financeiros, algumas ações do programa tiveram execução abaixo do esperado. Além disso, os valores aprovados em cada uma das ações não acompanham a crescente demanda por recursos, tendo em vista o fortalecimento da área museológica no país.

2. PARA CADA INDICADOR REGISTRE O ÍNDICE APURADO EM 2010 E A RESPECTIVA DATA DE APURAÇÃO. EM SEGUIDA, AVALIE A POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011.

ESSAS RESPOSTAS IRÃO COMPOR UM ANEXO ESPECÍFICO A SER ENCAMINHADO AO CONGRESSO NACIONAL.

O CAMPO "MEDIDAS CORRETIVAS NECESSÁRIAS" É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO A POSSIBILIDADE DE ALCANCE FOR DIFERENTE DE "ALTA". ESSE CAMPO PERMITE NO MÁXIMO MIL CARACTERES.

O CAMPO "JUSTIFICATIVA" (NOVIDADE) É OBRIGATÓRIO PARA PREENCHIMENTO QUANDO UM OU MAIS CAMPOS A SEGUIR NÃO ESTIVEREM PREENCHIDOS: ÍNDICE DE REFERÊNCIA; ÍNDICE E DATA DE APURAÇÃO EM 2010; ÍNDICE PREVISTO AO FINAL DO PPA (2011); POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA

INDICADOR (UNIDADE DE MEDIDA)	ÍNDICE DE REFERÊNCIA (LINHA DE BASE)		ÍNDICE APURADO EM 2010		ÍNDICE PREVISTO PARA O FINAL DO PPA (2011)	POSSIBILIDADE DE ALCANCE DO ÍNDICE PREVISTO PARA 2011
	Índice	Data de Apuração	Índice	Data de Apuração		
Número de Visitantes a Museus por ano - milhão	20,00	31/12/2006			0,00	Alta

Fonte: IPHAN

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: O índice apurado em 2010 ainda não está disponível no Cadastro Nacional de Museus, uma vez que o processamento dessas informações teve início no 1º semestre de 2011. Em 2009 os museus brasileiros foram visitados por cerca de 82 milhões de pessoas.

*O Índice previsto para o final do PPA é de 90 milhões, porém o dado ainda não está atualizado no SIGPlan.

Taxa de Museus nos Municípios - PERCENTAGEM	16,00	31/12/2006	21,10	12/2010	0,00	Alta
---	-------	------------	-------	---------	------	------

Fonte: IPHAN

Medidas corretivas necessárias:

Justificativa: *O Índice previsto para o final do PPA é de 23%, porém o dado ainda não está atualizado no SIGPlan.

3. COBERTURA DO PÚBLICO ALVO

O público-alvo especifica o(s) segmento(s) da sociedade ao(s) qual(is) o programa se destina e que pode se beneficiar direta e legitimamente com sua execução. A parcela do público-alvo efetivamente coberta pelo Programa é conhecida como "beneficiários".

COBERTURA DO PÚBLICO ALVO: Alcance entre 80% a 100% do previsto.

JUSTIFICATIVA: O IBRAM também tem se destacado pela sua atuação integrada à sociedade, com a realização de várias parcerias com outras entidades e eventos voltados ao setor museológico brasileiro, como o Programa Pontos de Memória e a realização do do 4º Fórum Nacional de Museus, que em julho reuniu quase dois mil participantes de todo o Brasil para refletir, avaliar e estabelecer diretrizes para o Plano Nacional Setorial de Museus. Aconteceram também a 8ª Semana de Museus, a 4ª Primavera de Museus, o Seminário Internacional de Sistemas de Catalogação e Gestão do Patrimônio Museológico, o Colóquio sobre Museus e Arte Contemporânea, dentre outras realizações importantes.

4. SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS

O PROGRAMA AVALIA A SATISFAÇÃO DOS BENEFICIÁRIOS? Sim

GRAU DE SATISFAÇÃO DO USUÁRIO: Satisfeito

JUSTIFICATIVA: São considerados indicadores de satisfação dos beneficiários a crescente demanda da comunidade museológica pela realização de ações em parceria com o IBRAM, bem como a considerável evolução do número de participantes das atividades desenvolvidas com o objetivo de integração com a sociedade. Exemplos: Fórum Nacional de Museus, Programa Pontos de Memória, Semana Nacional de Museus, Oficina Museus e Turismo e outras atividades.

MECANISMOS UTILIZADOS E CONSEQÜÊNCIAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DO PROGRAMA: A participação nos eventos promovidos pelo IBRAM e suas unidades museológicas; A demanda por apoio a projetos voltados para o setor museológico.

Relatório Anual de Avaliação

5. ALÉM DA AVALIAÇÃO ANUAL DOS PROGRAMAS DO PPA, FOI REALIZADA OUTRA AVALIAÇÃO DESTA PROGRAMA? NÃO DEVEM SER CONSIDERADOS OS RELATÓRIOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DE DEMANDAS PROVENIENTES DE ÓRGÃOS DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO.

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA OU NA EXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO EM ANDAMENTO, INFORME:

- A) INSTITUIÇÃO(ÕES) AVALIADORA(S);
- B) ESCOPO DA AVALIAÇÃO (ASPECTOS DO PROGRAMA QUE FORAM AVALIADOS);
- C) ANO DE TÉRMINO OU DE PREVISÃO DE TÉRMINO DA AVALIAÇÃO;
- D) PRINCIPAIS RESULTADOS, CONCLUSÕES, RECOMENDAÇÕES E COMENTÁRIOS ADICIONAIS.

Não

6. O PROGRAMA POSSUI MECANISMOS QUE PROMOVEM A PARTICIPAÇÃO SOCIAL?

EM CASO DE RESPOSTA POSITIVA, INDIQUE QUAL(AIS) O(S) MECANISMO(S) ADOTADO(S). JUSTIFIQUE. É ACEITÁVEL MAIS DE UMA MARCAÇÃO.

- A) OUVIDORIA;
- B) AUDIÊNCIA PÚBLICA;
- C) CONSULTA PÚBLICA;
- D) REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE;
- E) DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL;
- F) CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS;
- G) OUTROS (ESPECIFIQUE).

COMENTÁRIOS ADICIONAIS (CAMPO NÃO OBRIGATÓRIO PARA A CONCLUSÃO DO

O PROGRAMA APRESENTA MECANISMOS DE PROMOÇÃO DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL? Sim

OUVIDORIA:

O IBRAM disponibiliza sítio eletrônico com informações gerais, onde também divulga contatos de todos os setores do Instituto (endereço, telefone e e-mail) para possibilitar aos interessados uma forma de interação.

AUDIÊNCIA PÚBLICA:

Articulação com o Congresso Nacional e participação em audiências sobre temas de interesse para a área museológica.

CONSULTA PÚBLICA:

O Plano Nacional Setorial de Museus - PNSM, um planejamento e uma agenda política da área museológica que mostram quais caminhos seguir na próxima década, foi construído de forma coletiva, democrática e participativa pelo setor museal. O PNSM é decorrência do Plano Nacional de Cultura e da II Conferência Nacional de Cultura 3 II CNC, bem como do seu conjunto de reuniões setoriais, particularmente, a 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias. O plano foi se moldando e teve suas diretrizes elaboradas e aprovadas no 4º Fórum Nacional de Museus. Antes disso, porém, foram realizadas plenárias estaduais que mobilizaram representantes da área museológica, da sociedade civil e do poder público.

REUNIÃO COM GRUPOS DE INTERESSE:

Além do Fórum Nacional de Museus, evento realizado bianualmente, são promovidos eventos que estimulam a realização de Fóruns estaduais e Reuniões com Secretarias de Cultura regionais.

DISCUSSÃO EM CONSELHO SETORIAL:

Reunião de Comitê Gestor do Patrimônio Museológico.

CONFERÊNCIAS REGIONAIS E NACIONAIS:

Reuniões do Comitê Gestor do Sistema Brasileiro de Museus, composto por entidades governamentais, sociedade civil e acadêmica.

COMENTÁRIOS ADICIONAIS: